

AMERICANAS: A INACREDITÁVEL DESTRUIÇÃO DE VALOR

RI

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br

RETOMADA DOS **IPOs**

COMO AS EMPRESAS
DEVEM SE PREPARAR?

por **PH ZABISKY** e **CASSIO RUFINO**

CRIMINALIZAÇÃO DO **CYBERBULLYING** E **BULLYING** NO BRASIL

por **ALEXANDRE OLIVEIRA**

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS: O FUTURO É **VERDE E DIGITAL!**

por **JOÃO PEDRO NASCIMENTO**

ENTREVISTA

Denise Hills

PIONEIRA DOS **ODS**

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ESG não é opção, é necessidade real!

por **CIDA HESS** e **MÔNICA BRANDÃO**



n°278
FEV 2024



Denise Hills
fotografada por
Carol Kappaun

Inspiração que transforma.

Onde tem beleza, tem inspiração. E onde tem inspiração, tem Duratex. É isso que nos faz criar painéis de madeira reconstituída com as mais diferentes texturas e cores.

Além, é claro, da tecnologia, responsabilidade socioambiental e política de Carbono Positivo.



DuratexBR

www.duratexmadeira.com.br

MOSS
LINHA ACETINATA

Duralex

Inspiração que transforma



nº 278 • Fevereiro 2024



04 Ponto de Vista

Retomada do IPOs:
como as empresas
devem se preparar?

POR PH ZABISKY E CASSIO RUFINO

06 Em Pauta

IPOs na B3:
passado brilhante,
futuro desafiador

POR EINAR RIVERO

10 Orquestra Societária

Entrevista:
Denise Hills, Conselheira
e pioneira dos ODS

POR CIDA HESS E MÔNICA BRANDÃO

24 Diversidade

30% Club: do crescimento
da diversidade à paridade
de gênero

POR ANNA GUIMARÃES

28 Escândalo Corporativo

Americanas:
a inacreditável destruição
de valor da empresa e
dos stakeholders

POR OSCAR MALVESSI

36 Voz do Mercado

Finanças Sustentáveis:
o futuro é verde e digital!

POR JOÃO PEDRO NASCIMENTO

40 Investimentos

**Investimentos
em Minas Gerais**

POR NEIDE MARTINGO

44 Legislação

**Criminalização
do Cyberbullying e
Bullying no Brasil**

POR ALEXANDRE OLIVEIRA

48 IBGC Comunica

**Governança Corporativa
como alicerce
para a sucessão nas
empresas familiares**

POR GABRIELA BAUMGART

52 Espaço APIMEC Brasil

APIMEC Brasil: um
balanço dos últimos anos,
mas olhando para o futuro

POR LUCY SOUSA

54 Cultura de Investimentos

**Quem sabe,
investe melhor!**

POR LUIZ GUILHERME DIAS

58 Educação Financeira

Ambição

POR JURANDIR SELL MACEDO

61 IBRI Notícias

**Renata Oliva
Battiferro** é a primeira
mulher a presidir o
Conselho do IBRI

POR JENNIFER ALMEIDA

79 Opinião

**Desafios para as
lideranças em 2024**
e a importância da
Sustentabilidade

POR FABRINI MUNIZ GALO



REVISTA RI®

É uma publicação mensal da IMF Editora Ltda.

Av. Erasmo Braga, 227 - sala 511

20020-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2240-4347

ri@imf.com.br

www.revistaRI.com.br

Publisher e Diretor Editorial: Ronnie Nogueira | **Presidente do Conselho:** Ronaldo A. da Frota Nogueira (1938-2017)

Conselho Editorial: André Vasconcellos, Cida Hess, Eduarda La Rocque, Eliane Lustosa, Fábio Henrique de Sousa Coelho, Hélio Garcia, Jurandir Macedo, Marcelo Mesquita, Mônica Brandão, Ricardo Amorim, Roberto Teixeira da Costa, Sonia Consiglio e Thomás Tosta de Sá

Projeto Gráfico: DuatDesign

Os artigos aqui publicados não pretendem induzir a nenhuma modalidade de investimento. Os dados e reportagens são apurados com todo o rigor, porém não devem ser considerados perfeitos e acima de falhas involuntárias. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. É proibida a reprodução desse volume, ou parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização prévia e expressa da IMF Editora.

Na nova onda dos IPOS

navegue com quem conhece



Está no radar dos indicadores econômicos a retomada das Ofertas Públicas de Ações.

A **Luz Capital Markets** oferece:

- Diagramação de documentos
- Inputs de dados no Sistema Empresas.NET
- Protocolos CVM/B3

Escolha a rota segura para os serviços de Printer



luzcm.com.br



Retomada dos IPOs: Como as empresas devem se preparar?

Após um período de mais de dois anos marcado pela escassez, considerada a maior desde 1998, o tão aguardado retorno das Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) à bolsa de valores brasileira, representada pela B3, está projetado para este ano. Essa grande expectativa, que tem gerado entusiasmo em todo o mercado financeiro, ganha força à medida que a bolsa demonstra sinais de revitalização, alcançando níveis históricos na última semana de 2023.

por **PH ZABISKY** e **CASSIO RUFINO**

Mas as boas perspectivas não se baseiam somente nisso, diversos outros fatores sinalizam um ambiente promissor para a retomada dos IPOs no Brasil. A inflação mais controlada, a perspectiva de queda da taxa básica de juros (Selic) e aprovação da reforma tributária contribuem para a formação de um cenário que pode estimular o retorno de empresas ao mercado de capitais. Além disso, esses elementos, somados à captação de recursos via follow-on, podem ser uma resposta eficaz para a redução do endividamento das empresas, que enfrentaram muitos desafios com o aumento dos juros e da inflação.

Entretanto, apesar da esperança e euforia, precisamos manter o pé no chão. No dia a dia da MZ, que está inserida e acompanha este mercado há 25 anos, buscamos adotar uma visão cautelosamente otimista. É improvável que a gente consiga replicar o cenário extremamente positivo que tivemos entre os anos de 2020 e 2021, mas acreditamos sim que a Bolsa Brasileira pode atingir bons patamares em 2024.

Diante desse panorama, surge um imperativo para as empresas: a necessidade de se prepararem para as oportunidades que inevitavelmente surgirão, principalmente as companhias que visam realizar IPOs. O mercado brasileiro

é conhecido por suas aberturas e fechamentos de janelas de oportunidades de forma rápida e, muitas vezes, imprevisível. Para estar à altura desse desafio, as empresas devem adotar uma postura proativa.

No atual cenário, estar pronto é a melhor estratégia para aproveitar janelas de oportunidades

Nesse sentido, a primeira e crucial recomendação para as companhias é começar a se adequar às exigências contábeis da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde já. Transparência e conformidade são pedras fundamentais para ganhar a confiança dos investidores e *stakeholders*. A CVM estabelece diretrizes rigorosas que incluem a divulgação de informações financeiras precisas e o cumprimento de normas contábeis específicas. Iniciar esse processo com antecedência permite que as empresas revisem suas práticas e garantam que estão alinhadas com as expectativas regulatórias.

Além da conformidade com as normas contábeis, a implementação de práticas de governança também é um passo muito importante na preparação para um IPO. Empresas que buscam abrir seu capital devem adotar estruturas de governança usuais para aquelas listadas em bolsa. Comitês

de auditoria, conselhos independentes, e políticas claras de tomada de decisões são aspectos essenciais para atender às expectativas dos investidores e reguladores. Essa postura proativa não apenas agiliza o processo de adaptação, mas também fortalece a gestão interna e reduz riscos associados.

Elaborar uma tese de investimento robusta é outro elemento-chave para o sucesso na preparação para um IPO. Investidores estão cada vez mais criteriosos, e a concorrência por recursos é acirrada. As empresas devem articular de maneira clara e convincente os fundamentos que tornam seu negócio atrativo. Isso envolve uma análise detalhada dos indicadores financeiros, uma projeção realista do potencial de crescimento e uma narrativa coerente que destaque a singularidade e a competitividade da empresa no mercado.

Um plano de negócios sólido é, por sua vez, a espinha dorsal dessa tese de investimento. Esse plano deve abranger não apenas a estratégia de negócios, mas também metas financeiras tangíveis, estrutura de capital, alocação de recursos e uma visão clara da utilização dos recursos obtidos com o IPO. Investidores desejam entender não apenas o potencial de retorno, mas como a empresa planeja atingir esses resultados. A apresentação de um plano de negócios abrangente não apenas atrai investidores, mas também estabelece uma base sólida para a gestão futura.

Outro aspecto a considerar é a escolha dos assessores. Empresas que buscam realizar IPOs devem selecionar assessores experientes e qualificados, incluindo bancos de investimento, advogados e contadores especializados. Essa equipe desempenha um papel crítico na preparação, execução e pós-IPO, garantindo que a empresa esteja em conformidade com os regulamentos, maximizando o valor da oferta e gerenciando as expectativas dos *stakeholders*.

A agilidade é uma qualidade que se destaca em meio a esse cenário dinâmico. O mercado financeiro brasileiro é conhecido por suas mudanças rápidas, e as empresas que conseguem se adaptar e responder prontamente a essas mudanças estão em vantagem. Aqueles que estão preparados podem se beneficiar da falta de valuations relativos de comparáveis, do aumento da atenção do mercado e da disputa pelos recursos dos investidores.

Em resumo, podemos dizer que as perspectivas para a retomada dos IPOs em 2024 são animadoras, mas a preparação é crucial para o sucesso nesse ambiente desafiador. Empresas que iniciam cedo o processo de adequação às normas contábeis, adotam práticas de governança, elaboram teses



O retorno dos IPOs não apenas representa uma janela para captação de recursos, mas também uma oportunidade para as empresas demonstrarem sua solidez e atratividade aos investidores, consolidando sua presença no mercado de capitais brasileiro.



de investimento sólidas e constroem planos de negócios abrangentes estão em uma posição estratégica para capitalizar as oportunidades que surgirão.

E claro, tudo isso deve ser comunicado ao mercado de uma forma eficaz. Por isso, por último, mas não menos importante, o conselho que deixamos é: invista em comunicação financeira. Ao levar sua mensagem da maneira correta, você demonstra preocupação com a transparência, atrai investidores, gerencia expectativas, garante conformidade regulatória, mantém visibilidade de mercado, e possibilita o acesso contínuo ao capital. Uma comunicação eficiente é crucial durante a abertura de capital e ao longo de toda a jornada pós-listagem para construir confiança e sucesso a longo prazo.

O retorno dos IPOs não apenas representa uma janela para captação de recursos, mas também uma oportunidade para as empresas demonstrarem sua solidez e atratividade aos investidores, consolidando sua presença no mercado de capitais brasileiro. **RI**

PH ZABISKY
é CEO da MZ.
ph@mzgroup.com

CASSIO RUFINO
é CFO & COO da MZ.
cassio.rufino@mzgroup.com

EM PAUTA

IPOs na B3

PASSADO BRILHANTE,
FUTURO DESAFIADOR



No terceiro trimestre completam-se vinte anos de alguns eventos transformadores no mercado de capitais brasileiro. Em abril de 2004 a empresa de concessões CCR realizou uma oferta subsequente de ações (“follow-on”). A companhia, listada no então recém-criado Novo Mercado, captou R\$ 1,1 bilhão em valores atuais. E, em maio e junho ocorreram as ofertas públicas iniciais (*Initial Public Offering, IPO*) de Natura e Gol. Somadas, as ofertas levantaram R\$ 3,4 bilhões, também em valores atualizados.

por **EINAR RIVERO**

Esses três lançamentos movimentaram R\$ 4,5 bilhões em um trimestre. Ainda hoje, um valor relevante. E, mais do que isso: os toques da campainha no pregão da então Bovespa simbolizaram, durante muito tempo, a retomada do mercado de capitais brasileiro.

A bolsa vinha colecionando más notícias no início do milênio, com anos sucessivos de retração no volume de negócios e de perda de importância no financiamento das empresas. Porém, a adoção do Novo Mercado e suas regras aprimoradas de governança corporativa em 2002 aumentou a segurança para o investidor. Isso melhorou os preços das ações e animou os empresários a buscar capital.

O resultado desses vinte anos pode ser considerado excepcional. Em valores atualizados, as empresas que estrearam na bolsa captaram R\$ 540 bilhões. Esse cálculo considera apenas IPOs, e não conta ofertas subsequentes dessas mesmas empresas. Esse volume importante confirma que o mercado de capitais brasileiro se tornou um financiador relevante para o desenvolvimento nacional.

Alguns exemplos mostram bem isso. Duas décadas atrás o setor de construção civil era fragmentado e arriscado. Atualmente há várias empresas listadas, acessíveis aos investidores e com acesso muito mais fácil a capital. A sofisticação chegou ao ponto de permitir que empresas como Cyrela destravassem valor para seus acionistas listando subsidiárias. Algo que se viu em outros setores, como o varejo, caso do Pão de Açúcar, que listou a subsidiária Assaí, um dos IPOs mais bem-sucedidos do mercado até agora.

Essas duas décadas estiveram longe de ser tranquilas. A economia internacional sofreu com a crise do subprime em 2008 e com a pandemia em 2020. O cenário brasileiro também não foi simples, com um impeachment no meio do caminho. Por isso, as aberturas de capital não foram lineares. Houve anos de euforia como 2007 e 2021. E anos sem nenhum lançamento de empresas novas, como 2022 e 2023. Os dois últimos anos tiveram apenas ofertas subsequentes de empresas já listadas. Nenhuma companhia fechada se aventurou no mercado. E há dois fortes – e preocupantes – motivos para isso.

JUROS E WALL STREET

O primeiro motivo é macroeconômico. Os impactos econômicos da pandemia de 2020 foram combatidos com uma injeção de recursos sem precedentes no mercado financeiro. Apenas nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED), o banco central americano, elevou seu balanço em cerca de US\$ 4 trilhões por meio da compra de títulos públicos e privados. Paralelamente a isso, os juros americanos foram reduzidos a zero no início de 2020 e permaneceram lá por quase dois anos.

O resultado não poderia deixar de ser inflação. Em junho de 2022, a inflação americana acumulada em 12 meses rondou 10%, obrigando o FED a elevar os juros. As taxas subiram de zero para os atuais 5,25% ao ano (piso da faixa). São os juros mais elevados desde 2007. E foi a contração mais forte da política monetária americana desde os anos 1970. Juros americanos mais altos tornam mais interessantes os investimentos nos Estados Unidos, especialmente na renda fixa pública e privada.

EM PAUTA

A expectativa é que esse cenário fosse extremamente danoso para as ações. Porém, o que se observa nos primeiros dias de 2024 é uma sucessão de recordes de alta pelos principais índices acionários americanos. Apesar de os juros altos não beneficiarem as ações, as empresas vêm mantendo bons resultados.

Como explicar isso? Há vários fatores. O mercado de trabalho americano segue aquecido, o que sustenta o consumo e o faturamento das companhias. A alta das ações ao longo dos últimos anos gerou um efeito renda para muitos investidores americanos que lhes permite continuar consumindo. E, finalmente, o longo período de juros baixos permitiu que muitas pessoas comprassem imóveis e que muitas empresas contraíssem dívidas com juros baixos, o que atenua o efeito negativo da política monetária mais apertada sobre a economia.

A consequência é que o mercado de capitais americano – o maior, mais profundo e mais sofisticado do mundo – permanece em alta e com apetite para comprar boas narrativas de boas empresas. Por isso, é muito mais negócio para

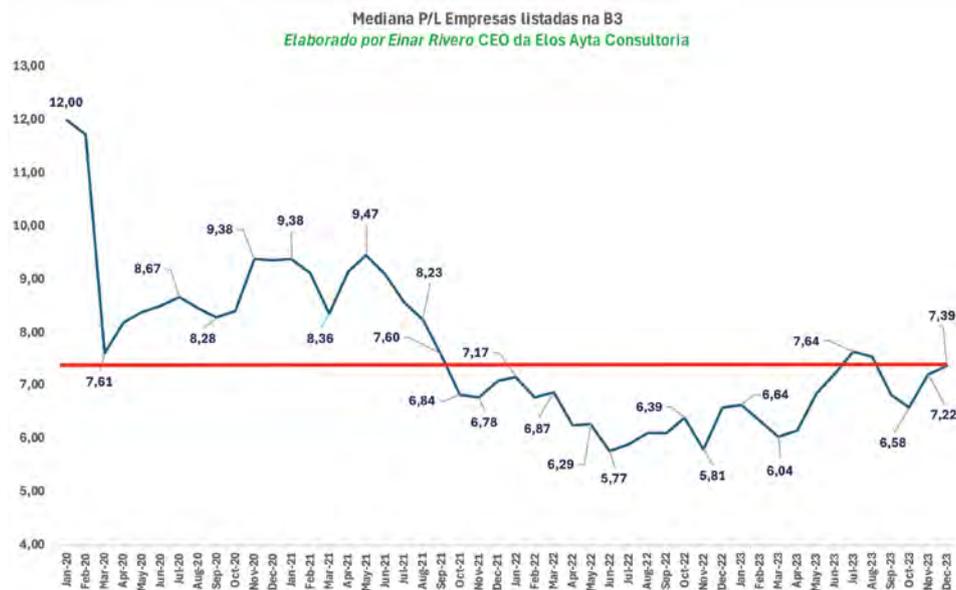
um empresário brasileiro listar suas ações em Wall Street. Se houver necessidade de atender os investidores no Brasil, basta listar *Brazilian Depositary Receipts (BDR)* na B3.

DINHEIRO NA MESA

A ausência de IPOs não é fruto de uma conspiração. É um movimento lógico e racional de empresários que não se sentem confortáveis em listar suas ações na B3 a baixo preço, deixando o famoso dinheiro na mesa.

Os números mostram isso. Em sua maioria, as empresas brasileiras fizeram uma lição de casa caprichada durante a pandemia. Reduziram ou equalizaram seus endividamentos e investiram em tecnologia para ganhar eficiência. O resultado é que os lucros têm sido positivos. Como as ações não têm avançado muito, a relação Preço / Lucro (P/L) dessas empresas está baixa. A mediana dos P/Ls na B3 é de 7,39. Não é o pior resultado desde a pandemia (observe o Gráfico 1), mas está só um pouco acima da metade do pré-pandemia, quando essa mediana chegou a 12.

Gráfico 1 - Mediana do P/L das empresas listadas na B3



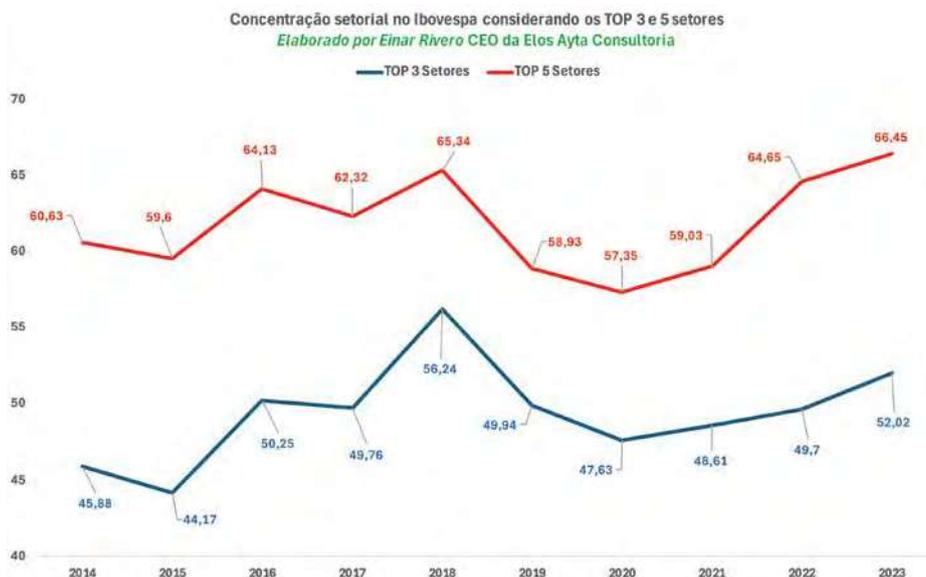
O P/L é um indicador excelente, exatamente por sua simplicidade. É uma fração onde o numerador são os preços e o denominador são os lucros. Se os lucros são bons, o denominador aumenta e o P/L diminui. Assim, um P/L baixo em um momento positivo para as empresas significa, de maneira muito simples, que as ações estão baratas.

As empresas são tão individuais e únicas quanto as pessoas. Porém, na hora de avaliar o preço de um IPO, os profissionais do mercado tendem a comparar os múltiplos com os

de companhias do mesmo setor. Por isso, a tendência é que o *valuation* de uma candidata ao IPO seja convergente com o *valuation* de seus pares. Como o P/L médio está baixo, isso desanima o empresário, que passa a considerar mais seriamente listar suas ações em outros países.

O fato de o desempenho dos IPOs recentes ter sido ruim também atrapalha. Considerando apenas as empresas “sobreviventes” – ou seja, que não foram compradas nem se fundiram, não fecharam capital nem encerraram – houve

Gráfico 2 - Concentração setorial da liquidez



72 aberturas de capital em 2020 e 2021, os últimos anos em que a campanha da B3 tocou. O setor mais ativo foi o de programas e serviços, com 11 lançamentos. Em seguida veio o setor imobiliário, com sete incorporadoras.

A mediana da variação dessas ações foi negativa em 47,7% em 2020 e novamente negativa em 39,7% em 2021. Das 72 empresas, apenas 22, menos de um terço, premiou os investidores com lucro. Os resultados pioram na comparação com o desempenho do Ibovespa. Em 2020 a perda na comparação com o índice foi de 66,5 pontos percentuais. Em 2021 houve nova perda, de 46,9 pontos percentuais.

PERDA DE LIQUIDEZ

Há outra dificuldade para quem pensa em IPOs. Em qualquer mercado, liquidez tem valor. Compare duas empresas de um mesmo setor com números muito parecidos. Aquela que tiver ações mais líquidas será negociada com um prêmio em relação à menos líquida. Quando um mercado tem uma diminuição generalizada da liquidez, isso também provoca uma desvalorização generalizada das ações. E foi possível observar isso em 2023. O volume médio diário de 2023 foi de US\$ 3,95 bilhões, queda de 10% ante a média de US\$ 4,39 bilhões em 2022. O volume de American Depositary Receipts (ADR) de empresas brasileiras também recuou. Caiu para US\$ 1,07 bilhão em 2023 ante US\$ 1,53 bilhão em 2022, uma baixa de 30%.

Mais do que isso, o volume de negócios na B3 se concentrou nas ações mais líquidas. Os cinco setores mais relevantes da B3 concentram 66,45% do volume de negócios, o que é o

maior valor dos últimos dez anos. Quando consideramos os três setores mais relevantes, o total de negócios é de 52,02% do volume, maior valor desde 2018, que foi um ponto fora da curva (observe o gráfico 2). Essa concentração também é um entrave. Além de ter encolhido em termos absolutos, a liquidez está bem menor em termos relativos. Se os negócios se concentram em três ou cinco setores, menos empresas serão atrativas para os investidores, especialmente os internacionais, que fazem a diferença na Bolsa. Os preços voltam a cair, desanimando ainda mais os empresários a listar novas companhias na B3.

O cenário se apresenta desafiador. Porém, o cenário era bem pior vinte anos atrás. A bolsa parecia condenada à irrelevância, quando o surgimento do Novo Mercado e de uma geração de empresários dispostos a aprimorar a governança e a melhorar a transparência de suas empresas garantiu uma safra frutífera da IPOs. Nada impede uma nova reinvenção do mercado, recuperando sua importância para a economia brasileira. **RI**



EINAR RIVERO

é CEO e sócio-fundador da Elos Ayta Consultoria e especialista em dados financeiros, referência no mercado devido aos seus insights inovadores provenientes do cruzamento de dados econômicos. Com mais de 25 anos de experiência em liderança em plataformas renomadas como TradeMap e Economática, também se destaca como um dos criadores de rankings de empresas em diversas publicações.
einar@elosayta.com.br



Denise Hills

Conselheira, pioneira dos ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ESG não é opção, é necessidade real!

O projeto *ESG: uma partitura que está sendo escrita* está de volta, com a 11ª conselheira entrevistada nesta Revista RI, uma profissional pioneira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e a primeira mulher a presidir a Rede Brasil do Pacto Global da ONU, em 2015. Estamos nos referindo a um ser humano muito especial, que temos a satisfação de apresentar nesta entrevista: a conselheira Denise Hills.

por **CIDA HESS** e **MÔNICA BRANDÃO** | foto: **CAROL KAPPAUN**

Chair para a América Latina do Programa da ONU para o Meio Ambiente e Instituições Financeiras (UNEP FI) de 2013 a 2015 e Co-Chair Global (2015-2017), Denise Hills foi convidada especial para o Framework para Investimento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhecida pelo Global Compact da ONU como SDG Pioneer 2022 em finanças sustentáveis, entre mais de 100 líderes globais.

Administradora pela Universidade de Ribeirão Preto, com especialização em Economia pela FIPE USP e Gestão Integrada de Sustentabilidade e Estratégica pela Fundação Dom Cabral (FDC), participou do *Programme for Sustainable Leadership, Leadership and Sustainability (CPSL)* pela University of Cambridge e

Risk Management and Culture pela The Wharton School.

Com 30 anos de experiência no mercado financeiro e 10 de atuação em inovação e sustentabilidade no setor financeiro e na indústria de bens de consumo e varejo, ao longo de sua carreira, desempenhou papel fundamental na definição e aceleração estratégica, planejamento e implementação de programas e gestão integrada da sustentabilidade aos negócios tradicionais, ao ocupar diversas posições C-Level no Itaú Unibanco – Head de Inovação e Educação Financeira, Superintendente de Sustentabilidade, Negócios Inclusivos – Mulher Empreendedora, Microcrédito, Itaú Viver Mais. Foi Diretora de Sustentabilidade da Natura&Co América Latina.

Denise Hills é referência em temas como carbono, mudanças climáticas, biodiversidade, direitos humanos, diversidade e inclusão, certificações e sistemas de gestão e risco em vários setores. Tem profundo conhecimento em gestão integrada de sustentabilidade, ESG e em 2022 recebeu o reconhecimento como SDG Pioneer em finanças sustentáveis do Pacto Global da ONU, por seu trabalho de construção e disseminação da Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Bem como atuação no desenvolvimento e aplicação de metodologias de mensuração de impacto e risco ligados a ESG.

Denise desempenhou um papel ativo em várias organizações e conselhos, como Pacto Global da ONU, IBGC, FEBRABAN e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), do qual, atualmente, é membro independente, e FIESP CONDES, também como conselheira. É conselheira independente de empresas, advisor em estratégia, autora de livros nos temas finanças comportamentais e sustentabilidade e professora convidada da FDC e FIA USP.

No final de 2022, na sede do IBGC, em São Paulo, após o evento de lançamento do IBGC Orienta: *Boas Práticas para uma Agenda ESG nas organizações*, no qual Denise participou do painel ao lado dos especialistas do mercado Ana Luci Grizzi, Tatiana Assali, Rebecca Raposo e Tomás Carmona, tivemos a oportunidade de conversar longamente com ela sobre o tema da presente entrevista. E mais de um ano após, conseguimos realizar, de fato, a entrevista, gravada no estúdio CMC Vídeo, cuja íntegra pode ser assistida por meio do [link: https://www.revistari.com.br/videos](https://www.revistari.com.br/videos)

Antes de apresentar aos nossos leitores essa entrevista, é importante fazer um breve, mas imprescindível comentário: realizar um projeto com mulheres conselheiras, que atuam fortemente no tema ESG – *Environmental, Social and Governance* foi, ao lado dos objetivos de aprender e disseminar conhecimento, a maneira que encontramos para equilibrar a representatividade feminina no conjunto de pessoas entrevistadas nesta coluna, ao longo de 10 anos, com apoio entusiasmado do editor Ronnie Nogueira, dessa Revista RI que, em março de 2024, celebra seu 26º aniversário.

Durante muitos anos, entrevistamos pessoas em cargos executivos, CEOs, diretores de importantes empresas e profissionais em posições de conselhos no Brasil. Os homens sempre foram a maioria e estavam em destaque nos setores e indústrias foco das entrevistas da coluna Orquestra Societária. Até 2019, por cinco anos de existência da coluna, havíamos entrevistado somente cinco mulheres, que representam 29% do total das 17 entrevistas publicadas na coluna.

Ao nos aprofundarmos nos ODS, objeto de estudo do doutorado de Cida Hess, realizado de agosto/2019 a junho/2023, ficamos sensibilizadas com o impacto do ODS #5 – *Equidade de Gênero na realidade global e nacional*, e decidimos lançar o projeto *ESG: uma partitura que está sendo escrita*, com o qual atingimos a equidade de gênero, no período de 2020 até a presente edição – 13 mulheres, que representam 52% do total das 25 entrevistas publicadas nesta seção. Aliás, é com satisfação e orgulho que chegamos a 97 edições, desde o lançamento da Orquestra Societária, em março de 2014 (*com chamada na capa da Revista RI 181*) incluindo esta edição.

Em função do exposto, nos emocionam as palavras de Denise Hills, no momento desta entrevista realizada em 4 de janeiro de 2024: *“Esse é o meu primeiro compromisso do ano! É um prazer estar aqui com vocês! Começo a entrevista com agradecimento e dando os parabéns pela iniciativa desse projeto, que é muito importante para mostrar o papel das mulheres, da diversidade e representatividade em conselho!”*. À nossa estimada entrevistada, muito obrigada! Acompanhe a seguir, a incrível entrevista.

RI: Quais são os temas discutidos da dimensão “S” do ESG – Environmental, Social and Governance? E quais são as práticas, entre diretrizes e ferramentas de gestão sustentável, que deverão adotar os sócios e líderes de uma organização para se diferenciarem?

Denise Hills: Gostaria de contextualizar o “S” do ESG. Estamos falando de direitos humanos, do desafio que isso representa em estratégia empresarial e cadeia de valor, em um momento em que isso não é mais uma opção e, sim, um dos melhores diferenciais que podemos trazer para o mercado e empresas contemporâneas. Apesar do tema ambiental ter ocupado mais as agendas nos últimos anos, ter sido o foco da pauta ESG, com todo o protagonismo que temos assistido, os temas que abrangem o “S” são originários dos **direitos humanos**, que são mais antigos. E, às vezes, parece que evoluíram menos, e não estão tão maduros quanto os temas ambientais. Nos últimos anos, o ambiental ganhou nova perspectiva, evoluiu de ciência para tecnologia. Desde

frameworks de referência, que suportavam os executivos e CEOs das empresas tomadoras de decisão, incluindo *supply chain*, base para que o financeiro começasse a entender como praticar isso no dia a dia, a medir riscos e impactos e tomar melhores decisões. É exatamente isso que está acontecendo nos últimos anos, com o “S” trazendo temas como diversidade e equidade, comércio justo, rastreabilidade e valorização da origem dos produtos e toda cadeia envolvida na sua produção, que começaram a chamar a atenção também do consumidor. A própria sociedade começou a discutir as desigualdades que existem no mundo, impulsionada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são, ainda, mais potencializados pelos efeitos das mudanças climáticas. As questões de direitos humanos ocupam a pauta de colaboradores. Como é possível criar uma empresa hoje sem pensar em representatividade, por exemplo? Sem o famoso 50/50? Imagine uma empresa que fabrica produtos e presta serviços para um público preponderantemente feminino e tem nos lugares de tomadores de decisão um público que não é feminino. Trata-se de uma questão de competitividade tanto quanto representatividade. Muitos me perguntam: por que 50/50? Respondo: eu não faria nenhum negócio hoje que começasse com um *market share* somente de metade do mundo, pois a outra metade é de mulheres! E essa representatividade, por exemplo, seja das questões de gênero, de raça, não se espelha hoje nos lugares onde se tomam essas decisões. O tema “representatividade” que, a partir desse ano, virou um guia da B3 de como praticar diversidade, faz parte, inclusive, do Formulário de Referência das empresas de capital aberto. Temas mais novos, como salário digno, fazem parte do “S”, e têm que ser discutidos. Como é possível garantir um mundo melhor, compartilhar valor para gerar valor, para que se tenha rentabilidade, como empresa excepcional? Nos últimos anos no Brasil, a média de rentabilidade das empresas na bolsa foi de 22% ao ano, em um contexto de média de juros entre 10% e 15%. Como é que se consegue explicar que, realmente, a empresa tem um diferencial de rentabilidade, é uma empresa eficiente, rentável e sustentável, gera valor compartilhando o valor? E que esse valor não veio de uma depredação, eventualmente, de um salário que não foi pago dignamente, que não gera bem-estar e não dá condições mínimas de vida para as pessoas que, inclusive, fazem parte de seu ambiente de trabalho, tomam decisões sobre produtos e serviços, estão lá fazendo a empresa acontecer e precisam estar seguras, numa condição digna? Isso faz parte de sua produtividade, rentabilidade e o contrário não é verdadeiro. Quando a empresa captura mais valor do que distribui, sua rentabilidade ou sua eficiência costumam não ser perenes, seu clima e bem-estar também não. A saúde mental, por exemplo, é outro tema de direitos humanos, que



Como é possível criar uma empresa hoje sem pensar em representatividade, por exemplo? Sem o famoso 50/50? Imagine uma empresa que fabrica produtos e presta serviços para um público preponderantemente feminino e tem nos lugares de tomadores de decisão um público que não é feminino. Trata-se de uma questão de competitividade tanto quanto representatividade.



abrange o “S”. Então o salário digno, mais recentemente, no Pacto Global, assim como saúde mental, são dois temas inter-relacionados da Agenda de Direitos Humanos, tanto quanto diversidade, inclusão, atração e retenção de talentos e novos modos de trabalho. Direitos humanos, além de passarem por tudo isso, abrangem a cadeia de valor, que é uma extensão da empresa. Como garantir que os seus fornecedores, seus parceiros ao longo da cadeia de valor, de onde em geral são feitos os produtos, também respeitam essas condições mínimas? Porque em uma crise, ou em qualquer momento em que a empresa precise garantir sua perenidade, poderá ser ofensora de direitos humanos, por meio dos parceiros. Quanto à segunda parte da pergunta, cada vez mais, cumpre usar o *framework* de direitos humanos das Nações Unidas como referência para perguntar e ajudar seus parceiros fornecedores, da cadeia de valor, a desenvolverem práticas como garantir salários dignos, que essas empresas pratiquem condições de comércio justo, e que considerem essas práticas no processo de escolha de seus fornecedores. Essa é uma relação de parceria! As certificações, sejam no “E” ou no “S”, para os fornecedores são projetos que, em geral, grandes empresas

buscam fazer com todos de sua cadeia de valor, para garantir que se tenha esta mentalidade. Esta forma de trabalho, como o novo modo de fazer negócios, em que o resultado e o valor são gerados porque a empresa compartilha valor e é eficiente nessa capacidade de gerar valor, compartilhando para todo mundo. Isso traz a perenidade do resultado, não o contrário. A longevidade nos negócios existe quando se tem a partilha da rentabilidade. Adotando essas práticas, a empresa multiplica seus ganhos. Sem a menor dúvida, o “S” de Social é sobre comércio justo, relações éticas, relações que as empresas querem manter. Então, são essas relações que, em situações de crise, favorecem as empresas que compartilham esse valor. Elas não ficam *espremendo*, de qualquer forma, os fornecedores em suas negociações. São justas e promovem, inclusive, impacto positivo pela existência dessa relação na cadeia de valor. Outra mensuração de impacto, cada vez mais comum. No ano passado, a CVM regulamentou a divulgação de resultados contábeis no novo padrão do IFRS. O Brasil é o primeiro país que vai, cada vez mais, incluir no contábil a valoração financeiro-econômica do impacto. Quando se mede o impacto da existência de uma empresa em determinadas cadeias de valor localizadas em alguma comunidade, ou em algum lugar onde de fato ela tem impacto, tem que analisar e direcionar para geração de impacto positivo. A existência de uma empresa que melhora a economia, a sociedade, as relações de trabalho, a forma como a vida funciona, a torna uma empresa respeitada, que atrai talentos, é querida. Ela é quase protegida por essa sociedade!

RI: Sua resposta anterior traz o tema direitos humanos ao debate sobre governança, sustentabilidade e ESG e cremos que isso é crucial para os cidadãos. E quando a empresa não respeita os direitos humanos e os temas correlatos?

Denise Hills: Quando a empresa não faz isso, a sensação é, justamente, de que está produzindo valor somente para um dos *stakeholders* – o acionista, às custas de não levar em consideração, com o mesmo peso, os demais *stakeholders*, que são também relevantes para sua viabilidade. É necessário um novo pensar sobre como as empresas geram valor, sobre o que garante não só a resiliência de seus modelos de negócios, a capacidade de entender os riscos aos quais estão expostas e trabalhar a favor. Quando uma empresa é relevante para a sociedade, sua rentabilidade não só é legítima, como desejada. É uma empresa em que queremos trabalhar, comprar seus produtos e serviços, para a qual inclusive torcemos! Queremos ver prosperar. Acho impossível não ser uma empresa rentável e perene em uma condição como essa. Quando sofremos impactos negativos, eles são



É necessário um novo pensar sobre como as empresas geram valor, sobre o que garante não só a resiliência de seus modelos de negócios, a capacidade de entender os riscos aos quais estão expostas e trabalhar a favor. Quando uma empresa é relevante para a sociedade, sua rentabilidade não só é legítima, como desejada.



imediatamente comunicados à sociedade e reverberam para o insucesso da empresa. As empresas são parte da sociedade, estão incluídas na sociedade e seu valor está em seu contrato social, em sua licença para operar. As empresas nascem para produzir produtos e prestar serviços e resolver problemas da sociedade. Gerar produtos e serviços que funcionem. ESG é uma solução inovadora nesse momento, seja para alertar para os novos riscos de dificuldades sociais, de migrações de impacto, ou de como a empresa pode trabalhar esses temas e muito mais, como oportunidades.

RI: Considerando que ESG seja uma solução inovadora para a transformação de riscos em oportunidades, como então colocar em prática nas empresas? Como fazer acontecer?

Denise Hills: A grande oportunidade de uma empresa se inicia ao entender que seus impactos não são opcionais. A partir do momento que a empresa contrata pessoas, tem responsabilidades, realiza pagamentos e influencia o mercado, usa recursos de todos os tipos. Então, ao gerir seus impactos nas dimensões ESG e tomar decisões conscientes, que melhorem não só o resultado, mas gerem impactos positivos e minimizem ou neutralizem os negativos, desta forma, mitigando os riscos, a empresa passa a ser mais desejada, atrai mais talentos, conquista mais mercado e gera um ciclo virtuoso.

RI: Interessante que tenha começado sua carreira em finanças corporativas tradicionais. Como ocorreu essa transformação, em sua trajetória, para finanças sustentáveis, quando há 30 anos não se discutia isso? O que lhe proporcionou esse olhar genuíno, sua preocupação com o “S”? Perguntamos isso porque – em nosso artigo ESG: Modismo, Sobrevivência ou Conscientização? – chegamos à conclusão de que não se trata de conscientização, é uma questão de sobrevivência!

Denise Hills: Essa é uma pergunta interessante! Olhando de hoje para o passado, a transformação foi natural. Eu comentei que iniciei minha carreira na tesouraria de um grande banco internacional, o Citibank, onde atuei em agronegócio no interior de São Paulo. Depois me mudei para a Capital. E, desde então, já existia um olhar de que finanças, especialmente no banco, tinha que ser a favor de resolver problemas das empresas. Como eu poderia equilibrar o fluxo de caixa da empresa ou, eventualmente, cobrir um descasamento? A empresa pagava seus fornecedores em reais, exportava seus produtos e recebia em dólares. Sempre tive esse olhar de como poderia equilibrar finanças ou serviço financeiro a favor do bom resultado das empresas. Muito dessa transformação vem desse olhar de como ajudar a equilibrar o fluxo financeiro das empresas. E é curioso que, ao longo da minha carreira, trabalhei, além da tesouraria, em *corporate bank*, avaliação de riscos e fui para outro banco americano. Enfim, esse olhar, seja de risco, de *compliance*, foi me atentando para algo que se chama **impacto**. Dentro desse contexto, tenho dois grandes marcos. O primeiro foi o nascimento dos meus filhos, marco muito importante na minha vida. Eu falo que sou melhor mãe do que executiva. E eu me considero uma executiva determinada. Esse foi o primeiro olhar de que todo o dia eu teria que tomar milhões de decisões e alocar meu tempo entre o meu projeto de vida, Eduardo e Guilherme, o meu trabalho e tudo mais. Então, comecei a fazer algumas reflexões importantes, pois Eduardo e Guilherme foram meus primeiros projetos de longo prazo reais – filhos duram para sempre! Comecei a refletir sobre impacto. O impacto começou a entrar na minha vida e eu percebi que ele não era opcional nessa época. Já no Itaú, cuidei de uma área de inovação. Eu trabalhei no Boston e fui para o Itaú na compra do BankBoston, muito próximo da chegada do Unibanco. O Itaú Unibanco cunhou como missão ser líder em *performance* sustentável e satisfação de clientes. *Performance* sustentável era a capacidade de permanecer na escolha de todas as pessoas quando exercia sua atividade como empresa; no caso, atividade financeira. Como

finanças poderia estar a favor? Daí surgiram temas como educação financeira e risco climático. Como eu era uma pessoa de finanças tradicionais, acostumada a determinar métricas e pensar nisso, comecei a desenvolver coisas novas, trabalhando por dois anos na área de inovação, que usava comportamento financeiro para criar produtos e serviços. E o conhecimento também podia ser um produto ou um serviço a favor de melhores decisões, inclusive sobre dinheiro. O banco não vive de endividamento, vive de crédito. Sua capacidade de pagamento é muito importante e de R\$100, em média, no Brasil, de um banco hoje no mercado, só em torno de R\$16, no máximo R\$20 são do próprio banco, o resto é dinheiro investido da sociedade. E, é também papel do banco colocar o fluxo a favor de uma economia que seja eficiente, com práticas éticas e sustentáveis, que queremos induzir. Foi quase uma consequência desse crescimento profissional e dessa maturidade minha transição para finanças sustentáveis.

RI: Quando começou a atuar com Sustentabilidade? Poderia discorrer para os leitores da Revista RI sobre os primórdios de sua atividade nessa seara?

Denise Hills: Eu comecei, oficialmente, a trabalhar com sustentabilidade em 2010, quando recebi um convite de um VP do Itaú Unibanco para liderar e construir a área de sustentabilidade pós-fusão, e fiquei até 2019, período em que estabeleci dois processos de integração estratégica, junto com uma equipe maravilhosa, um verdadeiro time. Ninguém faz nada sozinho! Isso foi muito importante, com a consciência de que não tínhamos muitas métricas dos negócios ou de que ainda não a havíamos construído. O fato de eu ainda não saber como medir, por exemplo, na época, o efeito de mudanças climáticas ou parte da governança ou outra questão, por exemplo, de trabalho escravo, a própria diversidade. Mesmo se uma organização não tiver mapeado ainda seu impacto, não significa que ela não tenha impacto. De novo, como mencionei anteriormente, o impacto não é opcional. Eu costumo brincar, você está respirando? Estão está emitindo carbono! De onde vem o ar que respiramos? Não paramos para refletir sobre isso. Em um mundo onde estamos batendo em quase todas as barreiras, de novo, o impacto não só não é opcional, como relevante. E, a partir disso, como é que se considera o impacto? Quando o “G” está se exercendo e o processo de decisão acontecendo, diariamente. E como fazer as pessoas ampliarem essa visão, irem além do financeiro? Entendendo que é um bom resultado, que fará com que as empresas sejam merecedoras de investimento, que vão continuar atraindo talentos, que vão continuar relevantes na sociedade.



O regulatório faz a diferença, sem dúvida. Mas uma empresa não se diferencia porque cumpre todas as leis. Quando a regulação chega nesse ponto, significa que a empresa já deveria estar preparada. E hoje vemos cada vez mais avançar o compromisso real de medir seus impactos e correlacioná-los com os ODS, por exemplo.



RI: Como conseguir continuar relevante na sociedade, em um mundo que se transforma, tão rapidamente, e de forma disruptiva?

Denise Hills: Se você não se mantiver contemporâneo, não vai pertencer ao seu tempo. Portanto, vai envelhecer. Eu brinco que eu vou ter 100 anos, mas não vou ser velha nunca! Estarei sempre pertencendo ao meu tempo. Eu acho que isso é muito ESG contemporâneo. É o desafio de se manter coerente com os desafios do seu tempo, entendendo seus riscos, dependendo do tipo de empresa, em que ponto está, se já tem maturidade ou não, olhando para o risco e buscando mitigar os impactos negativos e ampliar os positivos; porque isso, com certeza, é o que garante a perenidade do seu negócio e, portanto, garante a perenidade do seu retorno e consistência. Mais do que certezas, avançamos muito em métricas. Esqueci-me de comentar que, nessa época, eu tive uma carreira na ONU. Tive a oportunidade de ser co-presidente do braço de mudanças climáticas para finanças da ONU – UNEP FI. Como uma mulher brasileira, latino-americana, fui *co-chair* global, bem como a primeira mulher a presidir a Rede Brasil do Pacto Global da ONU. Em ambas, entender que o mercado financeiro tem um papel positivo e que se deve incorporar isso na métrica de decisão foi fundamental e ajudou a engajar bancos e empresas nessa jornada. Questões sobre quais são os riscos e oportunidades?

Os temas mais relevantes? Na Natura, como aplicar isso a cosméticos? Por que a Amazônia é tão importante para o Brasil e o mundo? E se mudanças climáticas afetarem a biodiversidade? Ou mesmo a biodiversidade não for respeitada como, inclusive, a grande solução de mudança do clima? O que adianta estar fazendo um ótimo trabalho sem medir o que de fato importa? Medindo-se os impactos e levando-os em conta em suas decisões, gestores e líderes fazem com que a empresa seja eficiente, rentável e sustentável, mas isso não é o máximo. E hoje, esta já é a regulação, na maioria dos mercados, algo que acelerou muito nos últimos anos. Com isso a diferenciação vem de quem demonstrar metas e compromissos mais ambiciosos. O regulatório faz a diferença, sem dúvida. Mas uma empresa não se diferencia porque cumpre todas as leis. Quando a regulação chega nesse ponto, significa que a empresa já deveria estar preparada. E hoje vemos cada vez mais avançar o compromisso real de medir seus impactos e correlacioná-los com os ODS, por exemplo. Muitas regulações começam como uma autorregulação, prevendo que a conformidade seja alcançada nos próximos dois ou três anos. Então, esse é o último momento para se adaptar? Não, o momento da empresa se diferenciar em ESG ou em qualquer coisa, na verdade, é na incorporação do ESG na estratégia, na tomada de decisão, nos conselhos de administração. É o olhar integrado para considerar esses temas como parte da inovação. Porque as empresas nasceram para resolver problemas da sociedade, do ambiente e tudo mais, elas se diferenciarão efetivamente por isso.

RI: Considerando que as empresas devem se preparar ao longo da autorregulação e já estarem maduras com as exigências regulatórias, o que poderá diferenciá-las em sua jornada de sustentabilidade, com práticas ESG já exigidas por lei?

Denise Hills: Eu garanto que nos próximos anos, mais do que seguir a regulamentação, que é o básico, a **inovação**, que virá pela frente, será a grande resposta para todos esses desafios. A empresa que conseguir se diferenciar por ser capaz de gerar novos modelos de negócio, que respondam a esses desafios, com certeza, será líder. Atualmente, me perguntam: estar em *compliance* é importante para ESG? É muito importante, é essencial. Raramente existe uma empresa hoje que não esteja em *compliance* com sua regulamentação – exceções são vistas de forma muito negativa. Mas entender o impacto que gera pensar estrategicamente, olhando para esses desafios, fazendo investimentos, imaginando que, nos próximos 10 anos, o mundo será maior, mais complexo e bem diferente... isso, sim, faz a diferença. Seja um conselhei-

ro, um membro do comitê executivo ou um diretor, se este tomar uma decisão hoje, para os próximos anos, desconsiderando ESG, esta poderá ser uma *decisão equivocada*, com um olho só, como se não estivesse enxergando claramente a realidade ou demonstrasse que não compreende totalmente os riscos aos quais se está exposto e, muito menos, as oportunidades, às quais se poderia responder ou criar modelos de produtos e serviços.

RI: Na prática, como transformar riscos em oportunidades?

Denise Hills: Tendo uma matriz de materialidade relacionada à estratégia, quando se está mapeando riscos e sabendo transformá-los em oportunidades, por meio de adaptações e inovações. A materialidade, por estar, nos últimos tempos, sob a responsabilidade dos times de ESG ou de sustentabilidade, é tratada como uma agenda de sustentabilidade, mas ela é da empresa. Então, é muito difícil imaginar empresas que ainda afirmem que têm uma estratégia de sustentabilidade que não conversa com a estratégia corporativa, ou então não têm nem uma e nem outra. Por isso o conceito de *dupla materialidade* na incorporação dos temas materiais da empresa, que contém também ESG na estratégia, na tomada de decisão, na alocação de recursos e nos investimentos. E esse é um dos maiores desafios da liderança dos conselhos hoje para uma boa tomada de decisão sobre que sociedade e economia teremos nos próximos anos. Por isso, ter diversidade é necessário na preparação para esse novo conhecimento, tanto quanto os temas dos comitês, por exemplo, de assessoramento em finanças, riscos, pessoas. Além dos comitês, é preciso ter uma formação dedicada a incorporar essa nova competência nos conselhos.

RI: Qual é o impacto da Inteligência Artificial (IA) nos processos de tomada de decisão?

Denise Hills: Essa nova tecnologia nos processos de tomada de decisão é essencial e pode ser um acelerador da empresa, de sua capacidade quando, na *década da ação*, não vai dar mais para esperar! Há muita gente indagando: será que a IA irá acontecer? Ou em qual velocidade ela irá acontecer? Se estamos vendo isso na regulação? Estamos hoje falando muito sobre isso. Eu posso dizer que desde a nossa última conversa até hoje, a velocidade só aumentou. Então, manter-se contemporâneo, entender que materialidade e ESG são a mesma coisa, que não existe uma estratégia da empresa e uma estratégia de sustentabilidade e, que esses são os desafios de fazer negócios em um planeta que está batendo em todas as barreiras – entender tudo isso é fundamental. E utilizar IA



A materialidade, por estar, nos últimos tempos, sob a responsabilidade dos times de ESG ou de sustentabilidade, é tratada como uma agenda de sustentabilidade, mas ela é da empresa. Então, é muito difícil imaginar empresas que ainda afirmem que têm uma estratégia de sustentabilidade que não conversa com a estratégia corporativa, ou então não têm nem uma e nem outra.



para acelerar o processo de tomada de decisão e a criação de novos modelos de negócios é um caminho.

RI: Para ter um forte “S” é preciso ter um forte “G” e um Modelo de Gestão Sustentável. Qual é a sua opinião sobre essa afirmativa?

Denise Hills: Sim, é necessário pensar, inclusive, como a governança da empresa estará a favor de ajudar a incorporação dos temas sociais materiais, independentemente do estágio onde essa esteja, pois repito: não é opcional. Desde o início de nossas conversas, resalto que o impacto não é opcional! *Ligou a empresa?* Então, usou energia, contratou pessoas, influenciou toda uma cadeia de valor. Sendo assim, a empresa não é ilha, ninguém está sozinho, ela tem uma dependência de recursos e um impacto que, de novo, não é opcional. E a melhor coisa a fazer, é entender as métricas e incorporá-las à estratégia. Eu falo que ter governança e excelência em gestão do risco e oportunidade é muito melhor do que temer. Ter a gestão como solução, entender esses desafios, que são muitos, o que é inovação para o seu modelo de

negócio, a dependência de recursos da natureza – todas essas são questões do *business*. Recentemente, falei sobre biodiversidade e essa, especialmente, para empresas brasileiras, ganha uma relevância ainda maior, sendo necessário saber medi-la. Medir a dependência de recursos da natureza, uma vez que somos natureza – eu sou natureza, você é natureza. Não pensamos muito nisso. Imagine uma empresa que, por exemplo, vende bebidas. Sua dependência de recursos como água é relevante. Ou, por exemplo, pense na emissão de carbono, um grande tema para atividades francamente emissoras. O raciocínio não é sobre a atividade em si, mas não poderemos seguir, nos próximos anos, o que já estamos sofrendo com efeitos cada vez mais significativos de ações empresariais sobre o meio ambiente, com a energia vinda de processos com muita emissão de carbono. Se as atividades com impacto negativo ainda puderem ser eliminadas, até por uma questão de justiça climática, se a transição não for tão acelerada quanto precisaria ser, para mitigar os efeitos do clima, tudo isso deveria ser compensado, para que se possa realizar atividades empresariais em um mundo que esteja a favor do equilíbrio, não o contrário.

RI: Estratégia, sustentabilidade, ESG, materialidade... todas essas dimensões andam juntas, como a senhora tem ressaltado. Novamente, como colocar tudo isso em prática?

Denise Hills: Esse é outro ponto, a materialidade e a estratégia andam juntas, e não têm uma receita de bolo; têm boas referências e têm muita ciência. A tecnologia também não tem uma receita de bolo, são várias opções, trata-se de uma jornada de escolhas e decisões. Como vocês têm dito, tem que estar na mesa de discussão, tem que estar no nível do conselho de administração. Sem a menor dúvida, eu não imagino uma empresa hoje fazendo um investimento em uma fábrica, no Brasil ou em algum lugar do mundo, sem considerar a precificação de carbono. Digo mais: imagine construir uma fábrica, investir, e daqui a muitos anos, após ter produzido produtos e prestado serviços para o mundo, não funcionar mais, pois o negócio está desajustado à nova realidade, com alto investimento necessário para mantê-lo viável. Hoje, construir fábricas no Brasil, que tem uma matriz energética preponderantemente limpa, é uma vantagem importante. Pode ser, inclusive, uma fonte de atração de capital, pois nosso país é muito mais efetivo nestes temas do que a maioria do mundo. O Brasil tem também a questão do arcabouço regulatório, que é referência em vários temas e precisa ser cumprido. Temos algumas questões, especialmente as questões sociais, mas estamos ganhando perspectivas, visibilidade.

RI: Qual é o set mínimo ESG?

Denise Hills: São vários pontos fundamentais. Sempre começo pelo uso de uma boa referência, em meu papel como executiva, consumidora ou conselheira, faço-me a seguinte pergunta: se eu quisesse ser sustentável agora, o que eu faria da minha vida? Se você quiser entender quais são os principais desafios e como vai trabalhar com eles, utilize os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2030 da ONU. Eles são uma grande referência de quais são os principais temas que nós teremos que resolver até 2030 e isso é a coisa mais importante, caso se queira manter o planeta e que a ideia de sociedade funcione para todos, não só para uma parte da humanidade. Mesmo que funcione por um tempo para alguns, em detrimento de outros, o planeta não funcionará – não poderia funcionar – assim para sempre. Cito, por exemplo, o desastre ambiental e social da COVID, em que houve quebras de cadeias mundiais, já que o mundo é totalmente interdependente. Sendo assim, um dos sets mínimos de referência são os ODS, para dimensionar como a empresa impacta a natureza com o seu trabalho. Eles podem ser um bom guia de KPIs e métricas para a solução dos desafios da sociedade como um todo. Vale para você, como colaborador, como indivíduo, vale para a empresa e é uma das principais ferramentas disponíveis. Em bolsas mundiais, os temas principais são as emissões de carbono, as mudanças climáticas, os temas de direitos humanos, salário digno, diversidade, representatividade, coerência, demografia do lugar onde a empresa tem atividade empresarial e vende, como ela cria produtos e presta serviços e a governança. Outras referências são as normas do IFRS, o *framework* de direitos humanos, as medidas do TCFD. E responder a questões como: o risco climático pode influenciar a atividade empresarial? Neste momento, estão sendo percebidos na agricultura impactos reais, pelo excesso de chuva, pela onda de calor, e isto é material! Então, é preciso incorporar na gestão de riscos da empresa essas questões, atualizar o *software* de gestão de risco. E outra pergunta muito importante é: quem mede? E ainda: qual é o impacto no orçamento? O orçamento da empresa tem que abranger o carbono, se a empresa terá que pagar ou receber. Se será ofensora de modo permanente ou eventual, lembrando que algumas atividades são *carbono positivas*. Se eu fosse um investidor hoje, naturalmente, iria investir em atividades que são mais resilientes, do ponto de vista de direitos humanos, do social e do meio-ambiente também. Por quê? Porque a capacidade dessa empresa de se manter relevante no tempo é muito maior e ela mostra uma competência empresarial que está incorporada aos processos de tomada de decisão. Os comitês do conselho de administração são outro set mínimo. Por exemplo, comitê de pessoas: está



Se eu fosse um investidor hoje, naturalmente, iria investir em atividades que são mais resilientes, do ponto de vista de direitos humanos, do social e do meio-ambiente também. Por quê? Porque a capacidade dessa empresa de se manter relevante no tempo é muito maior e ela mostra uma competência empresarial que está incorporada aos processos de tomada de decisão.

se pensando em carreira, em atração e retenção de talentos? Comitês de inovação e finanças: foi feito um orçamento considerando os impactos da atividade empresarial no mundo externo? Não se trata de *compliance*, trata-se de cuidado, para que desafios não se transformem em riscos, e para que os riscos não se tornem problemas concretos, mas oportunidades, sempre que possível. Para realizar investimentos, é preciso pensar em tudo isso, porque estamos tratando de questões absolutamente materiais. Carbono, se não foi o maior risco nos últimos anos, foi o melhor investimento. Os preços subiram quase 120% nos últimos quatro anos. De novo, carbono não é opcional, impacta a competitividade de um país. É um tema que pode ser muito relevante. É possível resolver a mudança do clima sem considerar a Amazônia? Trabalhar a biodiversidade, desconsiderando o conhecimento tradicional e a vida das pessoas? O impacto disso tudo e toda interdependência têm que se materializar no G de ESG, na forma de metas e com a atribuição de responsabilidades a várias áreas – contábil, finanças, *supply chain*, RH e outras. Dão mais importância na fala do que na transparência das informações. Digo que ter um plano incorporado à estratégia, ter a materialidade, fazer essa reflexão é ser coerente no processo de tomada de decisão. Sobre empresas com grandes problemas:

não é que elas não tivessem políticas ou que as suas decisões carecessem de processos. Muitas vezes, elas não tinham o nível de conhecimento necessário para que o G materializasse as decisões tomadas. Mais do que ter uma política, é preciso ter a competência e os mecanismos do G e suas instâncias, onde o tema será levado e as decisões serão tomadas de acordo. Muito se tem falado sobre a formação de conselheiros, *mentoring* e o papel da área de sustentabilidade, que antes era quem monitorava o plano, quem garantia que o conhecimento se espalhasse e permeasse todos da organização, na qual atuava como um grande guardião. Mas são necessários especialistas e técnicos, porque algumas matérias são novas. Como aconteceu com a governança há muitos anos, antes de essa ser incorporada nas organizações. Ouvíamos gestores questionando: sabe quando isso vai acontecer? *Nunca, não vai pegar no Brasil*. Na época, nos primórdios da governança, recebemos um investidor internacional que falou sobre o tema e a reação de muitos foi: acho muito difícil! Hoje, não se abre capital sem governança. A sustentabilidade vai pelo mesmo caminho. Então, eu digo que esse tema tem que ser incorporado ao processo normal das empresas. Elas têm que atualizar o *software* de gestão, para garantir que as decisões sejam coerentes com os desafios do mundo contemporâneo – tudo tem que ser contemporâneo: empresa, *hardwares*, *softwares*, quem toma decisão. Estamos vendo isso, como consumidores, na prateleira do supermercado, nas gerações mais novas, nas escolas, em qualquer lugar, está tocando nas paradas de sucesso, está aparecendo no jornal da meia-noite. Normalmente, vemos o sofrimento dos efeitos disso. O Brasil é um exemplo, com os desastres ambientais. Hoje não se passa uma semana sem que as capas dos jornais não falem disso. Incorporar essas práticas citadas anteriormente para saber tomar decisões, ter uma boa gestão, ter clareza de que o impacto não é opcional e fazer uma escolha de qual, de fato, é o impacto que a empresa quer gerar é o que vai diferenciá-la. E a nova competência de liderança e estratégia não é a sabedoria empresarial. É sobre se manter na liderança, o desafio de permanecer na escolha das pessoas, consumidores, colaboradores e outros líderes. Quanto é *walk* mesmo e quanto é *talk*? As empresas, que têm como conselheiros pessoas que têm relação entre elas e pensam igual, não trilharão um caminho diferente. É preciso falar além do que a empresa gostaria de ouvir, sem desconsiderar a materialidade, seus maiores impactos em sua própria atividade. Praticar *greenwashing* ou mesmo *greenwashing* é inaceitável. É necessário ter a ambição de gerar um impacto positivo, mitigar riscos, saber qual é o papel da empresa na sociedade. Isso é tão necessário como qualquer outra competência de gestão, de materialidade, de capacidade de conhecimento, de incorporação no processo, tomada de decisão e de escolhas – às vezes um tanto quanto

corajosas, mas materiais e muito relevantes! Acho impossível uma empresa ser rentável sem ser sustentável. Pode ser que ainda existam algumas empresas com tal pensamento, mas, com o tempo, elas estarão fadadas ao insucesso. Os riscos estão aumentando. O mercado financeiro tem dito, o que já está precificado e alinhado aos princípios de investimentos responsáveis. Como entender quais 50 tons de base deveríamos ter em uma sala, especialmente quando se tem somente duas pessoas tomando as decisões? Não se deve perder de vista que a diversidade em conselhos é fonte de inovação e o G faz parte do sistema ESG.

RI: Quais projetos de sua trajetória gostaria de destacar nesta entrevista, com foco em “S”, com definição de métricas e medição de resultados?

Denise Hills: Compartilho dois projetos que me marcaram muito, voltados ao ODS 5 e relacionados à nossa própria natureza de mulher. O primeiro projeto que tive a oportunidade de liderar, por alguns anos, foi o *Itaú Mulher Empreendedora*, cujo principal objetivo era empoderar mulheres empreendedoras no Brasil, contribuindo para a evolução de suas empresas e a jornada de transformação do País para melhor. Para isso, era preciso analisar o porquê de uma base de clientes: a parcela de 35% das pequenas empresas, lideradas por mulheres, usava menos crédito, o que significava menos negócios para o banco. Foram realizadas parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o *International Finance Corporation (IFC)*, com captação para realizar treinamentos para ajustar a carteira, e uma parceria com a Rede Mulher Empreendedora, da Ana Fontes, da qual sou conselheira hoje. Foi uma honra trabalhar nesse projeto e entender o que faltava para essas mulheres empreendedoras poderem usar o crédito. Era preciso entender se eram mais conservadoras, ou não, se o algoritmo desenhado por nós tinha algum preconceito ou alguma lógica diferente. E aprendemos que essas mulheres temiam usar o crédito, e justamente, porque o banco não dava crédito coerente com a situação delas. As análises do banco indicavam que elas não tinham histórico e, sem histórico não haveria como conceder o crédito. O resultado desse projeto, depois do processo de aprendizado, da noção de seu impacto, das oportunidades, fez com que essas mulheres aumentassem o faturamento, usassem mais crédito, tivessem menor inadimplência. Na época, o índice de satisfação delas com o banco subiu e elas o consideravam muito mais parceiro de seus negócios. O impacto gerou mais negócios liderados por mulheres que *performaram* no Brasil e no mundo. Então, esse é um projeto que me orgulha muito, pois tratou de como usar a tecnologia, a ciência, o conhecimento de finanças e as estatísticas para soluções absoluta-

“

Acho impossível uma empresa ser rentável sem ser sustentável. Pode ser que ainda existam algumas empresas com tal pensamento, mas, com o tempo, elas estarão fadadas ao insucesso. Os riscos estão aumentando. O mercado financeiro tem dito, o que já está precificado e alinhado aos princípios de investimentos responsáveis.

”

mente objetivas, que melhoram a rentabilidade do banco e que transformaram um processo histórico, para fazer com que mais mulheres pudessem liderar negócios. Muitas mulheres são líderes de família, elas têm que incorporar essa diversidade. Quando as mulheres criam um negócio, elas cuidam muito dele, os negócios liderados por mulheres têm essa característica, eles desenvolvem muitas as pessoas, são muito relevantes para as comunidades. Imagine o aprendizado que foi medir o impacto desses negócios criados por mulheres em uma sociedade como a do Brasil! Esse projeto me orgulha muito, assim como a operação de microcrédito, na qual também trabalhei e, muitas vezes, com a incorporação de fatores de risco socioambientais na concessão de grandes projetos de financiamento no Brasil. O segundo projeto de que mais me orgulho foi ligado ao tema finanças, que domino, e foi realizado recentemente na *Natura – Integrated Profit & Loss* – análise das perdas e ganhos integrados, que foi sensacional, um exercício de valorar economicamente o impacto para que se possa tomar decisão considerando todos os eventos que não deixam de ocorrer em um negócio. Quando se consegue medir e incorporar tais eventos ao processo de tomada de decisão, a empresa pode produzir um produto com menor carbono. Por quê? Porque o carbono custa e é possível medi-lo ou considerar um pagamento mais justo em uma cadeia de valor, por exemplo, na Amazônia, garantindo

que ela se desenvolva. Ou fazendo isso ouvindo a sociedade e o que ela traz, que é o conhecimento tradicional. E vendo, como parceiro, como a própria fonte de inovação, que utilizará o conhecimento tradicional para criar produtos e serviços. Quando se mede o impacto real – e cada vez mais se investe em algum impacto, que de fato acontece, seja social, seja ambiental –, tem que passar a tomar melhores decisões, alinhadas na ambição. Como exemplo, menciono as consultoras, que tinham uma renda superior ao que considerávamos como salário-mínimo. Mas ainda haveria um espaço muito maior para trabalhar processos, projetos, serviços, a forma como a consultora cresce na carreira, para aumentar ainda mais o IDH. Por quê? Porque uma boa parte das vendas vem através dessas consultoras. Este é um modelo de investimento social. E se boa parte das vendas vem das consultoras, qual seria o impacto se não garantíssemos que essas consultoras nos escolhessem? Porque o fato de trabalharem conosco, cada vez, mais melhora a vida delas também. Trata-se de uma inteligência que liga o impacto que – de novo! – não é opcional, e se torna material. Em uma linguagem mais comum aos negócios, isso permite que se tome decisões com mais clareza. Talvez tenhamos que trabalhar mais depois disso, com um pouco de ousadia ou coragem empresarial, para tomar certas decisões que ainda não são plan vanilla, que fogem do padrão e não são o normal da vida. Mas é isso que irá diferenciar as empresas, o conhecimento de seus impactos, para tomar boas decisões. O conhecimento dos impactos e a materialidade são formas importantes de engajar os times, que hoje estão fazendo negócio como um todo, bem como de engajar pessoas no desafio estratégico da empresa. Toda empresa quer crescer, quer *performar*, quer continuar pertencendo ao mercado, e isso se soma à sua estratégia. Esse contexto tem que ser o *drive* da estratégia, com a integração de todo mundo, somado ao conhecimento novo, o olhar mais expandido, ao mesmo tempo em que se incorpora o conhecimento que já vem sendo constituído há muito tempo, direcionado para novas métricas. Com isso, todo mundo evolui, porque se está praticando o conhecimento, incorporando-o ao processo e fazendo com que esse seja revisto muitas vezes. Um dos maiores trabalhos que tenho feito, seja na esfera de conselhos de administração ou quando me pedem alguma recomendação como estrategista, com foco em inovação, é olhar para o processo de decisão – qual é esse processo? Qual é a sua maturidade? O que o mundo está falando sobre aquele determinado setor e como poderia ser melhor nesse contexto? Como esse contexto estará a favor? Porque se ele não estiver a favor, estará contra! Estamos aqui para sermos bons líderes, para trabalharmos na empresa da qual nos orgulhamos. Compramos produtos e serviços – de carro à casa, investimos. Então, a melhor contribuição que se

pode dar para uma empresa hoje é tornar ESG parte do *business as usual*, porque, de novo, se tudo der certo, os resultados serão excepcionais! Tomara! Eu sou uma otimista! Até 2030 a gente equaciona isso para quem é brasileiro, para quem está a favor, esta é uma grande oportunidade. Mas essa oportunidade não vai durar para sempre. Os riscos não são opcionais, e cumpre agir, antes que se materializem e, de certa forma, já estão se materializando! A melhor equação é incorporar na estratégia esse novo formato de decisão mais ampliado e, para isso, os projetos e processos estão aí e são fundamentais. Quase todas as empresas têm muita oportunidade, não a custo zero, claro, mas eu não consigo imaginar, de novo, uma empresa que tenha ambição de ser perene, de estar aqui nos próximos anos, sem falar em ESG.

RI: Este é o maior desafio: transformar o Brasil, que abrange pequenas, médias e grandes empresas, que estão fora do mercado de capitais, muitas delas bilionárias, por meio do letramento. E nem mesmo as empresas que fazem parte do mercado de capitais brasileiro estão integralmente letradas em tudo que é requerido para se ter boas práticas ESG. Concorda com essas considerações?

Denise Hills: Esse é o maior desafio. A materialidade do negócio não corresponde à capacidade de implantar práticas ESG, pois não se pode sentir falta daquilo que não se conhece. Conhecer os impactos que o negócio provoca muitas vezes ajuda muito; por exemplo, a empresa familiar a entender o que falta, o que poderia ser realizado de outra forma. O esforço vai desde buscar conhecimento até a criação de instâncias de governança, do uso de profissionais especializados, ainda que durante algum tempo, para acelerar o letramento. Inclusive em empresas familiares, porque no Brasil, mesmo as empresas de capital fechado são enormes, são muito relevantes, e são elas que, na verdade, estão, em grande parte da cadeia de valor, em variados níveis de maturidade. Dos 10 maiores riscos do *World Economic Forum*, para os próximos 10 anos, nove são de questões sociais e ambientais. Existe uma maior conscientização, conforme as pesquisas indicam, de cerca de 80% das pessoas – consumidores e líderes –, no sentido de entenderem a importância do ESG; principalmente, por parte do negócio, de alguma forma. Por outro lado, as pesquisas relatam, também, um desconhecimento de como fazer. Esse desconhecimento pode ser resolvido com letramento. A conexão do ESG com a estratégia sempre começará com a materialidade, com um *checkpoint* do que é relevante. Esse é o *kit mínimo para viver*. E gerenciar itens tangíveis e intangíveis. O valor da marca, intangível, do qual antes ninguém falava, representa quantos por cento do valor da empresa? ESG é

o que garante o menor custo no fluxo financeiro, o menor risco e o melhor prazo – é oportunidade, que necessita de tecnologia, conhecimento, informação, velocidade, que é capaz de capturar diferenciais e colocar a atividade empresarial a favor da solução dos problemas da sociedade. Esse é o desafio e se não conseguirmos resolvê-lo, não teremos energia, ar-condicionado, viabilidade de trabalho em várias frentes, cuidado com o planeta, em função de um sistema que não funciona. Necessitamos de uma equação de equilíbrio, considerando as externalidades, que fazem parte integrante para a medição, considerando os processos de tomada de decisão e uma liderança coerente com desafios dos nossos tempos.

RI: Suas palavras destacam a importância da consistência e coerência em uma jornada ESG. É importante que isso seja discutido e incluído nas questões de governança, desde o conselho de administração?

Denise Hills: Consistência e coerência vão além dos muros da empresa, que não está fechada. Ela é responsável por seus impactos, que se tornam manchetes de jornais rapidamente. Não há como dizer que não sabia, não estava no momento, não era responsável por qualquer não conformidade, ocorrida dentro ou fora da empresa, que se relacione com ela. Se houver consistência, conhecimento do que gerou externalidades negativas, mesmo dentro da lei, responda, explique! Há menos de 200 anos atrás, era legítimo ser *proprietário* de um ser humano, dependendo da cor de sua pele, e estava-se dentro da lei. Isto não é ético, não é aceitável. Não é mera questão de cumprir todas as leis e, sim, de ser contemporâneo, entender quais são os desafios e trabalhar a favor, porque, afinal, o que se quer como líder, como mãe, como mulher, como empresária – em qualquer posição, como participante de uma sociedade – é estar a favor de direitos que a sociedade considere justos e nós evoluamos, não o contrário. O propósito também é importante! John Elkington falou sobre isso, em uma conferência no Brasil, com *board members*, grandes conselheiros, CEOs e integrantes de comitês executivos: a

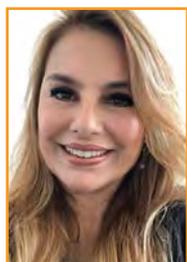
“

Uma liderança coerente e consistente sabe do seu papel e é capaz de, cada vez mais, levar isso para a frente. Não precisamos ter todas as respostas, mas precisamos ter consciência de que o bom impacto não é opcional, e fazer as perguntas certas. O mundo é movido a perguntas!

”

única língua que os *boards* devem aprender não é espanhol, finanças, é o impacto. Qual é o impacto do negócio, porque este não é opcional, é o resultado do propósito. Esses profissionais buscam manter a perenidade e o bom resultado tanto quanto resolver problemas da sociedade e são remunerados economicamente por isso. Tudo isto está diretamente relacionado ao sucesso do negócio, cujas premissas não mudaram desde que fizemos faculdade – licença social para operar – lá atrás: propósito, papel das empresas e o contrato social. Uma liderança coerente e consistente sabe do seu papel e é capaz de, cada vez mais, levar isso para a frente. Não precisamos ter todas as respostas, mas precisamos ter consciência de que o bom impacto não é opcional, e fazer as perguntas certas. O mundo é movido a perguntas! **RI**

Nota: Assista o vídeo com a íntegra dessa entrevista, disponível no link: <https://www.revistari.com.br/videos>



CIDA HESS

é CEO da Orquestra Societária Business, doutora em Sustentabilidade pela UNIP/SP, mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCSP, economista e contadora, com MBA em finanças pelo IBMEC. Executiva, conselheira, palestrante, coordenadora da Comissão Temática de Finanças e Contabilidade e professora da Board Academy e do Legado e Família. Colunista da Revista RI desde 2014 e do Portal Acionista desde 2019 e conselheira editorial da RI desde 2023.
cidahessparanhos@gmail.com



MÔNICA BRANDÃO

é assessora do escritório André Mansur Advogados Associados e *chair* do Conselho Consultivo da Orquestra Societária Business. Mestre em Administração pela PUC Minas, graduada em Engenharia Elétrica e graduanda em Direito pela mesma Universidade, é pós-graduada em Administração pela UFMG e MBA em Finanças pelo IBMEC. Tem atuado como executiva financeira, conselheira, engenheira e professora universitária, é colunista da Revista RI desde 2008 e do portal Acionista desde 2019, sendo conselheira editorial da RI desde 2023.
mbran2015@gmail.com

“ SUA EMPRESA EVOLUINDO EM HARMONIA ”

ECONÔMICA E AMBIENTALMENTE
SUSTENTÁVEL.

SOCIALMENTE RESPONSÁVEL.

GERIDA ETICAMENTE.

A Orquestra Societária Business (OSB) analisa a maturidade da gestão de empresas e, há mais de 10 anos, desenvolve técnicas para construir Modelos de Gestão Sustentável (MGS).

Nosso trabalho é desenvolvido por especialistas com mais de 30 anos de experiência e validado por pesquisas científicas com profissionais corporativos e acadêmicos, publicações de mais de 100 artigos e livro.

Transforme sua empresa em uma verdadeira Orquestra Societária!

Entre em contato:

www.linkedin.com/in/cidahess/

<https://www.revistari.com.br/autor/Cida+Hess>



**ORQUESTRA
SOCIETÁRIA
BUSINESS**

um amanhã para prosperar

Maestro João Carlos Martins

<https://www.revistari.com.br/219/1318>

30% CLUB

DO CRESCIMENTO DA DIVERSIDADE À PARIDADE DE GÊNERO

O 30% Club é uma iniciativa global, sem fins lucrativos, voltada aos países do G20 (segundo o FMI, em 2023 o Brasil ocupa a 9ª posição, com um PIB estimado em US\$ 2,13 trilhões), que tem por missão promover o equilíbrio de gênero nos Conselhos de Administração das 100 maiores companhias do mercado de capitais do G20.

por **ANNA GUIMARÃES**

Inicialmente, o 30% Club adotou como lema o “crescimento através da diversidade”. No entanto, como o entendimento por parte das companhias é de que diversidade se refere à uma visão mais ampla para a composição do colegiado (experiência no setor, em finanças corporativas, em inovação, em governança, em ESG, IA, etarismo, raça, entre outros), o 30% Club em 2023 passou a adotar o lema o “caminho para paridade de gênero”.

No Brasil, as atividades do 30% Club tiveram início em 2019. Desde então, foi criado o 30% Club Boardwomen Index IBrX 100, para identificar a porcentagem de conselheiras nas companhias do índice IBrX100 - 100 maiores companhias de capital aberto do país. Atualmente, o levantamento de informações do Boardwomen Index é realizado pela PwC, de forma independente.

“

O propósito da campanha local é atingir, pelo menos, 30% de mulheres em Conselhos de Administração até 2026. A última edição do *Boardwomen Index* aponta que houve um aumento de 60% de mulheres em Conselhos de Administração nos últimos 4 anos.

”



Troféu entregue às companhias premiadas

O propósito da campanha local é atingir, pelo menos, 30% de mulheres em Conselhos de Administração até 2026. A última edição do *Boardwomen Index* aponta que houve um aumento de 60% de mulheres em Conselhos de Administração nos últimos 4 anos. A análise apontou ainda que, entre 1º de maio e 1º de novembro de 2023, o número da representatividade feminina nos Conselhos aumentou de 16,9% para 20,2%. A trajetória ascendente coloca o Brasil na 8ª. posição entre os 18 capítulos do 30% Club globalmente.

Numa iniciativa pioneira do 30% Club, o capítulo brasileiro instituiu no ano passado, o **30% Club Brazil Award**. Em 30 novembro de 2023, foi promovida a cerimônia da primeira edição do prêmio, com a finalidade de reconhecer as companhias do Index IBrX 100 que contemplavam, 30% ou mais de mulheres nos Conselhos de Administração em 2023.

A seguir, as 17 Companhias foram agraciadas com o 30% Club Brazil Award: B3, Banco do Brasil, BRF, Carrefour, Cogna Educação, Hypera Pharma, Magazine Luiza, M. Dias Branco, Natura Brasil, Porto Seguro, Rumo Logística, Santander, Suzano, TIM, Totvs, Vivara e Vivo.

Essas companhias foram representadas na cerimônia de premiação pelas suas principais lideranças que puderam compartilhar com as demais, suas trajetórias e experiências na adoção de Conselhos com 30% da paridade de gênero. A expectativa é que essas 17 companhias inspirem as demais companhias do IBrX100 e abram caminho para que na segunda edição do prêmio, em 30 outubro de 2024, possamos dobrar o número de companhias premiadas.

Igualmente fundamental nesta trajetória é o apoio que temos recebido de órgãos reguladores e de entidades que estão relacionadas ao mercado de capitais. Além da B3, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), o Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec), a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) têm sido aliados nesta nossa jornada.



Primeira edição do 30% Club Brazil Award

DIVERSIDADE



Membros do Advisory Board presentes na premiação

Estudos globais a respeito da paridade de gênero de ao menos 30%, sejam acadêmicos ou conduzidos por consultorias, demonstram uma correlação entre Conselhos de Administração diversos, com paridade de gênero, com o desempenho das companhias, seja no *botton line*, como nos aspectos ESG (Ambiental, Social e Governança) das companhias.

Ao analisamos o cenário de 2019, percebemos importantes avanços, que passam pelo campo da educação e da qualificação profissional, de ambientes organizacionais mais inclusivos, e pela própria pressão da sociedade e do mercado, além da contribuição do 30% Club, nessa jornada.

Em 2024, no meu segundo ano como presidente do Conselho (Advisory Board), tenho a satisfação de anunciar ao mercado, a nossa agenda que contempla dois objetivos estratégicos: 1) reforçar a campanha de novos membros, de forma a seguir atraindo os presidentes de Conselho e CEOs das 100 maiores companhias do mercado de capitais brasileiro e 2) evoluir em nossa estrutura de governança.

Para materializar esses objetivos, importantes iniciativas estão em curso:

- Revisão do Planejamento Estratégico 2023-2026.
- Colaboração de um novo parceiro de Relações Públicas e Assessoria de Imprensa, a PinePr.
- Promoção da 2ª edição do 30% Club Brazil Award, em 30 de outubro de 2024.

- Redesenho dos Comitês de Assessoramento ao Advisory Board.
- Elaboração e divulgação do Formulário de Referência.
- Elaboração e divulgação do Relatório Anual da Administração.
- Participação na reunião anual do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

Seguimos fortalecidos e confiantes na nossa meta aspiracional local de atingir 30% de paridade de gênero nos Conselhos das 100 maiores companhias do mercado de capitais até 2026 (atualmente temos a marca de 20%).

Acreditamos que a união entre as companhias, academia, mercado, imprensa, profissionais, entidades do mercado de capitais, opinião pública, governos e a própria sociedade, resultará em novas e positivas transformações para que cada vez caminhemos para a paridade de gênero nos Conselhos de Administração, representando a pluralidade presente em nossa sociedade, como fator benéfico a todos nós. **RI**



ANNA GUIMARAES

é Presidente do Conselho do 30% Club Brasil.
aguimaraes@30percentclub.org

50 histórias sobre décadas de uma atuação
pioneira da sustentabilidade ao ESG.

SONIA CONSIGLIO FAVARETTO

#vivipraver

A HISTÓRIA E AS MINHAS HISTÓRIAS
DA SUSTENTABILIDADE AO ESG

Prefácio de FÁBIO BARBOSA



Também
no formato
EBOOK em
português
e inglês.

www.heloisabelluzzoeditora.com.br

[f](#) [@](#) heloeditora



AMERICANAS A INACREDITÁVEL DESTRUIÇÃO DE VALOR DA EMPRESA E DOS STAKEHOLDERS

Desde 11 janeiro de 2023 todo mercado foi impactado com o anúncio da perda de mais de R\$ 20 bilhões por causa das inconsistências contábeis (fraudes) e ainda tenta entender o que aconteceu com as empresas do grupo Americanas S.A. O significativo e inesperado rombo ocasionado pelo valor dos ajustes contábeis e ocultado por anos pela Americanas, representa o maior escândalo corporativo e a maior fraude contábil do Brasil.

por **OSCAR MALVESSI**

Isso foi demonstrado somente no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2022, com divulgação ao mercado em 16 de novembro de 2023. A partir da divulgação dessas Demonstrações Financeiras (DFs), a Americanas divulgou uma situação de endividamento incontrolável, um prejuízo monstruoso, abalando significativamente o mercado. O conjunto do registro dos ajustes contábeis demonstrou o endividamento oneroso até então não registrado de R\$ 39 bilhões, e transformou o lucro em um estrondoso valor de R\$ 40 bilhões de prejuízo, sendo que mais da metade desse valor refere-se aos períodos anteriores de 2021.

“

O conjunto do registro dos ajustes contábeis demonstrou o endividamento oneroso até então não registrado de R\$ 39 bilhões, e transformou o lucro em um estrondoso valor de R\$ 40 bilhões de prejuízo.

”

Analisando os registros dos ajustes contábeis temos a revelação das seguintes operações:

- 1. Endividamento:** o impacto do registro das operações de risco sacado de R\$ 15,9 bilhões e a relevante evolução no nível do endividamento oneroso chegando a R\$ 39,0 bilhões;
- 2. Fraude contábil:** o estrondoso rombo resultando no vertiginoso prejuízo de R\$ 40,8 bilhões, transformando o patrimônio líquido positivo em R\$ 26,7 bilhões negativos;
- 3. Valor de Mercado:** a relevante destruição de riqueza no valor de mercado da Americanas, antes e depois da fusão, e o impacto com a divulgação da fraude contábil;
- 4. Inflação:** a evolução e impacto da inflação nas principais contas da Demonstração de Resultados e seus indicadores, com a análise do histórico desde 2012;
- 5. Ativos Operacionais:** demonstra o comportamento das principais contas dos Ativos com destaque nos aumentos dos investimentos, as relevantes baixas com impairment e o reflexo no crescimento dos níveis de endividamento e seus indicadores;
- 6. ROIC - Retorno sobre o capital investido:** surgem os motivos da perda consistente da qualidade dos resultados operacionais e o impacto negativo nos níveis do ROIC refletido nos indicadores e valor de mercado;
- 7. Dividendos e remuneração executiva:** desvendam-se as informações sobre os inadequados pagamentos de dividendos e da remuneração executiva, além da negativa venda de ações pelos administradores.

Diante da magnitude e da inusitada perplexidade das operações denominadas de ajustes contábeis, a Americanas também esclareceu, nessa publicação, os cinco pontos que explicam como a fraude era constituída:

- “Contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios eram lançados como redutores de custo. A contrapartida era um lançamento redutor da conta de fornecedores;
- Operações financeiras de risco sacado eram contratadas e lançadas na conta de fornecedores, anulando o lançamento de VPCs;
- Os encargos financeiros das operações de risco sacado (e capital de giro) eram lançados na conta de fornecedores, não transitando pela DRE, aumentando o resultado;

- Um grande volume de outras despesas diversas (como folha de pagamento e fretes) era indevidamente capitalizado;
- Operações financeiras de capital de giro de curtíssimo prazo eram lançadas na conta de fornecedores e neutralizadas com o lançamento de VPCs fictícios”.

Uma simples analogia pra tudo isso: implodiram uma orquestra centenária. O maestro desapareceu. Os instrumentos dos músicos não tocam; eles só fazem barulho e sequer há música. Portanto, acabaram com a imagem de respeitabilidade, com a reputação, o propósito, os valores, a cultura empresarial e a confiança dos stakeholders até então construída pelo grupo Americanas.

Ainda, somente em 19 de dezembro de 2023, a empresa obteve a aprovação do acordo com credores e plano de capitalização de R\$ 24 bilhões, dentro de seu processo de Recuperação Judicial (RJ).

Evidenciando a magnitude extraordinária dos valores registrados com os ajustes contábeis feitos pela Americanas, a tabela 1 demonstra a evolução e as respectivas contas que compõem o endividamento oneroso conforme o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2022, como:

**TABELA 1 - Americanas Consolidado:
Evolução do Endividamento Oneroso Total**
- Informações de 31/12/2020 a 31/12/2022 - R\$ bilhões

Evolução do Endividamento até 31/12/2022	
1.1- Risco Sacado Publicado em 31/12/2020	0,0
1.2- Endividamento Publicado em 31/12/2020	7,9
1.3- Evolução do Endividamento: Efeito da Fraude Contábil (1.4+1.5+1.6+1.7)	31,1
1.4- Risco Sacado Adicionado em 2020	6,8
1.5- Risco Sacado Adicionado em 2021	7,4
1.6- Risco Sacado Adicionado em 2022	1,7
1.7- Captações de Financiamentos em 2021 e 2022	15,2
1.8- Composição do Endividamento: Efeito da Fraude Contábil (1.2+1.3)	39,0

ENDIVIDAMENTO TOTAL ONEROSO DE R\$ 39,0 BILHÕES

Com a desmistificação dos ajustes contábeis, o risco sacado foi para R\$ 15,9 bilhões (1.4+1.5+1.6), acrescido do endividamento oneroso de R\$ 23,1 bilhões (1.2+1.7), o que resultou no estrondoso valor de R\$ 39 bilhões do passivo bancário oneroso (1.8).

ESCÂNDALO CORPORATIVO

A FRAUDE E O BOMBÁSTICO ROMBO EXPLICADOS PELO PREJUÍZO DE R\$ 40,8 BILHÕES

A tabela 2 demonstra a composição do prejuízo apresentado no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022. O destaque é para o expressivo valor dos prejuízos acumulados e o relevante impacto dos ajustes efetuados com a fraude contábil.

TABELA 2 - Americanas Consolidado:
Composição dos valores do Prejuízo indicados no Balanço Patrimonial - 31/12/2022 - R\$ bilhões

Prejuízo - Composição da Fraude 31/12/2022	
2- Composição Total do Prejuízo - Efeito da Fraude	-40,8
2.1- Valor do Ajuste do Prejuízo do ano 2021	-6,8
2.2- Diferença de Prejuízo entre 30/09/2022 e 31/12/2022	-12,5
2.3- Diferença do Valor do Ajuste de Prejuízos dos anos anteriores	-21,5

A partir dessa tabela temos a sequência dos ajustes identificados, oriundos das inconsistências dos registros contábeis, como:

- **Valor do ajuste do prejuízo do ano 2021:** Na DRE não ajustada de 2021, o lucro líquido era de R\$ 0,5 bilhões. Após os ajustes contábeis de -R\$ 6,8 bilhões (2.1), se tornou um prejuízo ajustado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 6,3 bilhões;
- **Valor do ajuste de prejuízo de 30/09/2022 para 31/12/2022:** O valor publicado em 30 de setembro de 2022 era de -R\$ 0,4

TABELA 3 - Americanas Consolidado:
Lucro, Prejuízos e Dividendos pagos - 2012 a 2022 - R\$ bilhões

Lucro Líquido e Dividendos pagos no período 2012 a 2022				
Contas	Valor 2012-2020	2021	2022	Total 2012-2022
3.1- Lucro Líquido (LL)	3,5	0,5	-0,4	3,6
3.2- Ajustes Contábeis da fraude nas DFs 2022	-21,5	-6,8	-12,5	-40,8
3.3- Prejuízos com os Ajustes Contábeis	-18,1	-6,2	-12,9	-37,2
3.4- Dividendos Pagos	1,2	0,0	0,333	1,6

Ainda, no período de 2012 a 2022, de acordo com informações de documentos entregues à CVM, considerando LASA, B2W e Americanas S.A., os diretores receberam R\$ 713 milhões, sendo que R\$ 433 milhões se referem a remuneração variável, e R\$ 280 milhões em remuneração fixa. Normalmente a remuneração variável é diretamente atribuída a qualidade

bilhões. Com os valores publicados nas DFs de 31 de dezembro de 2022, oriundos dos registros da fraude, o prejuízo foi para R\$ 12,9 bilhões, resultando no significativo acréscimo de -R\$ 12,5 bilhões (2.2);

- **O valor de -R\$ 21,5 bilhões é o prejuízo dos anos anteriores:** Esse valor é composto pelo valor do prejuízo (2), menos a soma de (2.1) e (2.2);
- **Composição dos prejuízos da Fraude de R\$ 40,8 bilhões:** Formado pela soma dos 3 valores, (2.1) + (2.2) + (2.3).

Destaca-se que o valor dos prejuízos referentes aos anos anteriores de R\$ 21,5 bilhões (2.3), superam a soma do valor acumulado do lucro líquido de R\$ 3,5 bilhões (5.6), constantes das DFs dos anos de 2012 a 2020. Portanto, o expressivo tamanho desse imenso prejuízo, representa 6,1 vezes o lucro líquido que a empresa declarou nesse período.

Analisando os valores dos dividendos pagos conforme a tabela 3, constata-se que houve um expressivo pagamento de R\$ 333 milhões em dividendos no ano de 2022 (3.4), justamente o ano em que houve o maior ajuste contábil oriundo da fraude. Ao se considerar o valor dos prejuízos com os ajustes contábeis em 2022 (3.3), infere-se que a Americanas não tinha capacidade financeira de remunerar os acionistas com o pagamento que fez de dividendos. Ou seja, não havia lucro contábil nesses períodos; portanto, a empresa não deveria ter pago dividendos quando se considera todo o período.

A FORTE DESTRUIÇÃO DE RIQUEZA COMEÇOU MUITO ANTES DE FRAUDE CONTÁBIL

O gráfico 4 informa os eventos ocorridos e destaca que a estrondosa destruição de riqueza dos acionistas, da empresa e dos *stakeholders*, ocasionado nas empresas Americanas e B2W, não ocorreu só a partir da notícia da fraude contábil. A derrocada de valor das duas empresas abertas na B3 do grupo 3G, liderado pelos acionistas controladores Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sucupira, surge a partir da comunicação da fusão das duas empresas ocorrida em 16 de julho de 2021. Desde a fusão, usando o nome de Americanas S.A. (AMER3), temos uma extraordinária perda de R\$ 55 bilhões no seu valor de mercado na Bolsa.

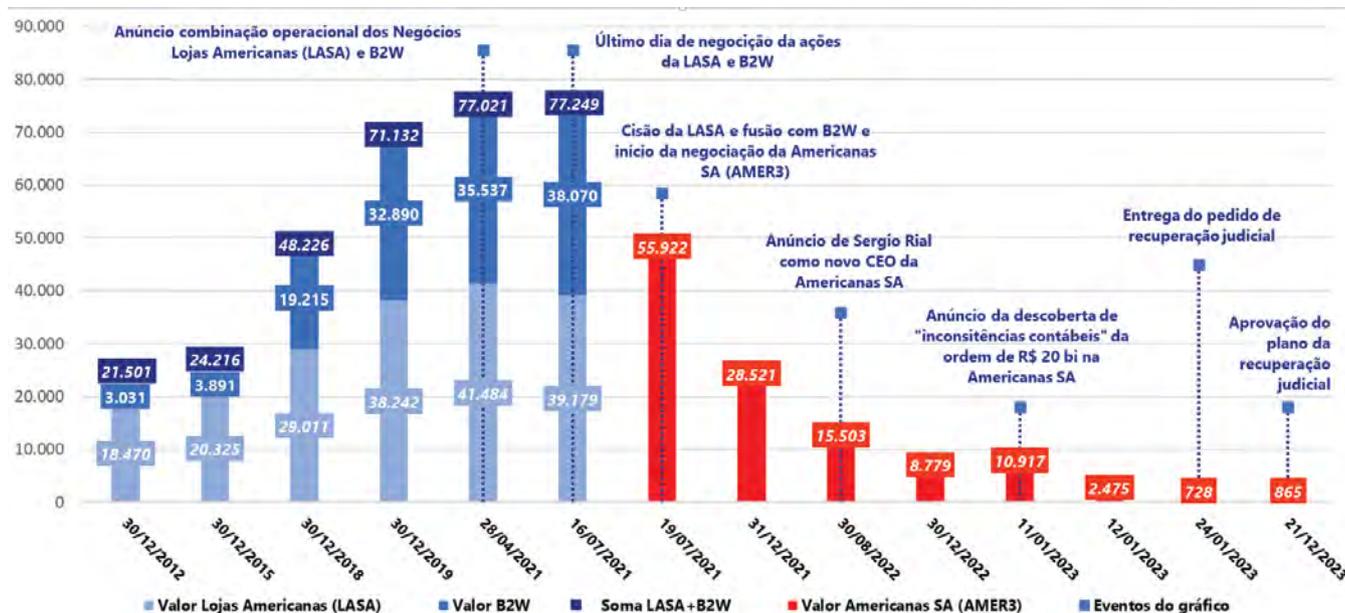
Observa-se a impressionante desvalorização da Americanas S.A. (AMER3) já no início da negociação das suas ações. Somente com a troca das duas empresas pela AMER3, houve uma perda de R\$ 22 bilhões (de R\$ 77,2 para R\$ 55,9). Já no dia 12 de janeiro de 2023, após a publicação do fato relevante sobre a divulgação da ocorrência da fraude, instantaneamente, o mercado reagiu e afundou o valor das Americanas S.A., para ínfimos R\$ 2,4 bilhões. No dia 24 de janeiro de 2023, após a empresa entrar com pedido de Recuperação Judicial (RJ), o valor de mercado caiu para R\$ 0,7 bi. Em 21 de dezembro de 2023, após aprovação do plano de Recuperação Judicial, a empresa valia somente R\$ 0,9 bilhões.



Observa-se a impressionante desvalorização da Americanas S.A. (AMER3) já no início da negociação das suas ações. Somente com a troca das duas empresas pela AMER3, houve uma perda de R\$ 22 bilhões (de R\$ 77,2 para R\$ 55,9). Já no dia 12 de janeiro de 2023, após a publicação do fato relevante sobre a divulgação da ocorrência da fraude, instantaneamente, o mercado reagiu e afundou o valor das Americanas S.A., para ínfimos R\$ 2,4 bilhões.



GRÁFICO 4 - Comportamento do Valor de Mercado: LASA, B2W e Americanas S.A. (AMER3) - a partir de 30/12/2012 até 21/12/2023 - R\$ bilhões



ESCÂNDALO CORPORATIVO

EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS DE UMA EXPRESSIVA PERDA NA QUALIDADE DE RESULTADOS

A tabela 5 compara o comportamento e evolução das principais contas, em moeda nominal, da Demonstração de Resultados e indicadores nos últimos 10 anos.

TABELA 5 - Americanas Consolidado: Demonstração de Resultado - 2012 a 2022
- em Moeda Nominal - R\$ bilhões

Moeda Nominal	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021Aj	2022
5.1 - Receita Líquida	11,3	13,4	16,1	17,9	18,1	17,0	17,7	19,0	21,3	22,5	25,8
5.2 - Lucro Bruto	3,4	4,1	4,8	5,1	5,4	5,4	6,1	6,9	7,1	3,9	5,0
5.3 - Lucro Operacional	1,2	1,5	1,7	1,9	2,0	1,9	1,7	2,1	1,4	-2,9	-5,4
5.4 - EBITDA	1,5	1,7	2,1	2,5	2,7	2,7	2,7	3,9	3,5	-1,8	-3,8
5.5 - Despesas Financeiras Líquidas	0,8	0,9	1,2	1,7	2,2	1,9	1,4	1,4	1,1	1,0	4,5
5.6 - Lucro Líquido	0,4	0,5	0,4	0,3	0,2	0,2	0,4	0,7	0,4	-6,1	-13,0

Bases: as informações das DFs foram extraídas da CVM. A do ano de 2021 foi ajustada pelos fatos da fraude contábil e republicada pela Americanas com as informações do ano de 2022 em 16/11/2023

A Receita Líquida (5.1) cresce até 2016, depois, ocorrem decréscimos em 2017 e 2018, voltando a crescer a partir de 2019.

O Lucro Bruto (5.2) cresce até 2020, diminuindo expressivamente em 2021 e 2022. O Lucro Operacional (5.3) aumenta até 2019, caindo fortemente em 2020 e com valores negativos em 2021 e 2022, demonstrando gastos desproporcionais da gestão.

Por outro lado, o EBITDA (5.4) cresce e mantém-se em torno de R\$ 2,7 bilhões até 2018, alcançando o pico em 2019 (R\$ 3,9 bi) devido à adoção do IFRS 16. Mas ele não se sustenta, com os ajustes da fraude contábil passa a ser negativo em 2021 e 2022, chegando a -R\$ 3,8 bilhões.

As despesas financeiras líquidas (5.5) oscilaram, e estouraram com o registro da fraude em 2022. Considerando o período de 2012 a 2020, elas consumiram 81% do lucro operacional gerado.

O comportamento do Lucro Líquido (5.6) é baixo e, com a fraude, em 2021 e 2022 se transforma em um expressivo prejuízo de R\$ 19,1 bilhões.

Na tabela 5.A, demonstra-se o impacto que a inflação ocasiona desde 2012 na análise e em seus resultados, agora comparados e interpretados na forma de moeda constante, revelando-se o verdadeiro comportamento desses valores no tempo.

TABELA 5.A - Americanas Consolidado: Demonstração de Resultado - em Moeda Constante
- 2012 a 2022 - R\$ bilhões

A - Moeda Constante	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021Aj	2022
5.1.A - Receita Líquida	21,0	23,4	26,5	27,0	25,1	22,8	22,8	23,6	25,7	25,1	26,3
5.2.A - Lucro Bruto	6,3	7,1	7,9	7,7	7,5	7,3	7,8	8,6	8,6	4,3	5,1
5.3.A - Lucro Operacional	2,3	2,5	2,8	2,9	2,8	2,6	2,2	2,6	1,7	-3,2	-5,6
5.4.A - EBITDA	2,7	3,0	3,4	3,7	3,7	3,6	3,4	4,8	4,2	-2,0	-3,9
5.5.A - Despesas Financeiras Líquidas	1,5	1,5	2,1	2,5	3,0	2,5	1,8	1,7	1,4	1,1	4,6
5.6.A - Lucro Líquido	0,8	0,8	0,7	0,4	0,3	0,3	0,5	0,9	0,5	-6,8	-13,3

Base: elaboradas com a estrutura de informações do Método VEC

No que diz respeito às Receitas (item 5.1.A), o crescimento histórico no período não é expressivo em moeda constante: cresce somente 25% quando comparado a 128% de crescimento em moeda nominal. O destaque é para o ano 2015 quando a Receita atingiu R\$ 27 bilhões, e depois teve queda de 2016 até 2019. Nos últimos três anos as receitas voltaram aos baixos níveis 2014. Todos os outros valores também de-

monstram mudanças expressivas, impossibilitando uma correta interpretação e análise, quando analisados em moeda nominal.

Complementando a análise, na tabela 5.B resume-se o comportamento histórico dos principais indicadores financeiros de resultado interpretado pelas margens.

TABELA 5.B - Americanas Consolidado: Indicadores tradicionais - Margens - 2012 a 2022

B - Margens	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021Aj	2022
5.2.B - Margem Bruta	29,9%	30,4%	30,0%	28,6%	29,8%	31,9%	34,3%	36,4%	33,5%	17,3%	19,5%
5.3.B - Margem Operacional	11,0%	10,8%	10,4%	10,8%	11,3%	11,2%	9,7%	11,1%	6,7%	-12,7%	-21,1%
5.4.B - Margem EBITDA	13,0%	13,0%	12,8%	13,8%	14,8%	15,7%	15,0%	20,5%	16,4%	-8,1%	-14,9%
5.6.B - Margem Líquida	3,6%	3,5%	2,6%	1,4%	1,2%	1,4%	2,2%	3,7%	1,9%	-27,0%	-50,5%

Base: elaboradas com a estrutura de informações do Método VEC

As margens da empresa demonstraram oscilações e deterioração ao longo do tempo. Em 2021 e 2022, com a fraude contábil, a margem bruta diminuiu praticamente pela metade; as margens operacionais, EBITDA e líquida foram simplesmente transformadas em indicadores negativos. Isso demonstra uma perda acentuada na qualidade dos resultados, gerando dúvidas sobre o comportamento histórico do passado, e principalmente, em relação aos resultados futuros da empresa. A destruição de valor e riqueza demonstrada é muito expressiva.

A MÁ GESTÃO DOS INVESTIMENTOS NOS ATIVOS OPERACIONAIS LEVOU A UMA RELEVANTE DESTRUIÇÃO DE VALOR

A tabela 6 apresenta o comportamento histórico das principais contas dos ativos. Nele, o capital de giro operacional líquido (6.1) apresentou oscilações no período, mas, a partir de 2021, com os ajustes contábeis, houve aumento na conta fornecedores e o nível do capital de giro diminuiu expressivamente.

TABELA 6 - Americanas Consolidado: Ativos Operacionais - em Moeda Nominal - 2012 a 2022 - R\$ bilhões

Ativos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021Aj	2022
6.1 - Capital de Giro Op. Líq.	0,8	0,3	0,1	0,2	1,8	2,1	1,4	0,8	1,0	0,0	0,3
6.2 - Ativos Não Circulantes	3,7	5,1	6,7	8,2	9,0	9,9	10,3	13,7	15,6	16,3	13,6
6.3 - Ativos Operacionais	4,5	5,4	6,8	8,4	10,8	12,0	11,7	14,5	16,6	16,3	13,9

Base: elaboradas com a estrutura de informações do Método VEC

Os ativos não circulantes (6.2) aumentaram consistentemente ao longo dos anos, passando de R\$ 3,7 bilhões em 2012 para R\$ 15,6 bilhões em 2020, impulsionados por 26 operações de fusões e aquisições (M&A). Destaca-se que o lucro operacional (5.3) não demonstrou o esperado reflexo positivo em função dessas aquisições. Ao contrário, ele só decresce e é negativo a partir de 2021.

Destaca-se que, no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2021, a empresa reconheceu baixas relevantes e ajustou os ativos não circulantes (investimentos, imobilizados e intangíveis) com o impairment acumulado até 2021 de R\$ 6,5 bilhões. Ainda, em 2022, houve mais baixas de R\$ 2,5 bilhões, acumulando o valor do impairment para R\$ 8,9 bilhões.

ESCÂNDALO CORPORATIVO

A tabela 6.A demonstra o comportamento das contas do ativo financeiro, da estrutura de capital onerosa (endividamento de CP e LP) e do patrimônio líquido, com suas proporções.

TABELA 6.A - Americanas Consolidado: Ativo Financeiro e Estrutura de Capital – em Moeda Nominal -2012 a 2022 - R\$ bilhões

A – Ativo e Passivos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021Aj	2022
6.4 - Ativo Financeiro	3,0	4,0	4,4	5,8	4,2	10,0	10,4	10,9	21,7	6,8	6,7
6.5 - Dívida Onerosa CP*	1,4	0,7	1,0	1,3	1,8	4,2	2,3	2,8	2,8	2,3	38,7
6.6 - Dívida Onerosa LP*	4,9	6,9	7,0	9,6	9,9	11,5	13,4	15,1	19,4	16,9	0,3
6.7 – Dívida Onerosa Total* (6.5+6.6)	6,3	7,7	8,0	10,9	11,7	15,7	15,7	17,8	22,1	19,2	39,0
6.8 - Patrimônio Líquido	1,2	1,5	3,0	2,9	3,2	6,1	6,3	7,4	15,9	-12,6	-26,7
6.5.1 - Dívida Onerosa CP (%)	18,3%	8,1%	8,7%	9,2%	12,1%	19,1%	10,4%	11,0%	7,3%	34,5%	313,0%
6.6.1 - Dívida Onerosa LP (%)	65,9%	75,6%	63,7%	69,5%	66,6%	52,8%	61,0%	59,8%	50,9%	258,6%	2,6%
6.7.1 – Dívida Onerosa Tt (%)	84,2%	83,8%	72,4%	78,7%	78,7%	71,9%	71,4%	70,7%	58,3%	293,0%	315,6%
6.8.1 - Patrimônio Líquido (%)	15,8%	16,2%	27,6%	21,3%	21,3%	28,1%	28,6%	29,3%	41,7%	-193,0%	-215,6%

Nota-se que o comportamento do ativo financeiro (6.4) é muito expressivo, crescente e desnecessário quando comparado ao nível de endividamento de curto prazo. Em 2017 ele cresce 2,3 vezes e dobra para R\$ 21,7 bilhões em 2020. Curiosamente, o ativo financeiro apresenta valores superiores ao do patrimônio líquido em todos os anos. Ainda, ele é maior que o valor das dívidas de curto prazo. Surpreendentemente, antes da divulgação da fraude, em 2020, o ativo financeiro atinge um valor praticamente igual à soma das dívidas de curto e longo prazo.

Entretanto, com a publicação do Balanço Patrimonial ajustado de 2022, as dívidas onerosas totais (6.7) cresceram astronômicamente, para R\$ 39,0 bilhões. Ao mesmo tempo, também caiu o ativo financeiro em 2022 para R\$ 6,7 bilhões.

O patrimônio líquido (6.8) evoluiu com os lucros anuais acumulados e por aportes de capital, alcançando, em 2020,

R\$ 15,9 bilhões. Com os ajustes dos prejuízos causados pelo registro da enorme fraude contábil, o PL em 2021 se transformou em negativo, chegando a incríveis R\$ 26,7 bilhões negativos em 2022.

Os investimentos operacionais causam impacto negativo no ROIC e valor de mercado da empresa cai vertiginosamente

Ao comparar o comportamento e a evolução dos investimentos efetuados com o retorno sobre os ativos operacionais, representado pelo ROIC, um dos principais indicadores do Método VEC® de Criação de Valor – a atenção está na análise do LOLIR (Lucro Operacional Líquido do IR) em relação ao giro e ao valor dos ativos operacionais médios.

A tabela 7 apresenta a análise do comportamento histórico do ROIC, bem como sua composição. Além disso, demonstra-se os indicadores, como o Fluxo de Caixa Livre (FCF), o valor de mercado da Americanas e o índice EV/EBITDA.

TABELA 7- Americanas Consolidado: Comportamento: LOLIR, Ativos Operacionais, ROIC, FCF e Valor de Mercado - em Moeda Nominal - 2012 a 2022 - R\$ bilhões

Moeda Nominal	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021Aj	2022
7.1 - LOLIR	0,9	1,0	1,2	1,3	1,5	1,3	1,2	1,5	1,1	-2,9	-5,4
7.2 - Ativo Operacional Md.	4,3	4,9	6,1	7,6	9,6	11,4	11,9	13,1	15,5	16,5	15,1
7.3 - Margem LOLIR (%)	7,5%	7,4%	7,4%	7,2%	8,1%	7,9%	6,6%	7,9%	5,0%	-12,7%	-21,1%
7.4 - Giro do Ativo Operacional Md.	2,7x	2,7x	2,7x	2,4x	1,9x	1,5x	1,5x	1,4x	1,4x	1,4x	1,7x
7.5 - ROIC (%) (7.4 x 7.5)	19,9%	20,1%	19,6%	17,1%	15,3%	11,7%	9,9%	11,5%	6,9%	-17,4%	-36,1%
7.6 - FCF	0,4	0,1	-0,2	-0,3	-1,0	0,1	1,4	-1,2	-1,1	-	-
7.7 - Valor de Mercado	21,5	18,1	24,7	24,2	25,4	34,4	48,2	71,1	87,6	28,5	8,8
7.8 - Índice EV / EBITDA	18,6x	14,0x	14,7x	12,8x	13,2x	15,6x	20,7x	20,4x	25,2x	-32,0x	-12,3x

Base: elaboradas com a estrutura de informações do Método VEC

“

Nos últimos anos, o que se demonstrava como lucro, na realidade, foi um “magnífico” prejuízo, uma vez que, com os ajustes contábeis, o patrimônio líquido positivo, foi transformado em um estrondoso valor negativo em R\$ 27 bilhões. Portanto, a destruição de valor aos acionistas e *stakeholders* causada na empresa é monumental, pois representa, em termos financeiros, algo como o dobro dos R\$ 20 bilhões comunicados em 11 de janeiro de 2023.

”

O LOLIR (7.1) oscilou, mas apresenta uma queda estrondosa com valores negativos, em 2021 e 2022, após a divulgação dos ajustes da fraude contábil.

O ROIC (7.5) muda de patamar a partir de 2015, caindo ano a ano, devido, principalmente, à diminuição do giro dos ativos. Em 2021 e 2022 é significativamente negativo.

O FCF (7.6) apresenta variações em função das aquisições feitas. Em 2021 e 2022 o FCF não é calculado, devido à incomparabilidade na base dos ativos causadas pelos ajustes contábeis.

A violenta queda identificada já em 2018 e 2020, tanto no ROIC quanto no FCF, revela dificuldades e que a empresa já estava no caminho de uma substancial destruição de valor, antes mesmo do anúncio das inconsistências contábeis em janeiro de 2023.

O valor de mercado (7.7), mais que dobrou entre os anos de 2017 e 2020, sem a devida comprovação de indicadores econômico-financeiros condizentes para explicar um crescimento no valor de mercado equivalente a 155%. Ele não se sustenta e, de 2021 até o final de 2022, a queda foi muito expressiva, com redução para R\$ 8,8 bilhões, o que equivale a 11,4% do valor da data da fusão em 16 de julho de 2021. O gráfico 4 demonstra esse comportamento, entretanto, no dia seguinte ao anúncio da fraude, o valor cai para R\$ 2,4 bilhões estando, em 21 de dezembro de 2022, com os ínfimos R\$ 865 milhões, ou 1,55% do valor da data da fusão.

CONCLUSÃO

Nessa inusitada situação, infere-se que, nas empresas, não havia controles internos confiáveis, procedimentos e proces-

sos apropriados, registros contábeis corretos e muito menos governança corporativa na gestão. Nos últimos anos, o que se demonstrava como lucro, na realidade, foi um “magnífico” prejuízo, uma vez que, com os ajustes contábeis, o patrimônio líquido positivo, foi transformado em um estrondoso valor negativo em R\$ 27 bilhões. Portanto, a destruição de valor aos acionistas e *stakeholders* causada na empresa é monumental, pois representa, em termos financeiros, algo como o dobro dos R\$ 20 bilhões comunicados em 11 de janeiro de 2023.

Os resultados demonstrados nas DFs publicadas em 16 de novembro de 2023 expressam a magnitude negativa dos valores declarados pela indigesta fraude instaurada na Americanas, ocasionando basicamente a destruição do seu já desgastado valor de mercado, dado que na data da fusão a Americanas chegou a valer R\$ 56 bilhões.

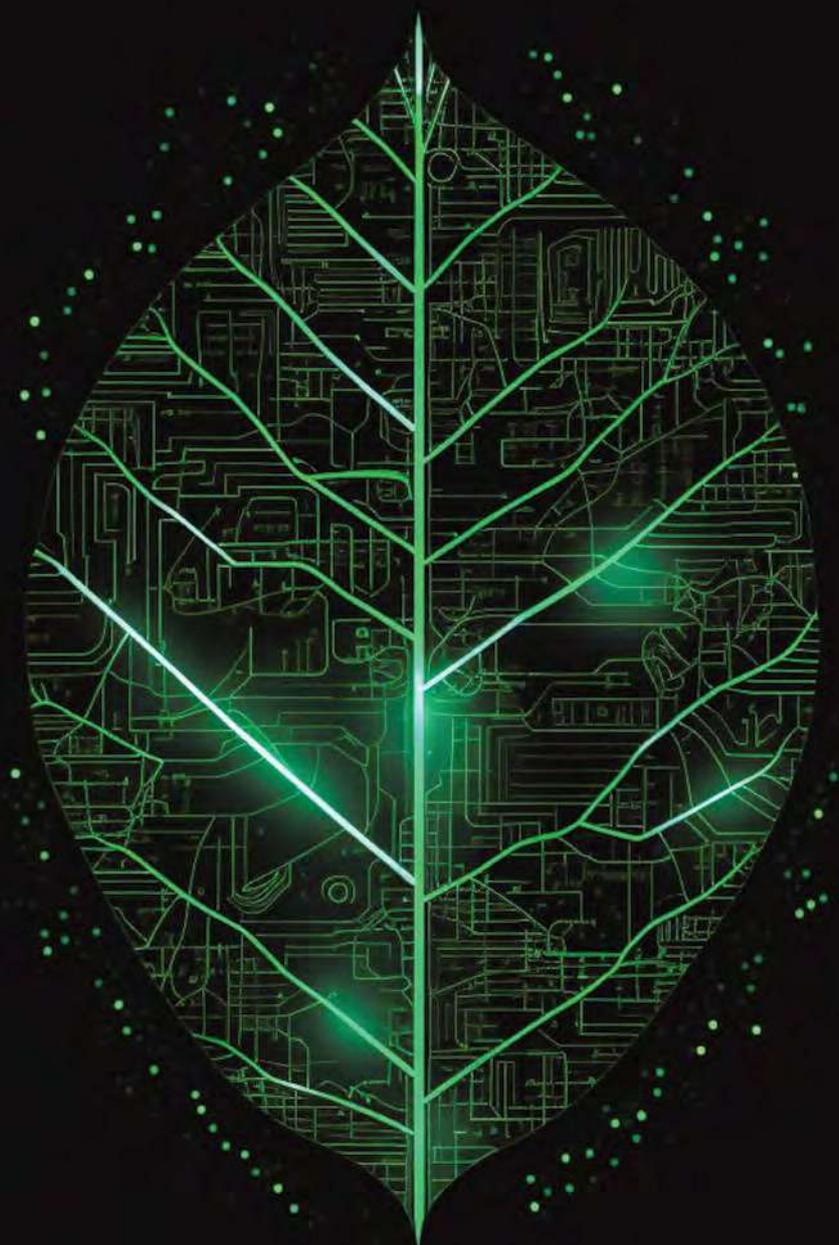
A miscelânea de informações obscuras da Americanas abalou profundamente a reputação, a credibilidade e a confiança, fatos que podem dificultar sobremaneira a perspectiva futura de recuperação da empresa no mercado. O tempo se encarregará do *disclousure*. **RI**



OSCAR MALVESSI

é consultor especializado em criação de valor, autor do livro “Como criar valor na sua empresa”, lançado recentemente. Publica artigos e livros sobre temas de finanças corporativas e valuation. Professor da FGV nos cursos executivos e foi professor de carreira na área financeira da EAESP FGV por mais de 30 anos. oscar@oscarmalvessi.com.br

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS O FUTURO É VERDE E DIGITAL!



Os modelos econômicos tradicionais foram desenvolvidos em épocas de abundância de recursos. Épocas nas quais as questões de sustentabilidade estavam colocadas à margem das prioridades e apenas a geração do lucro e a maximização do capital investido eram prestigiadas e valorizadas.

por **JOÃO PEDRO NASCIMENTO**

Nos referimos a períodos em que a teoria financeira não atribuía valor aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG). Da mesma forma, pautas globais relevantes, como o controle de mudanças climáticas, a preservação ambiental e a necessidade de valorização da agenda sustentável no contexto das decisões de investimento e, consequentemente, na alocação de recursos financeiros, não eram, devidamente, apreciadas e valorizadas.

O mundo evoluiu e essas temáticas, antes presentes apenas em debates ambientalistas, foram ressignificadas e adequadas a novos contextos. A lucidez quanto à premência de observância de cuidados para evitar a escassez de recursos naturais, bem como controlar mudanças climáticas e impedir o aquecimento global, trouxeram novas percepções acerca da indispensabilidade de conciliação da sustentabilidade com os preceitos tradicionais das finanças no ambiente de negócios.

Cientes deste cenário, os investidores passaram a considerar não apenas os retornos financeiros. Os impactos ambientais, sociais e de governança das empresas em que investem, inclusive, por conta da necessidade de preservação dos recursos para as gerações futuras, estão cada vez mais em foco, tanto em nível nacional quanto internacional.

No Brasil e no mundo, há o reconhecimento da importância de pautas em prol da transição e da mitigação das emissões de carbono, da mesma forma em que há valorização da economia circular. Neste âmbito, o sistema financeiro é capaz de desempenhar um importante papel, com a distribuição de capital para sua aplicação mais eficiente. A primordialidade de conciliar a sustentabilidade com as finanças tem se mostrado cada vez mais clara e imediata. Com isso, perspectivas positivas começam a surgir para o Brasil.

A demanda por investimentos responsáveis e alinhados com critérios de sustentabilidade ganha força, já que a análise de riscos relacionados a questões ASG tornou-se parte importante das decisões de investimento. Assim, empresas que demonstram (e comprovam!) boas práticas nessas áreas podem ser mais atraentes para os investidores e o Brasil tem condições de ser um dos grandes protagonistas mundiais nesta seara.

Estamos, agora, em uma transição para economia de baixo carbono e mais circular. Nesta esteira, as Organizações das Nações Unidas (ONU) elaboraram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de maneira a orientar a transformação em direção ao que é considerado uma economia inclusiva e plural. Mas, afinal, por que as finanças deveriam contribuir para o Desenvolvimento Sustentável?

Elas têm o potencial de desempenhar papel proeminente na distribuição de investimentos para empresas e iniciativas ambientalmente conscientes, acelerando a transição para um modelo econômico mais verde e sustentável. E, sim, podemos afirmar: **as Finanças Sustentáveis trazem consigo muitas oportunidades!**

Atenta a este cenário, a CVM assinou, em agosto de 2022, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acordo de cooperação técnica com objetivo de estimular Inovação Financeira e Finanças Sustentáveis. De maneira a fomentar o diálogo franco e aberto com a sociedade, a CVM esteve presente, em dezembro do mesmo ano, na 1ª Conferência Internacional de Finanças Sustentáveis e Economia Criativa da Amazônia e prepara-se para, em 2024, retornar à Amazônia para a 2ª conferência nesta seara. A Autarquia tem apresentado as Finanças Sustentáveis e a Economia Verde como prioridades, percebendo as



Ativa e constantemente, a CVM tem trabalhado para aprimorar o arcabouço existente e desenvolver, de maneira pouco invasiva, normas que incentivem a adoção de práticas sustentáveis no Mercado de Capitais brasileiro. Isso inclui o fomento à emissão de títulos verdes e a consideração de critérios ASG nas decisões de investimento.



tendências e as janelas de oportunidade que se apresentam para o Brasil e para os agentes econômicos do nosso país neste ambiente de negócios.

Por falar em tendências, em 2023, a CVM deu novos e consistentes passos ao publicar sua Política de Finanças Sustentáveis e seu Plano de Ação de Finanças Sustentáveis. Nos documentos, a Autarquia buscou auxiliar no fortalecimento das atribuições, consolidação e organização dos trabalhos de Finanças Sustentáveis do regulador, bem como aprimorar a divulgação e a comunicação dos resultados das atividades.

Especificamente no Plano de Ação, a CVM apresentou 17 iniciativas para desenvolver no biênio 2023-2024. A primeira entrega do Plano – a Resolução CVM 193 – foi um marco em nível internacional. Por meio da regra, a Autarquia estimulou, de forma voluntária, para companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras, a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo *International Sustainability Standards Board (ISSB)*. Com isso, o Brasil foi o primeiro país do mundo a adotar relatórios com esta padronização.

Ativa e constantemente, a CVM tem trabalhado para aprimorar o arcabouço existente e desenvolver, de maneira

pouco invasiva, normas que incentivem a adoção de práticas sustentáveis no Mercado de Capitais brasileiro. Isso inclui o fomento à emissão de títulos verdes e a consideração de critérios ASG nas decisões de investimento.

Por exemplo, a Resolução CVM 59 inovou ao indicar a importância da disponibilização de informações sobre critérios ASG nos Formulários de Referência, além de justificativas, por meio do modelo “pratique ou explique” sobre a adoção de ações neste sentido. Já na Resolução CVM 175, a CVM reconheceu a possibilidade de os fundos investirem em ativos ambientais como ativos financeiros e trouxe recomendações em relação ao uso de terminologias “ASG” e “Verde”, a fim de evitar o *greewashing*.

A relação entre Finanças Sustentáveis e o Mercado de Capitais envolve a busca por investimentos alinhados à criação de instrumentos financeiros específicos para projetos sustentáveis e à influência dos investidores nas práticas e nos conteúdos disponibilizados pelas companhias e demais emissores. Essa relação contribui para a promoção de uma economia mais responsável. Também contribui para reforçar que o “futuro é verde e digital”.

Neste momento de construção coletiva e valorização da pauta global da sustentabilidade no Mercado de Capitais, a CVM e os principais reguladores dos Mercados de Capitais do mundo estão cientes da necessidade de construção de uma linguagem global. Em nossa próxima coluna aqui na Revista RI, apresentaremos para os leitores deste tradicional veículo do Mercado de Capitais do Brasil, os *Building Blocks* que estão sendo construídos como pilares para solidificar as Finanças Sustentáveis. Pilares estes que têm como base os conceitos da Taxonomia Sustentável, seguidos pelas regras de *Reporting* (divulgação de informações dentro do regime informacional) e arrematados pelas regras de *Assurance* (referentes à asseguuração das informações prestadas no regime informacional, a fim de evitar o *greenwashing*).

Vem coisa boa por aí...! **RI**



JOÃO PEDRO NASCIMENTO
é presidente da Comissão
de Valores Mobiliários - CVM.
joao.pedro@cvm.gov.br

Leia na **RI!**

A revista do mercado de capitais.



Assine já!

e tenha acesso a todas as edições da **Revista RI.**

www.revistaRI.com.br/assinatura

INVESTIMENTOS EM MINAS GERAIS

Minas Gerais bate recorde de atração de investimentos e atrai a atenção do mercado de capitais brasileiro para energia, mineração e infraestrutura. Novos aportes formalizados, que somaram R\$ 114,4 bilhões em 2023, impulsionam a pauta ESG com destaque para o desenvolvimento socioeconômico e os compromissos públicos perante as mudanças climáticas.

por **NEIDE MARTINGO**

Um dos principais desafios hoje de empresas, governos e sociedade é promover o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, priorizar o cuidado com o meio ambiente. Mas ambas as coisas não precisam colidir, e sim, se complementar. O resultado pode se traduzir no futuro positivo que todos almejam.

Essa é também a meta do Governo de Minas Gerais, que bateu recorde na atração de investimentos privados em 2023. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento, por sua vez, está impulsionando o desenvolvimento da economia verde, com baixa emissão de carbono.

Nos últimos cinco anos, aliás, o Governo de Minas acumulou um saldo significativo para o impulsionamento da economia: já atraiu R\$ 387 bilhões em investimentos, com previsão de geração de 191 mil empregos em mais de 650 projetos. Em 2023, o destaque foi para o Vale do Jequitinhonha, região mineira com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com forte potencial para desenvolvimento de uma ampla agenda ESG, foi a que mais abriu empresas. “Temos consciência de que, por trás desse desafio, há inúmeras oportunidades para que as instituições possam desenvolver práticas de

*baixa emissão de carbono, como o desenvolvimento da inovação interna, o que gera maior valor para elas próprias, os stakeholders e a sociedade”, diz o secretário **Fernando Passalio**. Segundo ele, desenvolvimento econômico e ESG andam de mãos dadas: “os olhos do mundo inteiro estão voltados para esta vertente”.*

Passalio ressalta que Minas Gerais se preocupa e mantém ações efetivas na busca pelo desenvolvimento sustentável e uma economia mais limpa. Ele diz que a meta será alcançada por meio da intensificação de ações de descarbonização, atração de investimentos para negócios sustentáveis e a criação de empregos verdes.

“Trabalhamos para que o Estado consiga explorar o grande potencial de energias renováveis com neutralidade de carbono, além de impulsionar a pesquisa e o financiamento de novas tecnologias”, detalha. Ele lembra que, recentemente, a Invest Minas, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), lançou a “Rota da Descarbonização”, com o intuito de criar regulamentações capazes de impulsionar os investimentos necessários para o alcance das metas de descarbonização estabelecidas por Minas Gerais.



FERNANDO PASSALIO

“

O desenvolvimento econômico e ESG andam de mãos dadas: os olhos do mundo inteiro estão voltados para esta vertente. Trabalhamos para que o Estado consiga explorar o grande potencial de energias renováveis com neutralidade de carbono, além de impulsionar a pesquisa e o financiamento de novas tecnologias.

”

GERAÇÃO DE EMPREGOS COM DESTAQUE PARA OS SETORES DE SERVIÇOS E COMÉRCIOS

Na missão oficial à Ásia, no fim de 2023, que incluiu viagens para a China e o Japão, a comitiva do Governo de Minas Gerais retornou ao Brasil trazendo na bagagem R\$ 1 bilhão em investimentos e a geração de emprego.

No total, foram seis novos compromissos firmados com seis empresas diferentes. Também foram realizados onze encontros de prospecção de investimentos que podem ser anunciados futuramente, à medida que as negociações avancem.

A XCMG, empresa multinacional chinesa de fabricação de máquinas pesadas, com sede em Xuzhou, vai expandir a unidade de veículos pesados em Pouso Alegre/MG. A empresa foi ainda determinante para a atração da fábrica de motores da Saic Motor, uma das principais fornecedoras de motores e peças para a XCMG. Além disso, Celer, JingJin e Tamura confirmaram o interesse para ir para Minas Gerais, assim como a alemã Faytech.

Os investimentos atraídos podem gerar mais de duas mil vagas de emprego, de acordo com a expectativa de Passalio. “O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Educação, realiza o projeto Trilhas do Futuro. Em parceria com o Desenvolvimento Econômico, o programa promove um mapeamento que identifica qual

setor necessita de profissionais qualificados, com formação técnica para ocupar determinadas vagas no mercado de trabalho”, explica. “Deste modo, podemos saber quais e quantas vagas de emprego existem em aberto ou serão abertas nos próximos anos, nas diversas empresas de Minas Gerais e qual a formação técnica necessária para ocupação”.

Nos últimos cinco anos Minas Gerais abriu mais de 784 mil postos de trabalho formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Destes, mais de 191 mil vagas resultaram dos acordos firmados entre o Governo de Minas e investidores privados. Somente em 2023 houve a geração de mais de 54 mil empregos com os empreendimentos captados.

“A nossa missão é criar oportunidades para todos. A instrução do governador Romeu Zema é não fazer distinção em caráter nenhum”, explica Passalio, que completa: “Zema atua fortemente para que as oportunidades sejam para todos, desde o microempreendedor às multinacionais, para que Minas Gerais seja o melhor lugar para se empreender no Brasil”.

O Governo de Minas promove políticas públicas direcionadas às microempresas e empresas de pequeno porte, implementando vários programas e projetos de fomento e melhoria do ambiente de negócios, e, também, trabalhando com o

INVESTIMENTOS

Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Fopemimpe).

Este último é uma instância governamental estadual competente para cuidar dos aspectos do tratamento diferenciado e favorecido que é dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no que se refere ao incentivo à geração de emprego e renda.

“A secretaria está executando um trabalho ativo para atrair investimentos privados, e também da nossa agência vinculada, a Invest Minas. E as missões internacionais têm papel fundamental neste objetivo. Somente em 2023 atraímos o montante de R\$ 98,3 bilhões em decorrência aos acordos firmados durante as expedições oficiais”, diz Fernando Passalio.

Vale destacar que a primeira agência de promoção de investimento do Brasil, Invest Minas, recebeu em 2023 uma premiação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), órgão ligado à ONU, devido a excelência em promover investimentos para acelerar a transição para uma energia limpa e sustentável, destinada a conter alterações climáticas.

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA CARTEIRA DE IMÓVEIS IMPULSIONA DESESTATIZAÇÕES E INJETA RECURSOS AOS COFRES ESTADUAIS

Os números positivos se estendem a alguns órgãos ligados à pasta econômica. Um exemplo é a estatal MGI, a Minas Gerais Participações, especializada na comercialização de imóveis, gestão e saneamento de ativos e operações financeiras, além de oferecer apoio ao desenvolvimento socioeconômico do território mineiro.

As prioridades são a alienação de imóveis de não uso e a recuperação de créditos em liquidação oriundos dos bancos estaduais extintos e privatizados. Em 2023, a alienação de imóveis de não uso do Estado comercializou 48 imóveis, com receita total de R\$ 31,8 milhões. Já a recuperação de créditos, envolvendo o trabalho feito por meio de acordos extrajudiciais e processos judiciais direcionados aos devedores dos antigos bancos mineiros, resultou na recuperação financeira de aproximadamente R\$ 81 milhões.

Os números alcançados no último ano são somados ao consolidado resultado no período de 2019 a 2022, na comercialização e regularização de imóveis, monetizando o total que ultrapassa os R\$ 79 bilhões. “A recuperação de crédito, em parceria com a Secretaria de Estado de Fazenda e a Advocacia Geral do



WEVERTON VILLAS BOAS

“

A MGI consolida-se como protagonista da execução estratégica de soluções para o Estado, seja por meio da política de desestatização, da recuperação de recursos para os cofres estaduais ou pela gestão de ativos financeiros.

”

Estado, representou a cifra de R\$ 816 mil. Enquanto ao acerto de contas e pagamentos pendentes dos convênios de saída com municípios, realizados em gestões anteriores, repassou R\$ 13 milhões. com 478 processos de prestações de contas analisados”, diz o diretor-presidente da MGI, Weverton Villas Boas.

“

Mesmo com todos os desafios o BDMG alcança resultados relevantes, ampliando ano a ano seus volumes de desembolso, financiando mais prefeituras e empresas de todos os portes, especialmente os pequenos negócios. Não há dúvidas de que 2023 foi um ano de grandes entregas do banco.”

”



GABRIEL VIÉGAS NETO

Segundo ele, a MGI “consolida-se como protagonista da execução estratégica de soluções para o Estado, seja por meio da política de desestatização, da recuperação de recursos para os cofres estaduais ou pela gestão de ativos financeiros. Os resultados comprovam a capacidade da MGI para atuar em outras frentes de trabalho, buscando soluções estratégicas para o Governo de Minas Gerais”.

BDMG ASSINA PRIMEIRO CONTRATO DO BRASIL COM O BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E AMPLIA DE DESEMBOLSOS VOLTADOS A ECONOMIA SUSTENTÁVEL

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais é outra instituição que merece destaque na região. Só no último mês, o banco mineiro recebeu sinal verde para a captação de cerca de R\$ 1,3 bilhão com instituições financeiras internacionais. Além desse acordo com o banco asiático, o BDMG também assinou um contrato com o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de US\$ 34 milhões, cerca de R\$ 170 milhões.

“Os recursos serão direcionados para financiar os municípios mineiros em projetos de sustentabilidade, assim como obras, aquisição de máquinas e serviços”, esclarece o presidente **Gabriel Viégas Neto**.

O BDMG atingiu o recorde histórico de desembolsos (quando

empresas e pessoas físicas recebem os valores contratados em empréstimos e financiamentos para alavancar seus negócios) em 2023. Foram R\$ 2,98 bilhões liberados em crédito pelo banco até 31 de dezembro, R\$ 558 milhões a mais do que em 2022 e um volume 23% superior ao total de financiamentos realizados no período anterior, de R\$ 2,42 bilhões.

“Mesmo com todos os desafios o BDMG alcança resultados relevantes, ampliando ano a ano seus volumes de desembolso, financiando mais prefeituras e empresas de todos os portes, especialmente os pequenos negócios. Não há dúvidas de que 2023 foi um ano de grandes entregas do banco”, afirma o presidente do BDMG.

Para o setor público, os desembolsos quase dobraram em relação ao ano passado, ultrapassando R\$ 328,5 milhões em 2023. Em 2022 foram R\$ 173,7 milhões. Os recursos para prefeituras são oferecidos por meio de linhas permanentes de crédito e editais para apoiar a construção e melhorias de vias públicas, aquisição de equipamentos, investimentos em projetos de iluminação pública, infraestrutura, entre outras iniciativas.

“Para os pequenos negócios, importantes geradores de emprego e renda no Estado, o crescimento foi de 31%, alcançando quase R\$ 490 milhões até 31 de dezembro”, ressalta Viégas Neto. Já para as médias e grandes empresas o volume de desembolsos cresceu 12%, chegando a R\$ 2,1 bilhões no início deste ano. **RI**



CRIMINALIZAÇÃO DO **CYBERBULLYING** E **BULLYING** NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA AS EMPRESAS

Recentemente, o Brasil aprovou a criminalização do *bullying* e do *cyberbullying*, marcando um importante passo na legislação brasileira. O Projeto de Lei 4.224/21 define o *bullying* como a intimidação sistemática que envolve atos de violência física ou psicológica, humilhação, discriminação, ou ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais, sob pena de multa. O *cyberbullying*, por sua vez, é categorizado como a intimidação sistemática por meio virtual, aplicando-se a plataformas da internet, redes sociais, aplicativos, jogos online ou transmissões ao vivo, com uma pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa.

por **ALEXANDRE OLIVEIRA**

O tema da criminalização do *bullying* e do *cyberbullying* tem relevância e correlações com o direito empresarial em diversos aspectos. Embora esses tipos de comportamento sejam predominantemente associados a questões sociais e educacionais, eles também podem afetar o ambiente empresarial de várias maneiras.

As empresas podem ser responsabilizadas por ações de *bullying* ou *cyberbullying* que ocorram em seu ambiente de trabalho, especialmente se não tomarem medidas adequadas para prevenir ou remediar essas situações. Isso pode envolver processos trabalhistas e penalidades financeiras, além de danos à reputação da empresa. O direito empresarial exige que as empresas proporcionem um ambiente de trabalho seguro e saudável para seus funcionários. Isso inclui protegê-los contra assédio, discriminação e intimidação no local de trabalho, o que pode incluir casos de *bullying*.

Se um funcionário sofre danos físicos ou psicológicos como resultado do *bullying* no local de trabalho, a empresa pode

“

As empresas podem ser responsabilizadas por ações de *bullying* ou *cyberbullying* que ocorram em seu ambiente de trabalho, especialmente se não tomarem medidas adequadas para prevenir ou remediar essas situações. Isso pode envolver processos trabalhistas e penalidades financeiras, além de danos à reputação da empresa.

”

LEGISLAÇÃO

ser responsabilizada civilmente por indenizações. As empresas devem ser aconselhadas a implementar políticas internas que proíbam o *bullying* e o *cyberbullying* entre funcionários. Essas políticas podem estabelecer diretrizes claras para o comportamento aceitável e as consequências para aqueles que não as seguem.

Ambientes de trabalho onde o *bullying* é tolerado ou não controlado podem experimentar redução na produtividade, aumento no absenteísmo e uma cultura tóxica que afeta negativamente o desempenho dos funcionários. Isso tem implicações diretas nos negócios e pode prejudicar a performance global da empresa.

Adicionalmente, se a empresa for associada a casos de *bullying* ou *cyberbullying* envolvendo seus funcionários, isso pode prejudicar sua imagem pública e sua reputação. Ações judiciais ou escândalos de *bullying* envolvendo funcionários podem afetar negativamente a imagem de uma empresa no mercado. Isso pode afetar a confiança dos clientes, parceiros de negócios e investidores.

O departamento de recursos humanos desempenha um papel crucial na prevenção e tratamento de casos de *bullying* no ambiente de trabalho. Eles podem estar envolvidos na investigação de denúncias, na aplicação de políticas internas e na promoção de um ambiente saudável.

Empresas que operam online também devem estar cientes das implicações de privacidade relacionadas à criminalização do *cyberbullying*. Isso pode afetar como elas coletam, armazenam e compartilham informações dos usuários, o que tem ramificações diretas para o direito empresarial. A LGPD estabelece diretrizes rígidas para a proteção da privacidade e segurança dos dados pessoais dos cidadãos. No contexto da criminalização do *cyberbullying*, a LGPD se torna relevante porque as informações pessoais das vítimas podem ser exploradas pelos agressores. As empresas que operam plataformas online devem adotar medidas rigorosas para proteger os dados pessoais das vítimas contra o uso indevido ou vazamento.

Empresas que fornecem plataformas online, como redes sociais e aplicativos, podem ser afetadas pelo aumento das ações legais relacionadas ao *cyberbullying*. Elas podem ser responsabilizadas por não tomar medidas adequadas para prevenir ou mitigar o *bullying* virtual em suas plataformas, o que tem implicações diretas para o direito empresarial.

O Marco Civil da Internet é uma legislação que estabelece

princípios, direitos e responsabilidades relacionadas ao uso da internet no Brasil. Ele contém disposições importantes sobre liberdade de expressão, privacidade, neutralidade da rede e responsabilidade das empresas online. O Marco Civil da Internet estabelece que as empresas que fornecem serviços online são, em geral, isentas de responsabilidade pelo conteúdo gerado pelos usuários. No entanto, ele também estabelece que essas empresas devem cumprir ordens judiciais para remover conteúdo ilegal ou prejudicial. No contexto do *bullying* e *cyberbullying*, as plataformas online podem ser obrigadas a agir rapidamente para remover conteúdo ofensivo ou prejudicial.

O desafio é encontrar um equilíbrio entre proteger as vítimas, garantir a liberdade de expressão e responsabilizar as plataformas online por seu papel na disseminação de conteúdo prejudicial. Portanto, a interpretação e aplicação dessas leis em casos de *bullying* e *cyberbullying* devem levar em consideração esses princípios e diretrizes para garantir que a justiça seja feita, enquanto os direitos fundamentais dos indivíduos e a liberdade na internet também sejam respeitados.

Por fim, a criminalização do *bullying* destaca a importância da ética empresarial. Empresas são incentivadas a promover um ambiente de respeito e tolerância, tanto internamente quanto em suas operações online, o que tem implicações profundas para sua cultura corporativa e para como elas interagem com os clientes e funcionários.

A criminalização do *bullying* e do *cyberbullying* no Brasil apresenta um marco importante na legislação e tem várias implicações para o campo do direito empresarial. Empresas devem estar atentas às responsabilidades legais, éticas e de proteção de dados que surgem com essa nova legislação. A prevenção e combate ao *bullying* devem se tornar uma parte integral das políticas e práticas empresariais, contribuindo para a criação de ambientes mais seguros e éticos tanto no ambiente de trabalho quanto online. **RI**



ALEXANDRE OLIVEIRA, PHD, CCA

é Conselheiro de Administração da Fundação Patronos, Coordenador do Comitê de Estratégia da LampionsBet, membro da Comissão de Estratégia do IBGC, e CEO da Cebralog Consultoria. Doutor em IA nas Decisões Corporativas (Unicamp), pós-graduado Negócios Digitais (MIT) e em Finanças (Unicamp). Mestre em Supply Chain (Cranfield University) e Especialista em Regulatory Compliance (Penn State).
alexandre@ibpsc.net



BrazilFoundation

Donor Advised Funds da **Brazil**Foundation

Uma forma mais inteligente de doar

Crie um legado filantrópico e apoie instituições no Brasil que você confia por meio de um DAF da **Brazil**Foundation.

- O DAF da **Brazil**Foundation gerencia as doações de indivíduos, famílias ou organizações.
- Oferecemos apoio na definição da área de interesse e estratégia para os investimentos filantrópicos no Brasil.
- Assessoramos na seleção, monitoramento e acompanhamento dos resultados das Organizações da Sociedade Civil escolhidas.
- Doações para um DAF via **Brazil**Foundation nos EUA são **dedutíveis do imposto de renda** no país e podem reduzir impostos sobre ganhos de capital e heranças.
- As doações podem ser feitas em dinheiro ou ativos não monetários.
- A **doação rende** enquanto você decide quando e quais organizações irá apoiar.

Construa um legado de doação em parceria com a **Brazil**Foundation.

Para mais informações:
brazilfoundation.org

*As isenções fiscais são válidas apenas para declarações de rendimentos nos EUA.



GOVERNANÇA CORPORATIVA COMO ALICERCE PARA A SUCESSÃO NAS EMPRESAS FAMILIARES

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nove em cada dez empresas do País são familiares. Estas são responsáveis por aproximadamente 65% do PIB nacional e 75% dos empregos. Considerada sua importância socioeconômica, é preocupante constatar os riscos à sua perenidade inerentes aos seus processos sucessórios. Dentre as de médio porte, 46,9% estão na primeira geração, 43% na segunda e apenas 10,1% na terceira.

por **GABRIELA BAUMGART**

Alguns dos motivos da dificuldade na transição geracional estão usualmente ligados ao não alinhamento dos sócios sobre questões essenciais do negócio e sua estratégia; disputa pelo poder; ausência de líderes qualificados; falta de regras de entrada e saída dos sócios; ausência de acordos formais; dentre outros. Diante de tais complexidades, a sucessão deve ser encarada como uma questão estratégica e que requer profissionalismo, planejamento, comprometimento, cuidados individuais e coletivos.

Não se trata de um evento isolado na trajetória empresarial, que possa ser resolvido circunstancialmente, mas sim de um processo intergeracional orientado por uma visão de longo



A sucessão deve ser encarada como uma questão estratégica e que requer profissionalismo, planejamento, comprometimento, cuidados individuais e coletivos.



prazo. Esse olhar mais holístico e amplo ajuda a fazer a transição entre as gerações, bem como a profissionalização do negócio por meio da entrada de profissionais externos nos casos em que a família empresária opta por este caminho.

A sucessão é um movimento de transição no qual diferentes gerações da família empresária atuam e tomam decisões sobre os negócios, sobre a propriedade e sobre os caminhos que serão trilhados pela empresa a partir de um dado momento. Essas diferentes gerações podem englobar fundadores, pais, filhos, netos, primos, tios, sobrinhos e até mesmo agregados familiares. Portanto, trabalhar um olhar amplo sobre a empresa e a família é essencial para que o evento da sucessão aconteça de maneira satisfatória. O professor John Davis e Renato Tagiuri, por meio do Modelo dos Três Círculos, nos convidam a refletir sobre a empresa familiar sob a ótica da família, da propriedade e da gestão – de modo que possamos vislumbrar todas as intersecções dessa multiplicidade de relações.

Se a governança familiar é essencial no processo de sucessão, a governança corporativa, por sua vez, exercerá um papel de alicerçar a organização e definir regras materializadas, por meio de documentos societários que assegurarão a perenidade do negócio.

A governança corporativa e seus cinco princípios – Transparência, Equidade, Responsabilização (*Accountability*), Sustentabilidade e Integridade –, contidos na 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, quando aplicados ao ambiente da empresa familiar, propiciarão melhor alinhamento de interesses entre os núcleos familiares e mitigação de conflitos entre as partes interessadas, além de melhorarem o desempenho organizacional, sua reputação e retorno econômico. Às vezes, no processo de sucessão, a família pode optar por uma cisão, pela venda da empresa e pela entrada de novos sócios, dentre outras possibilidades. Independentemente do caminho a ser seguido, a governança corporativa poderá suportar a tomada de decisão de modo a garantir a longevidade da empresa e, por conseguinte, da família empresária.

As empresas de controle familiar que implementam práticas de governança corporativa e delinham processos a partir de seus princípios apresentam um pouco mais de facilidade para enfrentar os desafios decorrentes de um processo de sucessão. Além disso, aquelas que se interessam por etapas como a abertura de capital, por exemplo, e que pretendem se debruçar na construção de relações com seus investidores e demais partes interessadas precisam estar dispostas a



Uma reflexão importante nas transições geracionais versa sobre não se limitar à avaliação de aspectos técnicos, como questões jurídicas, fiscais, financeiras e operacionais, devendo ser considerados, também, os elementos socioemocionais, que levam em conta as relações entre os membros da família proprietária, as características culturais, suas crenças e costumes, os anseios individuais e o dilema da troca de comando.



realizar um planejamento cuidadoso, que leve em conta a preparação dos familiares para desempenharem o seu principal papel: o de sócios. É por meio do exercício desse papel que eles poderão zelar pelo legado e o patrimônio representado pela empresa.

Uma reflexão importante nas transições geracionais versa sobre não se limitar à avaliação de aspectos técnicos, como questões jurídicas, fiscais, financeiras e operacionais, devendo ser considerados, também, os elementos socioemocionais, que levam em conta as relações entre os membros da família proprietária, as características culturais, suas crenças e costumes, os anseios individuais e o dilema da troca de comando. Não é sem razão que famílias que compartilham valores se mostram mais preparadas para a sucessão e o enfrentamento de adversidades na empresa.



Empresas familiares que já adotam modelos eficazes de governança corporativa têm melhores possibilidades de êxito nas sucessões, profissionalização e abertura de capital. Para se ter ideia, levantamento da KMPG divulgado no ano de 2021 mostrou uma tendência das empresas familiares em se preocuparem mais com governança corporativa. Cerca de 58% das empresas mapeadas no estudo com esse perfil aumentaram investimentos em inovação, e seu interesse em governança se relaciona com o plano de abertura de capital.



É preciso, ainda, criar estruturas que diferenciem para os controladores a governança familiar da governança corporativa. Há uma série de aprendizados nesta diferenciação. A governança familiar, como o próprio nome indica, atua no âmbito da família, abordando a relação desta com seus membros, com a propriedade, com a empresa e com partes interessadas. Ela também se dedica a fomentar a sintonia e atuações pautadas numa visão de longo prazo e na perpetuação do legado de valores e do patrimônio econômico-social.

Por sua vez, a governança corporativa atua no âmbito dos negócios. É o sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente.

Empresas familiares que já adotam modelos eficazes de governança corporativa têm melhores possibilidades de êxito nas sucessões, profissionalização e abertura de capital. Para se ter ideia, levantamento da KMPG divulgado no ano de 2021 mostrou uma tendência das empresas familiares em se preocuparem mais com governança corporativa. Cerca de 58% das empresas mapeadas no estudo com esse perfil aumentaram investimentos em inovação, e seu interesse em governança se relaciona com o plano de abertura de capital.

Articular a sucessão e os inúmeros desafios de uma empresa familiar, de fato, não é tarefa fácil, mas é missão essencial para gerar e proteger o valor que se espera das empresas na atualidade. Em março de 2024, o IBGC organizará o primeiro Fórum Nacional de Governança da Família Empresária, evento exclusivo para este público, que visa justamente proporcionar um espaço para diálogo e reflexão sobre as questões que impactam esse contexto tão desafiador.

Para finalizar, em meio às reflexões sobre sucessão, recorro novamente à 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, para reforçar a importância do propósito, já que é ele que direciona a estratégia e fundamenta a cultura da organização. Segundo o Código, o propósito serve como bússola para um processo decisório mais estratégico, ético e inspiracional – inclusive, para que o legado e a razão de existir da organização viva e reviva sempre, conectando os negócios, suas causas, suas pessoas e o meio ambiente. **RI**



GABRIELA BAUMGART
é presidente do Conselho de
Administração do IBGC.
comunicacao@ibgc.org.br

COLUMNISTAS
COLIDERANÇAS
ESG ONGS
MÍDIA ODS
JORNALISMO
GOVERNANÇA
EMPRESAS
SOCIAL
COMPLIANCE
ESTUDOS DE CASOS
DESCARBONIZAÇÃO
SUSTENTABILIDADE
MEIO AMBIENTE
PRÊMIOS
ARTIGOS
TERCEIRO SETOR
SITE ENTREVISTAS
RELEVANTE

HÁ 16 ANOS PLURALE CONQUISTOU LUGAR DE DESTAQUE COMO UMA DAS PRINCIPAIS MÍDIAS DE ESG. VÁRIAS EMPRESAS VÊM ANUNCIANDO EM PLURALE AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA. ANUNCIE TAMBÉM!



Plurale: Plural até no nome

www.plurale.com.br e-mail soniaarripe@plurale.com.br

APIMEC Brasil: um balanço dos últimos anos, mas olhando para o futuro

Encerramos, no último mês de dezembro, mais um ciclo de gestão. E podemos dizer, sem falsa modéstia, que foi um período de avanços. Foram três anos de aprimoramentos na gestão da própria APIMEC e de muito diálogo com órgãos reguladores/governo e outras instituições representativas do setor financeiro e do mercado de capitais.

por **LUCY SOUSA**

Mas, antes de avançar nesse balanço, cabe aqui um breve parêntese para falar de história. Nossa associação foi fundada há 53 anos, em 18 de maio de 1970, ainda como ABAMEC (Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais), no Rio de Janeiro, sendo a mais longeva do mercado. Nossa CNPI (Certificação Nacional de Profissionais de Investimento) é, também, pioneira, contribuindo, ao longo de duas décadas, para o aperfeiçoamento dos profissionais brasileiros e disciplinando um mercado que depende, em altíssima medida, da confiança nos agentes e no funcionamento do próprio mercado. Em 2010, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) tornou a certificação da APIMEC obrigatória para todos os analistas de valores mobiliários. A mesma instrução determinou que a entidade também teria a obrigação de supervisionar seus credenciados. Assim, a APIMEC assumiu, formalmente, um papel autorregulador para o qual já tinha, aliás, grande vocação.

Voltemos ao futuro e ao já mencionado balanço de nossa gestão. O ano de 2023 marcou a consolidação da APIMEC Brasil como uma entidade única, de atuação em todo território nacional (daí o “Brasil”), como apoio à própria CVM

na fiscalização e regulação das atividades dos analistas e profissionais do mercado de capitais. Unir as regionais em uma só entidade era um sonho antigo. Esse ciclo começou em 2019, quando houve uma assembleia de incorporação das quatro primeiras: SP, RJ, NE e DF. Naquele momento então, Sul e MG ficaram associadas à APIMEC Autorregulação (que opera com outro CNPJ). Já em 2022, a regional Sul decidiu aderir e, em 2023, a regional MG também se fundiu à APIMEC Brasil.

Esse processo culminou com a incorporação da área de autorregulação, que se tornou, efetivamente, um departamento da APIMEC – temos, portanto, dois superintendentes, um de autorregulação (posto ocupado, hoje, por Bruno Fernandes) e um superintendente geral – atualmente, Vinicius Corrêa e Sá. Em nossa gestão, também estruturamos as áreas administrativa e financeira, técnica, educação e certificação, de relação com empresas e eventos. Essa foi uma construção coletiva, com a colaboração entre a diretoria executiva e o conselho de administração. Um trabalho harmonioso e que, tenho certeza, seguirá ocorrendo neste ciclo que se inicia em 2024.

Ainda falando “da porta para dentro”, aprimoramos o trabalho de comunicação da instituição com o apoio de empresas especializadas e evoluímos na organização administrativa e modernização dos sistemas de Tecnologia. Reformulamos o nosso portal, trabalhamos mais nas mídias sociais e por fim, passamos, a produzir e divulgar um boletim técnico para os associados ficarem atualizados. São processos internos e que, muitas vezes, são pouco percebidos por quem não participa do dia a dia da entidade, mas que fazem uma enorme diferença.

Olhando para fora, em nosso diálogo com o mercado, temos, hoje, uma parceria consistente com o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e na criação e atuação no CBPS (Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade) e nos posicionado publicamente em relação a temas de interesse, no Brasil e para entidades no exterior, em um trabalho liderado pelo diretor técnico Haroldo Levy Neto.

No que diz respeito às relações com o governo, realizamos eventos sobre reforma tributária. Acompanhamos a evolução do assunto e vamos continuar acompanhando. Também fomos bastante ativos em trazer contribuições sobre o arcabouço regulatório do mercado financeiro (agenda regulatória do mercado financeiro), naquilo que, acreditamos, seja um importante papel de advocacy de nossa instituição. Fomos ativos, inclusive, nas discussões que ainda se desenrolam no âmbito da CVM em relação ao papel dos influenciadores.

A área de eventos e relação com empresas, aliás, liderada pela diretora Mara Limonge (que, na nova gestão, assumiu a vice-presidência executiva), teve de se adaptar, como todo o mercado, durante o período da pandemia, em um trabalho de migração para o formato on-line bastante bem-sucedido. O formato on-line veio para ficar e, a partir de agora, convive com os eventos presenciais, em eventos muitas vezes, híbridos.

Em 2023 aconteceu o primeiro congresso ANCORD-API-MEC, nesse formato. Tivemos, também, a quarta edição do Prêmio APIMEC-IBRI, uma premiação que vem crescendo; a cerimônia em 2023 foi a primeira 100% presencial e foi muito prestigiada por analistas e profissionais de RI. Já estamos organizando a próxima. Todos os anos realizamos eventos ESG em parceria com a Abrasca (o Encontro ESG). Presencialmente, realizamos, em 2022 e 2023, dois encontros no Nordeste, contribuindo para levar as discussões mais importantes para o público dessas regiões, já sob o “guarda-chuva” de APIMEC Brasil. Lançamos, ainda, em 2021, o livro 50 anos ABAMEC APIMEC.

Para o próximo ciclo, deixamos como legado a proposta de organizar mais parcerias e eventos setoriais. Já estão em fase de organização os segmentos de óleo e gás e petroquímico. Depois, devemos realizar eventos presenciais no Sul e no DF.

Um tema que sempre foi caro à entidade: certificação. O grande destaque foi a liberação do exame on-line, proporcionando liberdade para os analistas prestarem a prova sem precisar se deslocar de suas cidades, com praticidade e se adequando aos modelos mais modernos. Certificamos não só analistas CNPI, mas também profissionais de previdência RPPS. Devemos, aliás, ampliar as certificações na área de previdência e estamos avaliando caminhos para uma nova certificação, focada em ESG. Já contamos, inclusive, com um comitê para o tema. Isso sem descuidar de nossos “cursos raiz”, ligados à formação de analistas e com análise e *valuation*.

Por fim, lançamos o Centro de Memória APIMEC Brasil, que surgiu justamente no processo de produção de nosso já mencionado livro de 50 anos. A partir do esforço para produzir a obra, encontramos muitos documentos e objetos do nosso passado. Seria, para dizer o mínimo, triste negligenciar esse material que conta a história do nosso mercado financeiro. O endereço escolhido para o centro de memória foi a sede da antiga APIMEC Rio, em um espaço que ainda deve crescer e se tornar referência para essa história. Lançamos a “pedra fundamental” do Centro de Memória com a presença de Luiz Fernando Lopes Filho, Wladimir Rioli, Théo Rodrigues e Roberto Teixeira da Costa (primeiro presidente da CVM), figuras fundamentais nesse processo.

Cuidamos do passado, mas olhamos para o futuro, com novas certificações, posicionamentos, cursos e eventos, nos formatos presenciais, híbridos e online além da participação em discussões sobre o Marco Regulatório do Mercado de Capitais, especialmente Autorregulação - tão cara entre nós. Seguimos, assim, mantendo a entidade ativa e relevante. Meus votos de muito sucesso à nova gestão. **RI**



LUCY SOUSA

é ex-presidente executiva da APIMEC Brasil e nova presidente do Conselho de Administração.
lucysousa@apimecbrasil.com.br

Quem sabe investe melhor!

Juntos, CODEMEC – Comitê para o desenvolvimento do Mercado de Capitais, presidido por Thomas Tosta de Sá, e SABE - Inteligência em Ações da Bolsa, consultoria independente fundada por mim e meu sócio Marcelo Dias, realizaram a entrega do 1º Prêmio “SABE Invest - PUC-Rio - Universitários na Bolsa” no dia 5 de dezembro de 2023, em evento no auditório do IAG – Escola de Negócios da Universidade, com a presença de professores, alunos e do patrocinador, RJI Gestão e Investimentos.

por **LUIZ GUILHERME DIAS**

O evento fez parte do Programa de Educação Financeira com foco em Investimentos em Ações, cujo objetivo é integrar o conhecimento do mundo acadêmico com as práticas de mercado para capacitar jovens universitários a formar patrimônio no longo prazo por meio de dividendos e a ingressar no mercado de trabalho com maior preparo sobre a economia real.

O Programa iniciou com uma palestra presencial, com gravação ao vivo, onde foi apresentado um Raio-X atual do mercado de ações brasileiro, enfatizando os riscos e benefícios dos investimentos em ações, a importância da escolha consciente da empresa a ser investida e as ferramentas de apoio ao aprendizado que fazem parte da metodologia do Programa SABE Invest.

As ferramentas de apoio bem como os conteúdos educativos foram disponibilizados na plataforma Moodle de EAD (ensino à distância) da PUC-Rio para livre acesso pelos alunos e pelo Prof. Roberto Gil Uchôa, cuja coordenação foi fundamental para o êxito do processo de educação realizado.

“

O evento fez parte do Programa de Educação Financeira com foco em Investimentos em Ações, cujo objetivo é integrar o conhecimento do mundo acadêmico com as práticas de mercado para capacitar jovens universitários a formar patrimônio no longo prazo.

”

Fizeram parte do Programa SABE Invest – PUC-Rio várias atividades suportadas pelos seguintes conteúdos:

- Curso “Sem medo de investir na Bolsa” em 10 vídeos aula de curta duração, totalizando cerca de 2 horas, com o objetivo de nivelar o conhecimento básico sobre o atual mercado de ações brasileiro;
- Podcasts semanais, publicados em formato de texto e áudio no início de cada semana, com a finalidade de evidenciar os movimentos cíclicos diários dos preços, esclarecendo a diferença essencial entre especulação de curto prazo e investimento de longo prazo;
- Relatórios diários sobre as Melhores/Piores companhias listadas na B3, selecionadas pelo Algoritmo SABE Score, visando auxiliar investidores a montar carteira de ações com fundamentos;
- Webinars mensais, presenciais, sobre cases de sucesso e fracasso de companhias listadas na B3 e sobre o setor de educação superior no Brasil, com dados reais atuais extraídos do banco de dados SABE Ensina;
- E-books em PDF com os conteúdos do curso, dos podcasts e dos webinars para consulta pelos alunos e coordenador;
- Games compostos de um Quiz com 50 questões de múltipla escolha sobre o conteúdo do Curso e de um Desafio com montagem de carteira com 3 ações de companhias pré-selecionadas para medir valorização no longo prazo;
- Evento de premiação aos vencedores do Game e entrega dos certificados de participação aos alunos que estiveram presentes ao Programa em suas 40 horas de educação de modo virtual/presencial, síncrono/assíncrono.

Sabemos que investir em ações não é para qualquer um, pois exige informação, educação e, sobretudo, disciplina, indo “contra a maré” pois o risco é entendido como um inimigo, uma ameaça, fazendo com que a renda fixa seja a aplicação preferida do brasileiro.

Sabemos também que Bolsa NÃO é Cassino!! Bolsa é técnica, é ciência, embora muitos aplicadores façam apostas o tempo todo em busca de ganhos rápidos, como também muitos intermediários financeiros e influenciadores digitais “ensinem” investidores iniciantes a ficar rico em questão de



Sabemos que investir em ações não é para qualquer um, pois exige informação, educação e, sobretudo, disciplina, indo “contra a maré” pois o risco é entendido como um inimigo, uma ameaça, fazendo com que a renda fixa seja a aplicação preferida do brasileiro.



semanas com pouco dinheiro aplicado.

Por último, sabemos que nosso mercado é pequeno com menos de 3% investidores individuais e apenas 450 companhias listadas; é concentrado demais com somente 5 companhias representando 40% do Ibovespa e é bastante volátil com oscilações diárias de preços de ações às vezes superando dois dígitos percentuais, tendo a empresa detentora do papel fundamento ou não.

Mas, quem tem que saber tudo isto são os jovens, em especial os universitários, que estão com a idade certa para se preparar para um futuro desconhecido e incerto, que certamente exigirá capital para a complementação da aposentadoria.

Em síntese, após quase três décadas prestando serviços de informações financeiras sobre as companhias listadas na bolsa brasileira por meio de banco de dados cobrindo todas as empresas desde 1994, hoje, junto com o CODEMEC, a SABE identifica uma série de problemas existentes em nosso mercado de capitais, em especial no mercado acionário, cuja solução passa por informação e educação:

- A cultura de investimentos privilegia o baixo risco com alto retorno;

“

Com jovens universitários sabendo poupar e investir em ações de empresas com governança responsável e bons fundamentos econômicos, aquelas “Feitas para durar” e “Feitas para vencer”, como pesquisaram Jim Collins e Jerry Porras em seus *best sellers*, a chance de termos um país melhor aumenta.

”

- O brasileiro médio não sabe distinguir a diferença entre um ativo e um passivo financeiro, criando dívidas impagáveis;
- 6 a cada 10 cidadãos não conseguem fazer reserva financeira para a velhice;
- A bolsa de valores é considerada por muitos um “Cassino” afastando investidores que buscam formar patrimônio no longo prazo.

Propomos, com base nessa realidade uma solução eficaz e eficiente, de acordo com as seguintes iniciativas:

- A educação financeira para investir e formar patrimônio no longo prazo deve ser oferecida por Instituições de Ensino Superior;
- A capacitação deve promover o conhecimento isento sobre os riscos e benefícios, complementando a formação acadêmica dos alunos;
- Universitários de todos os cursos são os futuros consumidores e investidores ao ingressarem no mercado de trabalho;
- CODEMEC e SABE possuem o conhecimento, as ferramentas e a tecnologia que agrega valor aos programas acadêmicos das Instituições de Ensino Superior.

Concluindo, devemos lembrar o que o economista conceituado Paulo Rabello de Castro, publicou em seu artigo intitua-

lado “Capitalismo para todos”: “O BRASIL está progredindo. Lento, mas está. Aos poucos, vão se generalizando acessos à prosperidade individual, em geral por meio de aperfeiçoamentos concorrenciais do mercado, como a televisão para todos, a telefonia para todos, a energia para todos e, embora com muito menos eficácia, a educação para todos.

A questão é saber se essas conquistas, salvo a educação em si, conseguirão alterar significativamente a atual estrutura tão concentrada de acesso e controle da riqueza nacional. Ou seja, quando é que o “capitalismo assistencial” do Bolsa Família e do vale-gás será reciclado para o capitalismo solidário, ou seja, um capitalismo para todos?”

Com jovens universitários sabendo poupar e investir em ações de empresas com governança responsável e bons fundamentos econômicos, aquelas “Feitas para durar” e “Feitas para vencer”, como pesquisaram Jim Collins e Jerry Porras em seus *best sellers*, a chance de termos um país melhor aumenta.

Quem sabe investe melhor! **RI**

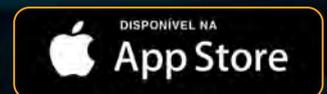


LUIZ GUILHERME DIAS
é CEO da Sabe - Inteligência em Ações da Bolsa.
lg.dias@sabe.com.br



O aplicativo
que informa,
na mesma hora,
o valor atual e
o diagnóstico
da sua carteira
de ações.

BAIXE GRÁTIS!



www.sabeinvest.com.br

Um produto



www.sabe.com.br



AMBIÇÃO



Qual foi o primeiro sentimento que veio à sua mente quando você leu no título desse artigo a palavra “AMBIÇÃO”? Ao chamar alguém de ambicioso, você encara isso como um elogio ou uma crítica? Para você, o termo “ambicioso” carrega uma conotação positiva ou negativa? Você se considera ambicioso ou ambiciosa?

por **JURANDIR SELL MACEDO**

A primeira pergunta que fiz, o que vem em sua mente quando lê a palavra “ambição”, exemplifica o que se chama em Linguística de Associação verbal. A associação verbal fundamenta-se na ideia de que uma palavra induz automaticamente outra palavra. A primeira resposta dada é indicativa do aspecto mais dominante, do significado da palavra-estímulo, na memória semântica daquela pessoa.

Este processo ajuda a compreender como as palavras e conceitos estão interligados na memória semântica dos indivíduos. Assim, a palavra ambição, na memória semântica, pode ser associada a aspectos tanto positivos quanto negativos.

A ambição pode ser um poderoso catalisador para o progresso. Ela motiva as pessoas a superarem limites, a inovarem e a atingirem níveis de sucesso que podem beneficiar não só a si mesmas, mas também às comunidades e sociedades em que vivem.

A ambição é uma força motriz que impulsiona indivíduos a alcançar metas, aspirações e realizações, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Este traço complexo e multifacetado da personalidade humana está frequentemente associado ao desejo de sucesso, poder, riqueza ou reconhecimento. No entanto, é crucial destacar que ambição também pode ter um lado negativo.

A busca incessante por conquistas pode resultar em estresse e esgotamento, especialmente se a pessoa nunca se sente satisfeita com suas realizações e sempre almeja mais. Em casos extremos, a ambição pode levar indivíduos a comprometerem seus valores éticos e morais, justificando meios duvidosos para alcançar seus fins.

Assim, embora a ambição possa impulsionar o progresso, é fundamental equilibrá-la com uma abordagem consciente e ética para garantir resultados positivos a longo prazo.

“

A maneira como a ambição é percebida em uma sociedade, seja como uma virtude ou um vício, é importante para o sucesso ou insucesso econômico de uma nação. O mesmo pode ser dito sobre a forma como os jovens encaram a ambição.”

”

A maneira como a ambição é percebida em uma sociedade, seja como uma virtude ou um vício, é importante para o sucesso ou insucesso econômico de uma nação. O mesmo pode ser dito sobre a forma como os jovens encaram a ambição. Jovens ambiciosos são cruciais para o avanço da sociedade, pois são eles que impulsionam a inovação e o questionamento do *status quo*. Eles são o principal motor de mudanças e progresso econômico e social. Portanto, a ambição juvenil é fundamental para garantir o progresso e a resiliência da sociedade no futuro.

Por outro lado, a ambição desmedida pode ser bastante tóxica e destrutiva, afetando as relações humanas, incentivando desvios éticos e até relegando a um plano secundário a busca pela saúde física e emocional daqueles que não estabelecem limites para sua busca por riqueza e sucesso.

A falta de ambição pode levar a uma série de problemas tanto no desenvolvimento pessoal quanto profissional. Sem

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

objetivos claros ou aspirações, os indivíduos podem cair em um estado de estagnação, onde a falta de progresso ou crescimento se torna uma norma. Isso leva a um estilo de vida passivo, limitando a busca por superação e crescimento, o que tem sérios riscos tanto pessoais quanto sociais.

Ao contrário das gerações anteriores, os jovens de hoje possuem expectativas significativamente maiores. Em nenhuma geração anterior os jovens tiveram acesso a tantas oportunidades e possibilidades. Com o acesso praticamente ilimitado a informações, eles têm agora uma maior amplitude de oportunidades para o aprendizado e a exposição a diferentes culturas e ideias. A globalização, a mobilidade física e virtual e a interconexão dos mercados abrem caminho para oportunidades de carreira e educação anteriormente inimagináveis.

As redes sociais expõem os usuários a uma constante exibição de sucessos e realizações idealizados, criando a ilusão de que todos estão constantemente alcançando grandes feitos e tendo sucesso. Isso pode facilmente estabelecer expectativas irrealistas, glorificando a ambição e a busca por objetivos cada vez mais elevados.

Neste sentido, poderíamos esperar uma geração de ambiciosos. E de fato, atualmente temos jovens extremamente ambiciosos e realizadores, jovens estes que tem revolucionado o mundo e a maneira de como vivemos nele. No entanto, há outro lado da moeda: aqueles que simplesmente desistem da corrida pelo sucesso e passam a glorificar este abandono.

Quando as expectativas e as possibilidades eram mais limitadas, o sucesso poderia ser percebido de forma mais tangível ou acessível. Com menos opções e um caminho mais definido a seguir, alcançar o sucesso, conforme as expectativas sociais ou pessoais da época, poderia parecer mais direto.

Na sociedade contemporânea, com um vasto leque de possibilidades e expectativas elevadas, a percepção de sucesso não é mais definida por um conjunto limitado de critérios, mas sim por uma variedade de realizações pessoais e profissionais. Isso pode levar a uma sensação de incerteza ou à impressão de que o sucesso é mais difícil, ou até impossível de alcançar. Assim, surgem movimentos tremendamente populares entre os jovens, como o “*Quiet Quitting*” e o “*Lazy Job*”.

O “*Quiet Quitting*” descreve empregados que permanecem em seus cargos, mas limitam seu engajamento e esforço ao mínimo. Já o “*Lazy Job*” refere-se à busca por trabalhos que exigem pouco esforço ou desenvolvimento pessoal dos empregados.

Ambos os conceitos refletem diferentes perspectivas sobre o desengajamento no trabalho e na busca por sucesso.

Na China, onde, em pouco mais de uma geração, jovens ambiciosos e extremamente trabalhadores conseguiram enriquecer o país, agora vêem seus filhos aderindo a movimentos como o (*tang ping*) ou “ficar deitado”, que é uma forma de resistência envolvendo procrastinar tarefas no trabalho ou sair completamente dele, ou, ainda pior, o (*bai lan*) “deixar apodrecer” em tradução literal, em que jovens desistem completamente de tudo deixam de lado qualquer possibilidade de esperança. Deixar apodrecer significa uma retirada voluntária de lutar por sucesso porque se percebe que ele é simplesmente é muito difícil, ou impossível, de ser alcançado.

A reflexão sobre as facetas da ambição revela sua dualidade impactante na sociedade, especialmente entre os jovens de hoje. Enquanto a ambição, quando direcionada e equilibrada eticamente, impulsiona conquistas notáveis e promove o crescimento pessoal, é imperativo reconhecer que a narrativa predominante de sucesso pode ter efeitos adversos.

A glorificação excessiva da ambição nas redes sociais pode levar alguns jovens a se sentirem desencorajados, incapazes de enfrentar o desafio aparentemente avassalador de buscar o sucesso.

É crucial, portanto, promover uma abordagem equilibrada em relação à ambição, destacando não apenas os triunfos, mas também os desafios e as lições aprendidas ao longo do caminho. Ao fazer isso, podemos ajudar a moldar uma geração de jovens ambiciosos, conscientes do impacto de suas aspirações não apenas em suas vidas, mas também na sociedade em que vivem.

Incentivar a ambição e a busca por sucesso é importante, porém, os critérios de sucesso precisam ser bem dimensionados, para que uma maioria não se sinta impotente diante do ideal de sucesso inalcançável. **RI**



JURANDIR SELL MACEDO

é doutor em Finanças Comportamentais, com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e professor de Finanças Pessoais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

jurandir@edufinanceira.org.br

Renata Oliva Battiferro é a primeira mulher a presidir o Conselho do IBRI

O IBRI promoveu eleição para membros do Conselho de Administração. A nova configuração do órgão passa a ter, pela primeira vez na história da entidade, uma mulher na presidência do Conselho. A eleita foi Renata Oliva Battiferro, responsável pela área de RI da Gerdau, que atua há quase 20 anos em Relações com Investidores.

por **JENNIFER ALMEIDA**

PÁGINA 64



IBRI apoia o prêmio + Admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças

PÁGINA 67

25º. Encontro de RI e Mercado de Capitais acontecerá em 24 e 25/06/2024

PÁGINA 67

3ª. Semana do RI do IBRI aborda perspectivas e desafios para o RI em 2024

PÁGINA 72

Novo Conselho do IBRI é eleito para o biênio 2024-2025

O Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) elegeu presidente e vice-presidentes para o biênio 2024-2025. **Renata Oliva Battiferro** foi eleita presidente do Conselho de Administração. **Alessandra Gadelha** e **André Vasconcellos** foram eleitos vice-presidentes.

por **RODNEY VERGILI**



RENATA OLIVA BATTIFERRO



ALESSANDRA GADELHA



ANDRÉ VASCONCELLOS

“Parabenizo todos os eleitos ao novo Conselho de Administração. Formamos o Colegiado com maior diversidade etária, de gênero e geográfica da história do IBRI. Tenho certeza de que conduziremos o Instituto a um posicionamento diferenciado no mercado de capitais, convicta de que serão dois anos para consolidar e expandir várias iniciativas do Instituto, tangibilizando e maximizando a percepção da importância do profissional de Relações com Investidores, nas esferas pública e privada, no Brasil e no exterior. O meu agradecimento especial ao Geraldo Soares pela condução do Conselho de Administração no biênio 2022-2023”, declara Renata Oliva Battiferro.

“

Formamos o Colegiado com maior diversidade etária, de gênero e geográfica da história do IBRI. Conduziremos o Instituto a um posicionamento diferenciado no mercado de capitais.”

Geraldo Soares ressalta que “Renata Oliva Battiferro tem experiência profunda sobre as iniciativas do IBRI, uma vez que trabalhou voluntariamente na área Executiva e no Conselho. Sua ótima projeção no mercado possibilita uma contribuição institucional relevante. Tenho plena convicção que Renata Oliva prosseguirá com a estratégia iniciada há quatro anos pelo Anastácio Fernandes Filho”.

BREVE CURRÍCULO

Renata Oliva Battiferro lidera a área de Relações com Investidores da Gerdau. Atua há quase 20 anos em Relações com Investidores, passando por empresas como Positivo Tecnologia, Track&Field, CSU Digital, Smiles, Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) e Banco Unibanco. Em 2018, assumiu a Vice-Presidência Executiva do IBRI, sendo eleita em 2019 (mandato 2020/2021) e em 2021 (mandato 2022/2023) como vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto.

Alessandra Eloy Gadelha é Consultora de Relações com Investidores. Tem mais de 20 anos de experiência na área financeira, principalmente em Relações com Investidores, Governança e Planejamento Estratégico, tendo trabalhado na Vale S.A. (2002-2010), Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (2010-2015), Springs Global Participações (2015-2023) e Enauta Participações S.A. (2023). É membro das Comissões Técnica e de Educação e Inovação do IBRI, e de Mercado de Capitais do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). “Estou muito feliz de participar do novo Conselho de Administração do IBRI, onde almejo contribuir para o fortalecimento da educação continuada e uma melhor experiência dos associados, com base na minha experiência de cerca de 20 anos em Relações com Investidores”, afirma Alessandra Gadelha.

André Vasconcellos é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na Companhia Carioca de Securitização (Rio Securitização) e Assessor Especial na Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR). Já trabalhou na Marinha do Brasil, na Organização das Nações Unidas (ONU), nas companhias abertas: Vale e Eletrobras. Na Eletrobras, atuou na área de Relações com Investidores com foco no preparo de eventos societários, na elaboração de relatórios, no compliance de RI e na adoção de melhores práticas do mercado de capitais. “A corrente se torna mais

forte quanto mais fortes são seus elos. Contamos indiscutivelmente com todos para escrevermos juntos esse inédito capítulo na história de uma das mais importantes entidades de mercado do país: o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores”, declara André Vasconcellos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em ordem alfabética, os eleitos para o Conselho de Administração do IBRI para o biênio 2024-2025 foram: Alessandra Eloy Gadelha; André Luiz Carneiro de Vasconcellos; Bruna Rodrigues Gambôa; Carolina Luiza Ferreira Antunes Campos de Senna; Eduardo Pavanelli Galvão; Geraldo Soares Leite Filho; Guilherme Setubal Souza e Silva; Janaína Storti Prandina; Melissa Angelini; Renata Costa Couto; Renata Oliva Battiferro; e Sandra Silva Calçado.

CONSELHO FISCAL

Em ordem alfabética, os eleitos para o Conselho Fiscal do IBRI para o biênio 2024-2025 foram: Luis A. O. Navarro; Rodrigo Lopes da Luz; e Vagner Ricardo Alves.

PARTICIPAÇÃO

O IBRI registrou número recorde de 19 candidaturas ao Conselho. O número de mulheres no pleito quadruplicou. Foram eleitas 8 mulheres e 7 novos Conselheiros de Administração.

PROCESSO ELEITORAL

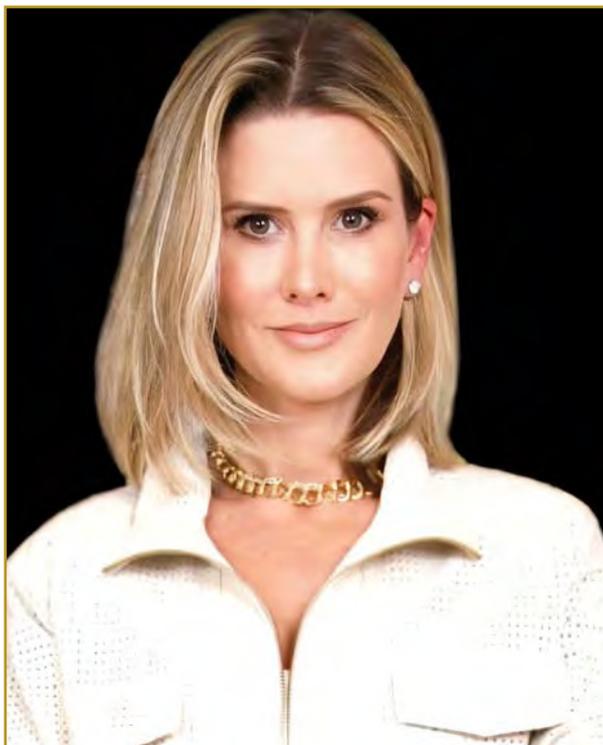
O Conselho de Administração será composto por 12 membros, que foram eleitos para mandato de dois anos e que obtiveram maior número de votos válidos. Já o Conselho Fiscal será composto por 3 membros, que foram eleitos, também, para mandato de dois anos e que obtiveram maior número de votos válidos.

O processo eleitoral do Instituto teve início com o registro das candidaturas até o dia 31 de outubro de 2023. Entre 06 e 10 de novembro de 2023, o Comitê Superior de Orientação, Nominção e Ética do IBRI registrou e homologou as candidaturas dos interessados a concorrer às vagas ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal. Em 12 de dezembro de 2023, houve o término da votação para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal e anunciados os novos Conselheiros. Os associados puderam votar presencial ou via processo eletrônico. Tanto o sistema de votação quanto o resultado foram auditados pela PwC.

Renata Oliva Battiferro é a primeira mulher a presidir o Conselho do IBRI

O IBRI promoveu eleição em dezembro de 2023 para membros do Conselho de Administração, tendo batido recorde no número de inscritos. A nova configuração do órgão passa a ter, pela primeira vez na história da entidade, uma mulher na presidência do Conselho. A eleita foi **Renata Oliva Battiferro**, responsável pela área de RI da Gerda, que atua há quase 20 anos em Relações com Investidores.

por **JENNIFER ALMEIDA**



RENATA OLIVA BATTIFERRO

Com atuação ativa no Instituto desde 2018, Renata Oliva Battiferro destaca: “Conduziremos o IBRI a um posicionamento diferenciado no mercado de capitais, consolidando e expandindo várias iniciativas do Instituto”. A seguir acompanhe entrevista.

RI: Como é ser a primeira mulher presidente do Conselho de Administração do IBRI?

Renata Oliva Battiferro: Acredito na meritocracia, assim como em ambientes que oferecem oportunidades iguais e reais de desenvolvimento e promoção para todos. Ser a primeira mulher a ocupar a presidência do Conselho de Administração do IBRI é um marco significativo e simboliza avanços na igualdade de gênero, podendo inspirar mudanças positivas e influenciar a trajetória de outras mulheres para cargos de liderança.

RI: O novo Conselho de Administração do IBRI, eleito em dezembro de 2023, iniciou suas atividades em janeiro de 2024. Quais são os planos para o próximo biênio do IBRI?

Renata Oliva Battiferro: Conduziremos o IBRI a um posicionamento diferenciado no mercado de capitais, consolidando e expandindo várias iniciativas do Instituto, maximizando a percepção da importância do profissional de Relações com Investidores nas esferas pública e privada, tanto no Brasil como no exterior. Além disso, vamos promover a aproximação do Instituto com os profissionais de RI e com aqueles que desejam ter formação para atuar nessa área, desenvolvendo e respaldando a atividade do profissional de RI por meio das melhores práticas de mercado.

RI: A mais recente eleição do IBRI elegeu conselheiros bem diversos. Como você avalia isso?

Renata Oliva Battiferro: Vejo como algo positivo. Esta última eleição contou com um número recorde de inscrições, promovendo um Conselho de Administração com maior diversidade de ideias, experiências e habilidades complementares, além da maior participação do público feminino contribuindo para uma representação mais equitativa nas tomadas de decisões.

RI: Quais são as principais forças do IBRI?

Renata Oliva Battiferro: Acredito que as principais forças do IBRI caminham juntas e podem ser resumidas no tripé: *networking*, evolução da carreira do RI e aprimoramento do conhecimento. Como exemplos, aproveitar oportunidades de *networking*, participando de eventos, conferências e grupos relacionados à área de RI permite construir conexões importantes, além de proporcionar diversas oportunidades para o crescimento profissional. Em termos de carreira, o Instituto permite aprimorar o conhecimento e as habilidades do profissional dentro da área de RI, via programas educacionais e eventos. Os relacionamentos do Instituto com as autarquias e demais entidades permitem respaldar os profissionais de RI por meio de informações relevantes sobre as melhores práticas em vigor, contribuindo para disseminação das boas práticas no mercado de capitais por meio da melhor atuação dos profissionais.

RI: O que o IBRI pretende fazer para continuar sua missão de formar e valorizar o profissional de RI?

Renata Oliva Battiferro: É primordial manter o foco na educação continuada com a promoção de cursos, eventos e atualizações. Paralelamente, continuaremos incentivando as certificações relevantes do mercado para os profissionais de RI, a troca de experiências com o objetivo de desenvolver habilidades específicas e o desenvolvimento de uma comunicação efetiva, clara e transparente, acompanhando de perto as regulamentações e as principais tendências, a fim de garantir o melhor entendimento do mercado. Ao investir na formação continuada e na valorização do profissional de RI, as empresas podem fortalecer suas práticas de comunicação com o mercado financeiro e aumentar a eficácia do relacionamento com os investidores e demais *stakeholders*.

RI: Na sua opinião, o que é preciso para que o Conselho trabalhe “bem orquestrado”?

“

Acredito que as principais forças do IBRI caminham juntas e podem ser resumidas no tripé: *networking*, evolução da carreira do RI e aprimoramento do conhecimento. Como exemplos, aproveitar oportunidades de *networking*, participando de eventos, conferências e grupos relacionados à área de RI permite construir conexões importantes, além de proporcionar diversas oportunidades para o crescimento profissional.”

”

Renata Oliva Battiferro: Acredito que seja crucial estabelecer uma comunicação clara, definir papéis e responsabilidades, promover a transparência nas decisões e garantir que os membros tenham habilidades complementares para abordar diversos aspectos da administração por meio de um diálogo claro e respeitoso.

RI: Qual é a expectativa para o aumento do número de associados do IBRI?

Renata Oliva Battiferro: Queremos ampliar o número de associados por meio da maior percepção do valor gerado ao profissional pelo Instituto.

**RI: Como será o trabalho desta gestão:
Conselho de Administração com o CEO?**

Renata Oliva Battiferro: Acredito na eficácia de uma atuação próxima, dando autonomia para execução e orientando a gestão conforme as determinações do Colegiado.

**RI: Que temas você acredita que estarão
na agenda do RI este ano?**

Renata Oliva Battiferro: Neste ano, acredito que os temas presentes na agenda do RI serão: **1. Regulamentação e Governança Corporativa:** As mudanças nas regulamentações do mercado de capitais e atualizações nas práticas de Governança Corporativa podem exigir ajustes nas estratégias de comunicação do RI para garantir conformidade e transparência. **2. Sustentabilidade e ESG:** A crescente importância das questões ambientais, sociais e de governança (ESG) pode impactar a forma como as empresas abordam e comunicam suas iniciativas sustentáveis. Investidores estão cada vez mais atentos a esses aspectos, e as empresas precisam alinhar suas práticas com as expectativas do mercado. **3. Tecnologia e digitalização:** A evolução tecnológica pode transformar a maneira como o RI se comunica. A adoção de plataformas digitais, inteligência artificial e análise de dados pode melhorar a eficiência na comunicação e proporcionar uma experiência mais interativa com os investidores. **4. Cenário Econômico e Político:** Variações na economia e na política podem afetar a confiança dos investidores. O RI precisará monitorar de perto esses cenários, bem como possíveis impactos nas empresas em que atuam, ajustando a comunicação para fornecer informações relevantes e manter a confiança dos acionistas.

**RI: Como você analisa a evolução da posição
estratégica do RI no mercado de capitais?**

Renata Oliva Battiferro: A posição estratégica de RI tem evoluído significativamente. Antes muitas empresas viam a área de RI como uma função mais voltada para o cumprimento de regulamentações financeiras. No entanto, hoje, a área de RI desempenha um papel mais amplo e estratégico. Investidores e demais *stakeholders* tornaram-se cada vez mais exigentes em termos de transparência e comunicação proativa. Por conta disso, o profissional de RI deve procurar se antecipar e responder eficientemente às demandas por informações, mantendo a credibilidade da empresa e evoluindo na forma de se comunicar. Como exemplo da evolução do público a ser abordado, o próprio aumento do núme-



Vamos focar nas diretrizes e orientações, ou seja, estar à frente da evolução regulatória orientando as companhias e seus profissionais de RI sobre como abordar, comunicar e se posicionar frente a questões críticas e de maneira eficaz.



ro de investidores pessoas físicas exigiu que as áreas de RI também evoluíssem, ampliando a acessibilidade e busca por entendimento das informações disponíveis para o mercado. Adicionalmente, a adoção de tecnologias e utilização de ferramentas digitais contribuem, também, para o dia a dia da área de Relações com Investidores, permitindo que os profissionais otimizem a rotina de suas agendas e estejam cada vez mais disponíveis para questões estratégicas.

**RI: Como o IBRI vai ajudar os profissionais de RI
no alinhamento dos aspectos ESG na gestão das
companhias?**

Renata Oliva Battiferro: Vamos promover eventos e treinamentos específicos sobre ESG, capacitando profissionais de RI para lidar com essas frentes de forma integrada. Além disso, vamos focar nas diretrizes e orientações, ou seja, estar à frente da evolução regulatória orientando as companhias e seus profissionais de RI sobre como abordar, comunicar e se posicionar frente a questões críticas e de maneira eficaz. No que diz respeito à integração dos relatórios, é importante que as informações relacionadas ao ESG nos relatórios trimestrais e anuais permitam uma visão abrangente do desempenho sustentável da empresa. E, por fim, focar no fortalecimento das práticas sustentáveis na atividade de RI, alinhando as empresas com expectativas e exigências do mercado.

IBRI apoia prêmio +Admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças

Luiz Valverde, Diretor-Presidente do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), e **Rodney Vergili**, Assessor de Comunicação do Instituto, participaram da cerimônia do Prêmio +Admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças, em 27 de novembro de 2023, no Renaissance Hotel, em São Paulo (SP).

A iniciativa, que homenageou 51 profissionais e 25 publicações especializadas do setor, reconheceu nesta edição **Thais Herédia**, analista de Economia da CNN Brasil, como a +Admirada Jornalista do Ano.

Os prêmios foram entregues para os seguintes veículos: Agência Estado (Agência de Notícias), Valor Investe (Canal Digital), Educação Financeira/G1 (Podcast), Jornal da CBN (Programa de Rádio), Estúdio i/GloboNews (Programa de TV), UOL Economia (Site/Blog), Exame (Revista) e Valor Econômico (Jornal).

A oitava edição do concurso realizado por Jornalistas&Cia. foi realizada em dois turnos de votação para chegar aos resultados. No primeiro, de livre indicação, os eleitores podiam sugerir até cinco profissionais ou veículos em cada categoria. No segundo, após a compilação dos resultados, 122 jornalistas e 72 veículos foram classificados para a final, saindo deste grupo os eleitos +Admirados do ano.

A eleição dos +Admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças 2023 contou com patrocínios de BTG Pactual, Deloitte, Gerdau, Nexcom, Vale e Vivo, apoio do Portal dos Jornalistas e da Press Manager, e apoio institucional do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores).



LUIZ VALVERDE

Para mais informações sobre o Prêmio +Admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças, basta acessar: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/thais-heredia-e-a-admirada-jornalista-de-economia-negocios-e-financas-2023/>

25º Encontro Internacional de RI e Mercado de Capitais acontecerá em 24 e 25 de junho de 2024

O 25º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, maior evento da área da América Latina, ocorrerá em 24 e 25 de junho de 2024, no Teatro B32, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.732, em São Paulo (SP). O evento anual é realizado pela ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores). O 25º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais já conta com o patrocínio das empresas: blendON; BTG Pactual; Greenberg Traurig; Itaú Unibanco; S&P Global, e TheMediaGroup.

4º Prêmio APIMEC IBRI anuncia os vencedores nas sete categorias

A APIMEC Brasil e o IBRI revelaram os nomes das empresas e dos profissionais vencedores em cada uma das sete categorias do **4º Prêmio APIMEC IBRI**. A solenidade de premiação aconteceu no dia 7 de dezembro de 2023, no Blue Tree Premium Faria Lima, em São Paulo (SP). **Lucy Sousa**, presidente da APIMEC, e **Luiz Henrique Valverde**, diretor-presidente do IBRI, abriram a cerimônia.

por **JENNIFER ALMEIDA**

“Gostaria de parabenizar os vencedores. Vocês têm muito mérito. Celebrem! Comemorem, pois é uma realização! Vocês estão aqui por mérito. Estamos premiando dois elos muito importantes da relação com o investidor: o analista e o profissional de RI”, destacou Luiz Valverde. “A concepção do prêmio foi uma escolha muito feliz, pois estamos permeando dois elos muito importantes da relação com o investidor: os analistas e os RIs”, pontuou. O CEO do Instituto destacou, também, a missão da entidade de formar e valorizar o profissional de RI.

Lucy Sousa mencionou a fusão das regionais da APIMEC que deu origem à APIMEC Brasil. “Agora será realizado o planejamento estratégico da entidade”, anunciou. Segundo ela, a Associação monitora desde 2010 o percentual de mulheres em seu quadro e constatou-se que apenas 15% dos analistas são do público feminino. “Talvez a área não seja tão atrativa para o público feminino, pode haver o viés do recrutador e a agenda da mulher que possui diferentes papéis. Este é um desafio a ser superado”, enfatizou.

Antes de finalizar, Lucy Sousa apontou o trabalho realizado pelo Comitê de Premiação. “Resgatamos as premiações de mercado e juntamos forças da APIMEC e do IBRI”, afirmou.

Desde seu lançamento, em 2020, a premiação tem como objetivo reconhecer os profissionais e as empresas com as melhores práticas, para construir um mercado de capitais

cada vez mais forte, transparente e equânime no Brasil. Pelas regras da premiação, são os próprios profissionais que reconhecem e premiam os seus pares, de forma cruzada: analistas votam em profissionais de RI que, por sua vez, escolhem os analistas.

Para Luiz Henrique Valverde, diretor-presidente do IBRI, o prêmio é um reflexo da constante evolução do mercado de capitais brasileiro. “A iniciativa do Prêmio APIMEC IBRI é realmente diferenciada, pois valoriza atores relevantes e integrados da cadeia de valor da informação para o investidor. O analista é uma das principais interlocuções do profissional de RI, e vice-versa. A atuação conjunta dos profissionais é fundamental na construção de um mercado de capitais cada vez mais eficiente”, declarou.

Para Lucy Sousa, presidente da APIMEC Brasil, na premiação deste ano “já foi possível notar uma evolução, mais especificamente no quesito diversidade de gêneros, pois, pela primeira vez, havia sete mulheres na relação dos cinco finalistas nas categorias profissionais, sendo que duas venceram em Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap e Melhor Profissional de RI – Large Cap”.

“Eu queria dar os meus parabéns especialmente às mulheres vencedoras nas categorias de Melhores Profissionais de RI. Como uma veterana de quase quatro décadas no mercado, posso afirmar que essa é uma conquista importantíssima



LICIA ROSA (Itaúsa); **PEDRO LEDUC** (Itaú BBA); **CARLOS DALTOZO** (Eleven Financial Research); **THIAGO DUARTE** (BTG Pactual); **LARISSA BONESS** (Estapar); e **DAVI BACICHETTE** (Randoncorp)

ma e difícil de imaginar há alguns anos. É preciso pontuar que na medida em que o mercado cresce, são necessários mais profissionais bem capacitados. Esse é o momento de apoiarmos, também, o aumento da diversidade, não só de gênero como de raça. Entidades como a APIMEC Brasil e o IBRI precisam estimular as casas de análise e empresas a dar a devida atenção ao “S” da sigla ESG (do inglês, Environmental, Social and Governance; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança) na hora de contratar, promovendo ações de diversidade e inclusão”, concluiu Lucy Sousa.

Os profissionais e empresas, vencedores e mais votados nas sete categorias foram:

1 - Melhor Analista de Valores Mobiliários: Pedro Leduc (Itaú BBA) foi o vencedor. Pedro Leduc agradeceu a todos que suportam o prêmio e, em especial, ao Itaú “por apoiar a minha carreira”. **Os cinco mais votados em ordem alfabética foram:** André Salles (UBS Brasil CCTVM); André de

Mello Sampaio (Banco Santander); Eduardo Whitaker de Assunção Mattos Rosman (Banco BTG Pactual); Pedro Leduc (Itaú BBA); e Thiago Batista (UBS Brasil CCTVM).

2 - Melhor Casa de Análise de Valores Mobiliários: BTG Pactual foi a Casa de Análise de Valores Mobiliários vencedora. Thiago Duarte, head de *equity research* no Brasil do BTG Pactual, disse que “é uma honra estar aqui representando o BTG. Estou aqui em nome de toda a equipe”, reforçando que a premiação é um evento consolidado no mercado. As cinco mais votadas em ordem alfabética foram: BTG Pactual; J.P. Morgan; Bradesco; Itaú Unibanco; e XP Investimentos.

3 - Melhor Casa de Análise Independente de Valores Mobiliários: A Eleven Financial Research foi a vencedora. “É a terceira vez que conquistamos este prêmio com muito orgulho”, enfatizou Carlos Daltozo, head de renda variável na Eleven Financial Research. Ao agradecer a todos, ele ressaltou que um dos focos da Eleven é levar inteligência de

mercado a todos os seus clientes. **As cinco mais votadas em ordem alfabética foram:** Eleven Financial Research; Empiricus Research Publicações; Levante Ideias de Investimentos; TC Matrix; e Toro Investimentos.

4 - Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap: Larissa Boness (Estapar) foi a vencedora. “Estou muito contente pelo reconhecimento”, agradeceu. **Os cinco mais votados em ordem alfabética foram:** Alisandra Reis (SLC Agrícola); Guilherme Setubal (Dexco); Larissa Boness (Estapar); Mariana Mayumi Oyakawa (Auren); e Rafaella Nolli (Positivo Tecnologia).

5 - Melhor Profissional de RI – Large Cap: Licia Rosa (Itaúsa) foi a vencedora. “Obrigada pela confiança dos analistas e pela Itaúsa por me dar esta oportunidade. Foi um ano em que estivemos muito próximos dos analistas”, declarou Licia Rosa. **Os cinco mais votados em ordem alfabética foram:** Alfredo Setubal (Itaúsa); André Meneguetti Salgueiro (Weg); Licia Rosa (Itaúsa); Luiza Chaves Gabriel Aragão (Klabin); e Renata Oliva Battiferro (Gerdau).

6 - Melhor Prática e Iniciativa de RI – Small/ Middle Cap: A Randoncorp foi a vencedora. Davi Coin Bacichette, coordenador de Relações com Investidores e Finanças da Randoncorp, recebeu o prêmio em nome da empresa. “É muito legal ter um prêmio como este. Nunca miramos o prêmio quando fazemos o trabalho de RI, mas ele coroa o nosso trabalho”, salientou. **As cinco mais votadas em ordem alfabética foram:** AES Brasil; Fras-le; Randoncorp; Simpar; e SLC Agrícola.

7 - Melhor Prática e Iniciativa de RI – Large Cap: A Itaúsa foi a vencedora. Licia Rosa subiu ao palco para receber o prêmio em nome da empresa e reconheceu o trabalho da equipe. “Ficamos muito felizes de sermos reconhecidos”, comemorou. **As cinco mais votadas em ordem alfabética foram:** Banco do Brasil; Gerdau; Itaúsa; Itaú Unibanco; e Weg.

RECONHECIMENTO

Geraldo Soares, presidente do Conselho de Administração do IBRI, e Ricardo Tadeu Martins, membro do Conselho de Administração da APIMEC Brasil, encerraram a 4ª edição do Prêmio APIMEC IBRI. Martins exaltou a parceria com o IBRI, bem como a importância do Prêmio para o mercado de capitais brasileiro.

“É um prêmio estar entre os cinco melhores em cada uma das categorias. É fundamental o mercado reconhecer os cinco”, frisou Geraldo Soares. Antes de finalizar, o presidente do Conselho de Administração do IBRI agradeceu a parceria com a APIMEC Brasil.

O evento contou com os seguintes patrocinadores: Patrocínio Diamante – B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); Patrocinadores Ouro – BNY Mellon; Innova All Around The Brand; Madrona Fialho Advogados; Mazars; e MZ.

SOBRE A APIMEC BRASIL

APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil) é uma entidade de pessoas físicas, com fins técnicos, culturais e não lucrativos. A associação realiza a interface entre entidades do mercado financeiro e de capitais, órgãos fiscalizadores, poderes executivo e legislativo, imprensa e profissionais de investimentos, participando de diversos fóruns de discussão em outras entidades, no Brasil e no exterior. Presente há 52 anos no mercado, anteriormente como ABAMEC, a associação é uma das mais longevas e relevantes entidades do mercado financeiro brasileiro, promovendo eventos técnicos e educacionais e atividade de analistas de valores mobiliários.

SOBRE O IBRI

IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1997, e cujos associados são pessoas físicas. A sua Missão é contribuir para formar e valorizar os profissionais de RI (Relações com Investidores), atuando como centro de conhecimento e de geração de conteúdo em Relações com Investidores e Mercado de Capitais. Com cerca de 400 associados, o IBRI tem atuação nacional e desenvolve iniciativas nas áreas de Educação, promoção de *networking*, além de atuar institucionalmente objetivando o fortalecimento da Profissão de Relações com Investidores e do Mercado de Capitais do Brasil.

Para acompanhar a solenidade do **Prêmio APIMEC IBRI 2023** na íntegra, basta acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=se-OMISSIdY>

Para mais informações, acesse o link: <https://www.premioapimecibri.com.br/>

IBRI lamenta falecimento de Lélío Lauretti



LÉLIO LAURETTI na Revista RI - Set. 2017

O Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e os Associados do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) lamentam o falecimento de Lélío Lauretti, em 09 de janeiro de 2024. Lauretti sempre foi uma referência na disseminação de princípios éticos e das melhores práticas de Governança Corporativa junto às empresas do mercado de capitais. Associado do IBRI desde 1999 e integrante do Comitê Superior de Orientação, Nomenclatura e Ética desde a criação, Lauretti foi responsável por coordenar a elaboração das normas do Código de Ética do Instituto e teve participação ativa no Encontro de Relações com Investidores e Mercado de Capitais. Criou o Prêmio Abrasca Relatório Anual e ajudou a fundar o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), entre outras iniciativas. Em sua longa história no ambiente corporativo e acadêmico, Lélío Lauretti sempre enfatizou a importância do “planejamento, disciplina, respeito e foco” na busca por criar um futuro melhor para o país e para o mercado de capitais.

IBRI apoia Programa TOP XXVI Treinamento de Professores

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) apoia o Programa TOP Treinamento de Professores, iniciativa promovida pelo Comitê Consultivo de Educação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). O curso presencial ocorre de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2024, na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), em São Paulo (SP).

Os objetivos do Programa TOP são: promover atualização permanente de conhecimentos relativos ao Mercado de Capitais, aliando a visão prática à teoria; criar canal permanente de comunicação e relacionamento entre as instituições do Comitê e os professores, divulgando a atuação de cada entidade e o apoio que pode ser prestado ao docente; contribuir para o desenvolvimento de multiplicadores, junto às instituições de ensino de nível superior, para que repassem aos alunos as informações recebidas no programa, bem como participem de outras iniciativas educacionais

Podem participar professores vinculados a instituições de ensino de nível superior, de graduação ou pós-graduação,

que lecionam (ou tenham lecionado nos últimos dois anos) disciplinas relacionadas ao Mercado de Capitais.

O Comitê Consultivo de Educação é formado pelas seguintes instituições, além da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA; Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA; Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital – ABVCAP, Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias - ANCORD; Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC Brasil; B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI; e PLANEJAR – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros.

Mais informações: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-abre-inscricoes-para-dois-cursos-prensenciais-para-professores-em-sao-paulo>

3ª Semana do RI do IBRI aborda perspectivas e desafios para o RI em 2024

Durante os cinco dias do evento, profissionais de RI e do mercado de capitais trocaram experiência sobre divulgação de informações de sustentabilidade, inteligência artificial e liquidez

por **JENNIFER ALMEIDA**

“A 3ª Semana do RI terá painéis com excelentes temas e grandes experts que se unem a nós para discussões profundas e *insights* valiosos”, anunciou Rodrigo Maia, Coordenador da Comissão de Desenvolvimento Internacional do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) no início da 3ª edição da Semana do RI, evento promovido anualmente pelo IBRI para troca de experiências e debates sobre temas que fazem parte do dia a dia do profissional de Relações com Investidores. O evento aconteceu entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 2023 e foi transmitido pelo canal do Instituto no YouTube.

PAINEL 1

O painel 1 teve como tema “Perspectiva e desafios estratégicos para os profissionais de RI em 2024” e contou com a moderação de **Rodrigo Maia** e as palestras de **Naya Bermudez**, RI da IHS Towers, e **Matthew Brusch**, Presidente do NIRI: The Association for Investor Relations. O painel focou em três objetivos: comunicação dos efeitos macroeconômicos nos resultados da empresa, o programa de desenvolvimento do NIRI e o planejamento de IPO (do inglês, *Initial Public Offering*) num ambiente dinâmico.

“Os profissionais de RI têm a responsabilidade de manter os investidores informados em como os efeitos macroeconômicos globais influenciam o preço da ação da empresa que eles representam”, destacou Rodrigo Maia antes de passar a palavra aos palestrantes do painel. Matthew Brusch destacou a importância estratégica dos profissionais de Relações com Investidores, de forma a integrar finanças, comunicação, marketing e *compliance*. E atuar com uma comunicação bidirecional eficaz entre a empresa e o mercado. “Isso em última análise contribui para que os papéis de uma empresa obtenham uma avaliação justa”, frisou.



**RODRIGO MAIA, NAYA BERMUDEZ
e MATTHEW BRUSCH**

O presidente do NIRI lembrou que o trabalho do profissional de RI envolve fornecer o máximo de informação possível, permitindo assim ao mercado buscar avaliar o valor justo da ação.

Naya Bermudez chamou atenção para a atuação do RI como consultor do negócio, ou seja, não ser apenas a peça-chave para comunicar a estratégia da companhia para o mercado, mas também reportando de volta à gestão sobre o sentimento, a percepção e a avaliação do mercado. “Igualmente importante é avaliar internamente na empresa antes que determinada informação ou decisão seja comunicada ao mercado”, destacou.

Com relação às táticas que são úteis e que os profissionais de RI devem utilizar, Naya Bermudez citou: transparência e “tentar ajudar o investidor a entender como determinado fator macroeconômico afetará a companhia num período de tempo”.



**VIRGÍNIA GONÇALVES, VANIA BORGERTH
e REINALDO OLARI**

PAINEL 2

O tema do segundo dia do evento foi “Desafios das companhias para implementação das novas normas para divulgação de sustentabilidade e de clima do ISSB/IFRS” e contou com a moderação de **Virgínia Nicolau Gonçalves**, Coordenadora da Comissão de ESG do IBRI e Gerente de Reporte ESG em Relações com Investidores do Itaú Unibanco. **Reinaldo Oliari**, Sócio-Líder de Accounting Reporting Advisory & ESG Assurance da Deloitte, e **Vania Borgerth**, Vice-Coordenadora de Relações Internacionais do CBPS (Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade), foram os debatedores.

“Estamos aqui para falar dos pronunciamentos do ISSB (do inglês, International Sustainability Standards Board) e a evolução do reporte em sustentabilidade. A equipe de profissionais envolvida no reporte de ESG (do inglês, *Environmental Social and Governance*) está aumentando, descreveu Virgínia Gonçalves ao dar boas-vindas a todos os participantes. Durante o debate, os palestrantes falaram sobre a implementação das normas, o que as companhias precisam fazer, qual é o passo a passo, bem como o processo de capacitação das companhias.

“Não consigo mais imaginar transparência que não seja completa e não tenha também as questões ambientais, sociais e de governança corporativa”, declarou Vania Borgerth. Ela esclareceu que as normas S1 e S2 são inspiradas no TCFD (do inglês, *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*), “mas o S1 tem muito do *framework* do Relato Integrado e a IFRS Foundation é muito clara dizendo que não se pode fazer um sem fazer o outro, o S1 é a base não só para o S2, mas será para as outras que virão no futuro”.

Virgínia Gonçalves pontuou que as companhias estão tentando entender em quais documentos essas informações precisam ser públicas e Reinaldo Oliari lembrou que a Resolução 193 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) indica que essas informações de sustentabilidade financeira sejam objeto de asseguração. “Temos hoje as demonstrações financeiras que nos períodos semestrais são objeto de uma revisão limitada e a demonstração financeira anual sujeita a uma auditoria completa de todas as normas de auditoria. O mais recomendado é ter um relatório separado das demonstrações financeiras, uma vez que o objeto terá inicialmente uma asseguração limitada que são procedimentos mais limitados e num momento seguinte uma asseguração razoável, mais completa de trabalho com uma extensão mais completa de trabalho”, especificou Oliari.

PAINEL 3

O painel 3 aconteceu no dia 29 de novembro de 2023 e discutiu: “Pratique ou Explique: A relação propositiva do(a) RI da preparação dos relatórios”. O painel foi moderado por **Glades Chuery**, Coordenadora do Grupo de Trabalho IBRI Mulheres e Diretora de Novos Negócios e Inovação na Taticca - Allinial Global, e contou com a palestra de **Flávia Mouta**, Diretora de Emissores na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).



GLADES CHUERY e FLÁVIA MOUTA



O modelo pratique ou explique é consagrado mundialmente e com ele damos um primeiro passo, ou seja, não traz propriamente uma obrigação, mas é um incentivo bem forte para que as companhias implementem melhores práticas no seu dia a dia.



“O foco do IBRI é potencializar a carreira do RI e tornar a sua jornada cada mais emponderada”, declarou Glades Chuery no início do painel. Flavia Mouta comentou que o Instituto e a B3 são parceiros de longa data e que “a B3 não existe sem o time que toca Relações com Investidores. E esse time que toca RI tem uma relação umbilical com a B3 e o mercado de capitais”.

Ao abordar o tema do painel, Flavia Mouta explicou que há um time na Diretoria de Emissores da B3 que acompanha os temas mais debatidos sobre Governança Corporativa ao redor do mundo. “Há cerca de três anos, esse time se deparou com discussões com relação à diversidade envolvendo regras de listagem de Bolsa ou regras de reguladores de mercado de capitais internacionais. O movimento ficou mais intenso quando a Nasdaq trouxe a discussão para a SEC (do inglês, Securities and Exchange Commission) indicando a ideia do modelo pratique ou explique”, afirmou.

Em julho de 2023, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aprovou o Anexo ASG (Ambiental, Social e Governança), documento que contém medidas propostas pela B3 com o objetivo de estimular a diversidade de gênero e a presença de grupos sub-representados em cargos de alta liderança e o reporte de boas práticas ambientais, sociais e de governança pelas companhias listadas. O modelo escolhido foi o pratique ou explique.

Segundo Flavia Mouta, o modelo pratique ou explique é consagrado mundialmente e “com ele damos um primeiro passo, ou seja, não traz propriamente uma obrigação, mas é um incentivo bem forte para que as companhias implementem melhores práticas no seu dia a dia”.

Mouta informou que houve questionamentos sobre a razão de se adotar o modelo pratique ou explique, em vez de se adotar regras impositivas para as companhias. “É o modelo mais adotado no mundo para dar o primeiro passo para temas de diversidade em alta liderança de companhias abertas”, concluiu.

PAINEL 4

No dia 30 de novembro de 2023, ocorreu o painel 4 que debateu o tema “Inteligência Artificial nos processos de RI” e foi moderado por **Sibia Bozetti**, Coordenadora do Grupo de Trabalho RI de Estatais do IBRI e Gerente-Geral de Relações com Investidores e de ESG do Banestes S.A. Os debatedores foram: **Rodrigo Machado Gelain**, Gerente Financeiro e de Relações com Investidores da SLC Agrícola S.A., e **Samantha Senna**, MSc, IRC IR Services Director da empresa canadense Q4.

Rodrigo Machado Gelain relatou a experiência de realizar uma apresentação no Metaverso. Ele apontou a importância das inovações na área de RI. Contou que quando assumiu a área foi realizada uma teleconferência e, segundo ele, havia pouca interação entre os participantes. “Em outra oportunidade de se fazer uma divulgação, fizemos por vídeo em um estúdio. Foi diferente e um grande desafio”, comentou.

Samantha Senna relatou como os clientes da Q4 têm utilizado as inovações oferecidas pela inteligência artificial e a importância de se incluir as ferramentas tecnológicas nas atividades de RI.



SIBIA BOZETTI, RODRIGO GELAIN e SAMANTHA SENNA

Senna informou que a Q4 tem trabalhado muito na integração e consolidação de dados, o que significa utilizar informações como quem acessa o website da companhia, quem interage com os resultados trimestrais, qual é o público que participa de webcasts, etc. “A Q4 está trabalhando intensamente para construir uma plataforma com inteligência artificial integrada, consolidando a base de dados”, afirmou.

Outra inovação apontada por Rodrigo Machado Gelain foi o *investor day* de uma forma diferente, que é chamado *farm day*, evento em que a empresa leva em torno de 80 investidores para a fazenda Pamplona. E eles têm a oportunidade de ver como funciona a operação agrícola. “Estávamos pensando em levar mais investidores. Então, em 2022, a alternativa encontrada foi disponibilizar as apresentações em real time pelo YouTube, mas era um vídeo e a pessoa não tinha a experiência de estar lá. E aí decidimos ir além e fazer no Metaverso”, declarou.

PAINEL 5

O último painel (5) da Semana do RI aconteceu no dia 1º de dezembro de 2023 e abordou o tema: “Liquidez em destaque: Ações e estratégias”. Gustavo Carrijo Duarte, Coordenador da Comissão Técnica do IBRI, foi o moderador e os debatedores foram: Rafael S. Mingone, Coordenador da Comissão de Educação e Inovação do IBRI e Gerente de Finanças e Relações com Investidores da Estapar, e Marcel Vedrossi, Gerente de Relações com Investidores na PetroReconcavo.

“Hoje no último dia da Semana do RI vamos destacar o tema liquidez, abordando as ações e estratégias que o profissional de RI e a empresa podem colocar em prática para tentar deixar o papel mais atrativo na Bolsa e, conseqüentemente, mais negociado”, ressaltou Gustavo Carrijo Duarte no início do evento.

Marcel Vedrossi compartilhou a experiência da empresa ao fazer uma oferta pública em maio de 2021. “Entendemos muito cedo que um grande desafio era fazer com que o mercado entendesse diferentes perspectivas de uma indústria que tem especificidades”, pontuou. De acordo com ele, entendeu-se que era importante trazer mais cobertura para o papel e expandiu-se, portanto, a fronteira com os analistas sell side, que acompanhavam a empresa.

Ao falar sobre os principais desafios que encontra na gestão da liquidez, Rafael Mingone disse que um aprendizado durante sua passagem pela Gerdau foi “que uma companhia que enxerga o mercado de capitais como uma via de desenvolvimento, como um caminho para a implementação da



**RAFAEL MINGONE, GUSTAVO DUARTE
e MARCEL VEDROSSI**



Em 2022, a alternativa encontrada foi disponibilizar as apresentações em real time pelo YouTube, mas era um vídeo e a pessoa não tinha a experiência de estar lá. E aí decidimos ir além e fazer no Metaverso.



sua estratégia, deveria buscar, o que não é fácil, uma base acionária diversificada, e é importante ter pessoas físicas como acionistas”.

Atualmente na Estapar, única empresa do setor na Bolsa, Mingone relatou dificuldades de comparabilidade, destacando os esforços para abordar as casas de análise para ampliar a liquidez.

O evento foi gratuito e transmitido pelo canal do IBRI no YouTube. Para acessar todos os vídeos na íntegra, clique nos links abaixo:

Painel 1: <https://www.youtube.com/watch?v=SNbWklrCaCA>

Painel 2: <https://www.youtube.com/watch?v=3UnMqdIVXXI>

Painel 3: <https://www.youtube.com/watch?v=sdJVwuKpPmI>

Painel 4: <https://www.youtube.com/watch?v=Gli38g4JTi8>

Painel 5: <https://www.youtube.com/watch?v=dbrbHz08XsQ>

IBRI realiza **Fórum IBRI Rio 2023**

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) promoveu a 3ª edição do Fórum IBRI Rio, em 23 de novembro de 2023. Na ocasião, representaram o Instituto: **Carla Dodsworth Albano Miller**, Diretora Regional do IBRI Rio de Janeiro, **André Vasconcellos**, Diretor-Adjunto do IBRI Rio de Janeiro, e **Luiz Roberto Cardoso**, Superintendente do IBRI.



LUIZ ROBERTO CARDOSO, CARLA ALBANO MILLER e ANDRÉ VASCONCELLOS

Realizado dentro do maior parque urbano florestal do mundo, o Fórum IBRI Rio 2023 teve como pauta as “Tendências e Desafios para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais em 2024 por meio de uma Economia Verde”. O evento chamou a atenção do mercado para a conservação da biodiversidade e importância de um real compromisso ESG (do inglês, *Environmental, Social and Governance*; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança) pelas companhias abertas.

O Fórum IBRI Rio 2023 proporcionou espaço para o diálogo entre os principais atores do mercado financeiro, promovendo

do a troca de experiências e o aprofundamento das discussões sobre temas relevantes para o setor. O evento foi marcado pela presença de autoridades do setor, personalidades públicas, influenciadores das áreas de economia e finanças, jornalistas e executivos das maiores empresas listadas em Bolsas de Valores do Brasil e do exterior.

A iniciativa busca se tornar 100% carbono neutro e pretende destinar os resíduos sólidos produzidos para reciclagem. “A nossa ideia quando tivemos a proposta de trazer um grupo tão seletivo para um espaço como este, sem dúvida, é de es-

timular um novo debate. Estamos dentro da maior floresta urbana do mundo, o maior espaço reflorestado do mundo, e trazemos para este evento uma série de propostas como a possibilidade de sermos carbono neutro. Queremos fazer, de fato, uma gestão de resíduos sólidos deste evento e trazemos vocês para dentro do espaço para entender a importância do tema”, enfatizou André Vasconcellos.

TENDÊNCIAS

Durante o debate sobre “Tendências e Desafios para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais em 2024 por meio de uma Economia Verde”, Carlos Zanotta, sócio da Deloitte, disse que “o evento é uma oportunidade para poder reunir e discutir pontos relevantes do mercado de capitais e da economia, bem como falar das empresas”. “É muito bom estarmos aqui e vermos a expressão que o IBRI tem aqui no Rio. O RI vai ganhar cada vez mais importância, especialmente se olharmos sobre a ótica de reporte. O RI vai ganhar uma relevância maior”, destacou.

Daniel Alves Ferreira, Sócio do escritório Alves Ferreira & Mesquita Sociedade de Advogados, disse que “é possível perceber como o RI se tornou uma figura importantíssima”. “Para o ano de 2024, a minha percepção é de como vai haver mudanças regulatórias, esperamos alterações, inclusive, na Lei das S.A. A atenção a isso é muito importante”, observou.

Para Ana Paula Reis, Sócia do BMA - Barbosa Müssnich Aragão Advogados, “o futuro é verde e digital. A tecnologia veio para ficar e cada vez mais as companhias vão acompanhar as inovações que estão surgindo”. “Temos também um futuro diverso, então, nesse contexto teremos um bom 2024”, afirmou.

REGULAÇÃO

Adriana Teixeira de Toledo, Presidente do CRSFN (Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional), enfatizou a importância da regulação no contexto atual do mercado financeiro brasileiro. Como líder do CRSFN, órgão vinculado ao MF (Ministério da Fazenda), responsável por julgar em segunda e última instância os recursos contra decisões administrativas do BC (Banco Central) e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Adriana Teixeira de Toledo destacou “o papel crucial da regulação para o bom funcionamento e integridade do sistema financeiro nacional”.

A Presidente do CRSFN enfatizou a relevância da regulação como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável do mercado financeiro no Brasil. “Nesses dois anos e meio à



Estamos dentro da maior floresta urbana do mundo, o maior espaço reflorestado do mundo, e trazemos para este evento uma série de propostas como a possibilidade de sermos carbono neutro.



frente do Conselho, tenho tido a oportunidade de aprender muito com as pessoas do mercado. A afinidade do Conselho e do IBRI é muito grande. Apesar de eu presidir um Conselho que tem a responsabilidade e a competência de apreciar recursos na área punitiva, tenho conduzido o trabalho de gestão do Conselho no sentido de disseminar as decisões de forma preventiva, de forma orientativa”, comentou.

Flávio Valle, Subprefeito da Zona Sul do Rio de Janeiro, agradeceu a André Vasconcellos por ter elaborado “um evento tão importante na nossa cidade maravilhosa”. Valle discorreu em seu discurso sobre “a importância do equilíbrio fiscal do município como forma de atrair investimentos privados”. “A regra é simples: cidades e países que cuidam de forma responsável das contas públicas atraem mais investimentos, que por sua vez, geram empregos e riqueza”, declarou.

PRÊMIO LUIZ ROBERTO CARDOSO

Durante o evento, houve a 2ª edição do Prêmio Luiz Roberto Cardoso para agradecer executivo carioca destaque do ano de 2023. “A pessoa que vai receber o Prêmio hoje é pelos feitos da sua carreira profissional até agora. E vai fazer muito mais”, anunciou Luiz Roberto Cardoso ao chamar Carla Albano Miller ao palco. “Quero agradecer este Prêmio com seu nome, Luiz, você é uma pessoa que eu gosto e admiro muito e se tornou um grande amigo. Realmente me sinto realizada como profissional de RI, foi a área que eu me encontrei. O fato de não ter rotina e estar sempre se desafiando é algo que eu recomendo para jovens profissionais e todas as pessoas, pois é uma área muito estimulante”, concluiu Carla Albano Miller.

IBRI Minas promove primeiro encontro informal

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) Regional Minas Gerais realizou, em 30 de novembro de 2023, evento exclusivo para *networking* com degustação de queijos. Foi o primeiro encontro informal promovido pelo IBRI Minas. Na ocasião, houve palestra do especialista Eduardo Girão e um jantar especial preparado pelo Chef Renato Quintino.

O evento teve a participação da Diretoria do IBRI Minas Gerais, composta por Marina Miranda, Diretora do IBRI Minas e Head of Investment, Investor Relations, M&A do Grupo PH; Marcela Horta Cançado, Diretora-Adjunta do IBRI Minas e Analista Sênior de Relações com Investidores e ESG da Log; e Matheus Campos, Diretor-Adjunto do IBRI Minas e Analista Sênior de Relações com Investidores da Cemig. André Vasconcellos, Diretor-Adjunto do IBRI Rio de Janeiro, também participou do evento.

“Estou sem palavras para expressar minha gratidão e descrever a experiência única que foi o Fórum IBRI Minas Gerais 2023. Ninguém alcança o sucesso isoladamente, e essa noite extraordinária, repleta de *networking*, leveza e descontração foi resultado do dedicado trabalho da Diretoria Minas Gerais, com destaque para Marcela Horta e Matheus Campos, assim como dos nossos patrocinadores que não apenas abrihantaram, mas tornaram possível esse encontro especial para todos os profissionais de Relações com Investidores que se engajaram”, destaca Marina Miranda.

Para Marina Miranda, o evento foi um passo significativo para impulsionar o desenvolvimento e evolução contínua da comunidade de RI em Minas Gerais. “Que essa experiência seja apenas o começo de futuros encontros construtivos e que a colaboração entre todos continue a fortalecer nossa comunidade”, concluiu.

“Foi gratificante receber tantos representantes de diversas empresas de Minas Gerais, todos engajados em fortalecer o *networking* e a colaboração entre os profissionais de Relações com Investidores. Agradeço a todos os participantes por tornarem esse encontro memorável e estou ansiosa para futuras oportunidades de promover ainda mais conexões e colaborações”, afirmou Marcela Horta.

“O evento cumpriu o objetivo de criar laços, conexões e proporcionar a troca de experiências entre os profissionais de RI. Que este seja apenas o primeiro de inúmeros encontros”, afirmou Matheus Campos. Em sua visão, o fortalecimento da categoria, bem como a busca pela excelência no desempenho profissional depende da parceria entre os membros da comunidade.

O evento contou com o patrocínio das empresas: BTG Pactual (patrocinador ouro); Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados, blendON - ESG Services e MZ Group (patrocinadores prata) e Versalhes Filmes (patrocinador bronze).

Novos Associados do **IBRI**

O IBRI registrou um total de 9 novos associados das seguintes empresas: **Neoenergia; JHSF; White & Case LLP; Livres; Banco BRB; Itaú Unibanco; e Log Commercial Properties.**



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Renata Oliva Battiferro (GERDAU) | Vice-Presidentes: Alessandra Eloy Gadelha e André Luiz Carneiro de Vasconcellos (RIO SECURITIZAÇÃO) | Conselheiros: Bruna Rodrigues Gambôa (BLAU FARMACÊUTICA); Carolina Senna; Eduardo Pavanelli Galvão (CI&T); Geraldo Soares Leite Filho (ITAÚ UNIBANCO); Guilherme Setubal Souza e Silva (DEXCO); Janaína Storti Prandina (BANCO DO BRASIL); Melissa Angelini (PROCAPS GROUP); Renata Costa Couto (AFYA EDUCACIONAL); e Sandra Silva Calçado (LOG-IN LOGÍSTICA)

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Luiz Henrique Valverde; **Diretora Regional São Paulo:** Natasha Utescher (AURA MINERALS); **Diretora Regional Minas Gerais:** Marina de Magalhães Miranda (GRUPO PH); **Diretora Regional Rio de Janeiro:** Carla Dodsworth Albano Miller (ELETROBRAS); **Diretor Regional Sul:** Alceu Demartini de Albuquerque (GRENDENE); **Diretor Jurídico:** Emerson Drigo da Silva (VDV Advogados); e **Diretor Financeiro:** Rafael Mingone (ESTAPAR)

Desafios para as lideranças em 2024 e a importância da Sustentabilidade

Em estudo recentemente divulgado, a consultoria McKinsey & Company apresentou os principais desafios que as lideranças e os CEOs enfrentarão no curto prazo, neste ano de 2024. Diversas questões relacionadas a gestão de lideranças, tendências macroeconômicas, transição energética, contratempos geopolíticos, concorrência/vantagem competitiva e inovação tecnológica (IA generativa) não podem estar distantes da pauta.

por **FABRINI MUNIZ GALO**

Além destes aspectos, temos questões fundamentais relacionadas à sustentabilidade, como por exemplo:

- a) regulação do mercado de carbono;
- b) *Blended Finance* (que prestigie financiamento de projetos sustentáveis);
- c) ampliação da diversidade e inclusão, (com impacto social e a governança ética);
- d) transição energética justa, igualitária e perene;
- e) inserção do hidrogênio verde (fixação de marco regulatório e superação de questões relacionadas ao armazenamento e transporte).

Dentro desta temática, não podemos esquecer que nos próximos anos o Brasil será protagonista de grandes eventos internacionais que trarão para o centro do debate potências mundiais na discussão sobre meio ambiente, transição energética e assuntos relacionados ao clima planetário.

Já neste ano de 2024, o Rio de Janeiro sediará a reunião do G-20 (vinte maiores economias do mundo, neste evento sob

“

Não podemos esquecer que nos próximos anos o Brasil será protagonista de grandes eventos internacionais que trarão para o centro do debate potências mundiais na discussão sobre meio ambiente, transição energética e assuntos relacionados ao clima planetário.

”



A emergência climática exige que todos os países, nos dois anos que antecedem a COP 30, redobrem seus esforços para implementar as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) já comprometidas, sendo um marco fundamental para revisar e atualizar os compromissos dos países para manter o aumento da temperatura média global em 1,5°C até 2050.



a liderança do Brasil), tornando-se o centro do mundo nas discussões técnicas sobre financiamento da ação climática, combate à fome, pobreza e desigualdade, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e a reforma da governança global.

Na presidência do G20 o Brasil planeja 127 reuniões de trabalho e cúpulas em 2024, cujo lema da gestão é “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”. O ponto alto da presidência brasileira será a 19ª Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, em novembro de 2024.

Será oportunidade ímpar para evidenciar a vocação natural da Capital Fluminense nos assuntos relacionados a inovação, descarbonização, transição energética, sustentabilidade e consolidar o Rio como potência do desenvolvimento sustentável.

Já no próximo ano, em 2025, seremos anfitriões de outro evento multilateral de grande visibilidade. No coração da Amazônia, Belém do Pará, será a sede da COP 30 - Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas em 2025.

“Vamos discutir a importância da Amazônia dentro da Amazônia. A questão indígena vendo os indígenas. A questão dos povos ribeirinhos vendo os povos ribeirinhos e vendo como eles vivem.” - *Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República*

Será a vez da Amazônia e do Sul Global estar na liderança efetiva e concreta nas discussões climáticas.

A emergência climática exige que todos os países, nos dois anos que antecedem a COP 30, redobrem seus esforços para implementar as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) já comprometidas, sendo um marco fundamental para revisar e atualizar os compromissos dos países para manter o aumento da temperatura média global em 1,5°C até 2050.

E o papel das lideranças nesta equação é fundamental. Governos, sociedade civil e empresas devem estar conectadas em suas ações e em seus propósitos, de forma legítima, para, com base na inteligência, promover uma verdadeira reflexão, pois a construção de um futuro mais sustentável exige mudanças inadiáveis em nosso jeito de produzir, consumir e viver. **RI**



FABRINI MUNIZ GALO

é advogado. Professor de Educação Executiva. Conselheiro CCA IBGC. Mentor de Startups. Investidor de Cia Aberta. Investidor Anjo. fabrinigalo@yahoo.com.br

Quando se trata de informação você prefere velocidade ou credibilidade?



O Valor PRO oferece os dois e muito mais.

Com notícias dos bastidores do mercado, ferramentas analíticas e informações completas sobre finanças e negócios, o **Valor PRO** é um serviço de informações em tempo real que une toda a velocidade que o mercado exige à credibilidade do **Valor Econômico**.

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO.
valorpro.com.br | 0800-003-1232

Valor PRO

Versátil como o mercado.
Confiável como o Valor.

O SITE DA SUA EMPRESA REALMENTE TEM A CARA DELA?

WEBSITES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES | CORPORATIVO | E DE SUSTENTABILIDADE

Soluções tecnológicas, sob medida, que enriquecem a experiência de cada visitante e otimizam seu tempo de manutenção.



FERRAMENTAS PRÓPRIAS DE RI



TECNOLOGIA RESPONSIVA



SEGURANÇA



CUSTOMIZAÇÃO



SEO

FERRAMENTAS PRÓPRIAS E CUSTOMIZADAS DE RI:

- Gráficos interativos
- Simulador de investimento
- Evolução das ações
- Séries históricas
- Histórico de cotações
- Plataforma de webcast
- Gestão e disparo de mailing com relatório de envios
- Principais recomendações de acessibilidade do WCAG



QUER SABER MAIS?
BRIDGE.AATB.COM.BR

BRIDGE

COMUNICAÇÃO COM INVESTIDORES